

**Ministério da Justiça  
Secretaria Nacional de Segurança Pública**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

## SUMÁRIO

1. Identificação.....	3
2. Objetivos e Metas Institucionais e / ou Programáticos.....	3
2.1. Responsabilidades Institucionais – O Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	3
2.2. Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	6
2.3. Programas.....	8
2.3.1. Programa 1127 - Sistema Único de Segurança Pública.....	8
2.3.2. Principais Ações do Programa.....	10
2.3.2.1. Ação 2B00 – Força Nacional de Segurança Pública.....	10
2.3.2.2. Ação 2C56 – Rede Nacional de Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização.....	12
2.3.2.3. Ação 2320 - Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional.....	14
2.3.2.4. Ação 8124 - Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência.....	19
2.3.2.5. Ação 8987 - Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.....	24
2.3.2.6. Ação 8988 - Reparelhamento das Instituições de Segurança Pública - PNAPOL.....	26
2.3.2.7. Ação 8992 – Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública.....	27
2.4. Desempenho Operacional.....	28
Avaliação de Resultados: Implantação do SUSP pelos Estados.....	29
Avaliação de Resultados: Implantação do SUSP pela SENASP.....	54
Avaliação de Resultados: Execução do PPA (Plano Plurianual).....	59
Avaliação de Resultados: Ações de Prevenção em Municípios.....	61
Avaliação de Resultados: Impacto da Rede EAD sobre os Índices de Criminalidade.....	62
Avaliação de Resultados: Eficiência de Práticas de Prevenção.....	63
Considerações Finais – Principais Dificuldades Encontradas.....	65
2.4.1. Evolução de gastos gerais.....	65
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	66
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	66
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	66
6. Despesas com cartão de crédito.....	66
7. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	66
8. Determinações e recomendações do TCU.....	67
9. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	68
10. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	69
11. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	69

# 1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	
CNPJ	00.394.494/0005-60	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º. andar, sala 500, Brasília, DF, CEP: 70.064-900	
Endereço da página institucional na Internet	www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade e respectiva data de publicação no Diário Oficial	Norma de criação: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado em 16 de março de 2007. Regimento Interno: Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006, publicada em 16 de outubro de 2006.	
Código da UJ titular do relatório	200331	
Código da UJ abrangida	200331	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Segurança Pública	
Unidade Gestora utilizada no SIAFI	Nome: Secretaria Nacional de Segurança Pública	Código: 200331

## 2. Objetivos e Metas Institucionais e / ou Programáticos

### 2.1. Responsabilidades Institucionais – O Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

A constatação de que a incidência de homicídios no Brasil alcançou um padrão de redução nos últimos 6 anos<sup>1</sup>, após décadas de crescimento contínuo, é um indicador importante da eficácia das ações da SENASP. No entanto, sob pena de simplificação, não poderíamos creditar apenas a uma instituição a responsabilidade por essa queda. Está reconhecido como princípio do Sistema Único de Segurança Pública, cuja implantação é carro chefe da atuação da SENASP, que o investimento consistente e capaz de mudar a situação da segurança pública tem de envolver, necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos Municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Assim, assistimos atualmente no Brasil a uma ampliação dos atores responsáveis por desenvolver ações que tenham impacto sobre a segurança pública, tais como as áreas de saúde, educação, trabalho, etc. No

<sup>1</sup> Conforme atestam os dados das ocorrências criminais registradas pelas polícias civis e os dados dos atestados de óbito registrados no Sistema de Informações de Mortalidade/SVS.

entanto, devemos atribuir à SENASP a responsabilidade por ter enfatizado e divulgado, nos últimos anos, a importância do processo de ampliação da responsabilização como princípio estrutural do SUSP.

Desde a criação da República, a história do sistema de segurança pública brasileiro vem sendo marcada pela oscilação entre autonomia estadual e controle federal das polícias. Durante os períodos autoritários, as polícias estaduais foram submetidas ao controle federal. Em tais circunstâncias não se pode falar em cooperação, mas em submissão às diretrizes dos governos federais. Nos períodos republicanos, os Estados gozaram de grande autonomia para organizar e controlar suas polícias. Porém, foram raros os casos de cooperação intra-governamental na área de segurança pública. Pode-se concluir que, tanto nos períodos de autonomia estadual, quanto nos períodos de controle federal, não ocorreram iniciativas concretas de implantação de uma política nacional de segurança pública.

A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Desde então, a SENASP se consolida como órgão responsável por idealizar, planejar e executar a política de implantação do SUSP. Mais do que um simples órgão de repasse de recursos, a SENASP se institucionalizou como agente central promotor da reforma das polícias no Brasil, dando direção a esse processo. Fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação, a SENASP elaborou uma série de ações estruturantes do SUSP.

Atuando em um contexto de consolidação do sistema democrático brasileiro, a SENASP não possui apenas a função de executar ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil. É responsável também por promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Nesse contexto, a SENASP pode ser vista como um órgão que executa a articulação e a mediação das relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais que incorporam especificidades quanto à identificação de problemas e soluções sobre a área de segurança pública no país. Por essa razão, a SENASP optou por uma gestão pautada na ação técnica e operacional distanciando e protegendo-se dos interesses políticos imediatistas que privilegiavam uma visão parcial da questão. Ao invés de realizar investimentos que nos levassem a adquirir “mais do mesmo” e que resultaram na situação de segurança pública a qual vivemos atualmente, a SENASP desenvolveu ações estruturantes da reforma das polícias no Brasil.

A SENASP iniciou um novo estilo de ação organizado de acordo com os processos básicos de um sistema de gestão: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. Até então, não houve tanto investimento na realização de pesquisas visando dar mais consistência ao planejamento e à execução de suas ações, assim como não havia tanta divulgação das estatísticas sobre a situação da segurança pública brasileira. Nunca se desenvolveram tantas formas de avaliação e monitoramento de suas ações e nem se aprofundou tanto na formação de seus profissionais nos temas relacionados à gestão de processos e resultados. Assim, destacam-se: a criação de um novo sistema de distribuição de recursos do FNSP pautado em indicadores estatísticos da necessidade concreta dos Estados e Municípios; a modernização dos índices de avaliação de desempenho da SENASP baseados na mensuração da implantação do SUSP – e não na ingênua e política avaliação da queda das taxas de ocorrências registradas pelos órgãos de segurança pública – e também uma mudança de foco das ações desenvolvidas pela SENASP para os Municípios de porte médio, que se evidenciam atualmente como os mais violentos do país.

A preocupação com a execução operacional das ações não representou, no entanto, um abandono do papel político da SENASP. A perspectiva da integração como um dos pilares da consolidação do SUSP fez com que a mesma se empenhasse duramente para a articulação de todos os órgãos de segurança pública do Brasil em diversas frentes de trabalho. Destacam-se, nesse contexto, a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada nas 27 Unidades da Federação, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e a criação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal. Também merecem destaque: a estruturação do Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular de Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o país, a elaboração da política nacional de Modernização das Polícias Civis, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo implementação de ações locais voltadas à Prevenção da Violência e Criminalidade. Mais do que a integração e a articulação, essas ações iniciaram um

processo de padronização de técnicas e procedimentos jamais visto no país e que constitui o alicerce para se efetuar uma interação consistente entre as diferentes organizações de segurança pública.

A partir da criação de uma coordenação que fiscaliza a execução dos convênios, bem como do desenvolvimento de uma cultura organizacional que prioriza o seu monitoramento, a SENASP verificou que, em muitas situações, existia uma dificuldade enorme para os Estados efetuarem a execução dos convênios. O resultado disso é que muitos deles eram encerrados sem a execução completa das atividades com a conseqüente devolução dos recursos solicitados. Isso nos fez refletir que, em alguns casos, mais importante do que a quantidade de recursos repassados, era o acompanhamento e assessoria na execução dos convênios. Por isso, a SENASP iniciou uma nova etapa em sua atuação, dedicando-se às atividades de assessoria aos Estados e municípios na elaboração dos projetos para convênio e na execução das ações previstas.

Promover uma reforma das polícias não é uma ação tão simples de ser executada, pois não envolve apenas ações de modernização tecnológica, treinamento de policiais e reaparelhamento das organizações de segurança pública. Essa reforma pressupõe a realização de uma mudança na cultura das Polícias em todo o Brasil. Esse processo é lento e complexo. Envolve uma mudança de paradigma na área de segurança pública. Porém, mesmo nesse sentido, já temos sinais que nos permitem identificar que a mudança vem ocorrendo. Hoje, muitas organizações de segurança pública no país já elaboram suas ações tendo como pano de fundo a análise dos resultados alcançados. Um dos temas de maior freqüência de curso de capacitação dos policiais no Brasil é o de Direitos Humanos. Dessa forma, identificamos que as corporações começam a entender que a segurança pública não é apenas 'assunto de polícia'. Pela primeira vez, tivemos uma apreciação das Nações Unidas quanto ao processo de formação de Direitos Humanos empreendido na área de segurança pública no Brasil.

Uma análise cuidadosa das ações realizadas nestes últimos 6 anos de trabalho – a partir de uma visão que privilegia uma política nacional de segurança pública voltada para a construção de uma cultura de paz, para a transformação dos profissionais de segurança pública em educadores da cidadania e promotores de Direitos Humanos e para a estruturação dos trabalhos executados segundo pressupostos científicos de ação – nos leva a concluir que o Governo contribuiu consistentemente para a construção de uma nova fase na história da segurança pública. Tudo isso permitirá ao povo brasileiro acreditar em um futuro melhor para o país.

Hoje, nossos profissionais trabalham em um ambiente no qual a informação está presente de forma mais imediata e qualificada, garantindo, por exemplo, que pessoas com ficha criminal em qualquer lugar do país sejam mais facilmente detidas pelas polícias ou que os veículos sejam monitorados de forma contínua ao passarem pelas nossas fronteiras. Os gestores das diversas organizações de segurança pública realizam atualmente suas atividades de forma mais integrada, utilizando as técnicas de gestão de políticas públicas, produzindo diagnósticos, planejamentos e monitoramento dos resultados alcançados.

As organizações de segurança pública nunca receberam tanto subsídio proveniente da comunidade acadêmica, especificando com detalhes quais são os meios e metas que devem ser promovidos para melhorar a segurança pública no país. Nossos profissionais estão mais capacitados para atuar de acordo com as modernas técnicas da atuação profissional, respeitando os princípios dos Direitos Humanos e com uma consciência crítica que lhes ensina a valorizar e respeitar a vida. O respeito às minorias e grupos vulneráveis e a promoção de uma polícia aberta para a comunidade é uma das marcas desse processo de reforma dos órgãos de segurança pública promovido pelo Governo Federal. Nunca se observou uma valorização tão grande das atividades de prevenção entre as organizações de segurança pública no Brasil e, ao mesmo tempo, uma mudança no sentido de perceber que as ações de prevenção pressupõem uma ampliação da responsabilização sobre essa área, incluindo outros órgãos públicos – saúde, educação, trabalho, etc. Por fim, cabe destacar a importância das mudanças trazidas pela modernização constante dos equipamentos de trabalho das organizações de segurança pública, não apenas das viaturas e armas, mas de equipamentos de informática, de comunicação e de perícia, permitindo alcançar resultados melhores em atividades de policiamento ostensivo, investigação e técnica.

Como resultado da consolidação de uma nova postura do Governo Federal em relação ao problema da segurança pública, três ações se destacaram nestes últimos anos: a gestão, pela SENASP, das ações de segurança pública dos Jogos Pan-Americanos e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, também denominado por PAC da Segurança Pública, e a

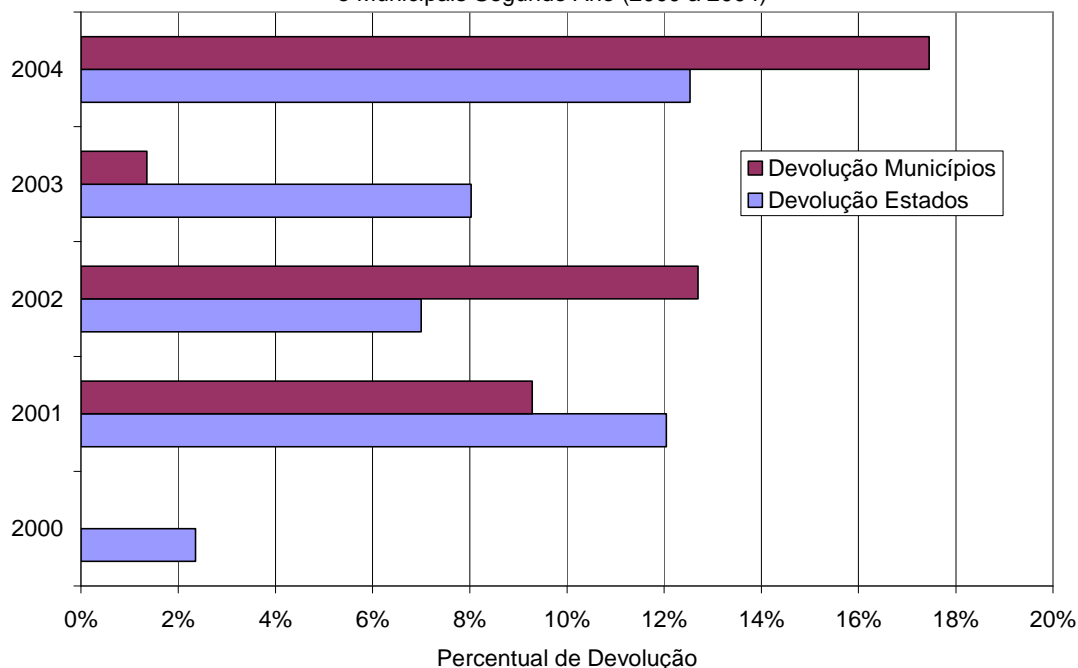
concepção do Programa PRONASCI Fronteiras, primeira política nacional direcionada para o policiamento dos municípios localizados na zona de fronteira no Brasil. Esses programas privilegiam as ações de prevenção, a abertura da polícia para a comunidade, a modernização dos recursos de trabalho das polícias e a capacitação intensa dos profissionais, centrada nas áreas de Direitos Humanos e gestão. Por meio destas ações, promoveu-se um fortalecimento do grau de institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública, colocando seus princípios e diretrizes em prática.

## 2.2. Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

Cresceu continuamente, na última década, a pressão da sociedade brasileira por uma atuação mais presente do Governo Federal na área de segurança pública.<sup>2</sup> A criação do SUSP responde a esta demanda, pois fortalece o papel da União como órgão gestor da política nacional de segurança pública e órgão mediador da articulação sistêmica entre os órgãos de segurança pública de todo o Brasil abrangendo os níveis federal, estadual e municipal. Contribuiu também para este fortalecimento da participação da União como órgão central na execução das ações de segurança pública em nível nacional, a identificação de que os recursos repassados pela SENASP para os Estados não estavam trazendo os impactos almejados. Esta percepção se agravou ainda mais diante da constatação de que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública vinham diminuindo continuamente, entre 2003 e 2006.

Apresentamos a seguir uma análise do nível de devolução de recursos por Estados e Municípios de 2000 a 2004. Uma possível explicação para este aumento do percentual de devolução de recursos é o fato da equipe de fiscalização de convênios da SENASP vir atuando de forma cada vez mais ativa. Reconhecemos, no entanto, que o resultado almejado por esta mudança não era um aumento na devolução de recursos, mas uma melhoria na execução dos gastos. Porém, os trabalhos de fiscalização executados não conseguiram ainda mudar o comportamento dos gestores estaduais e municipais no sentido de aperfeiçoar a execução dos gastos.

Percentual Devolução Recursos Repassados pela SENASP para Orgaos Estaduais e Municipais Segundo Ano (2000 a 2004)

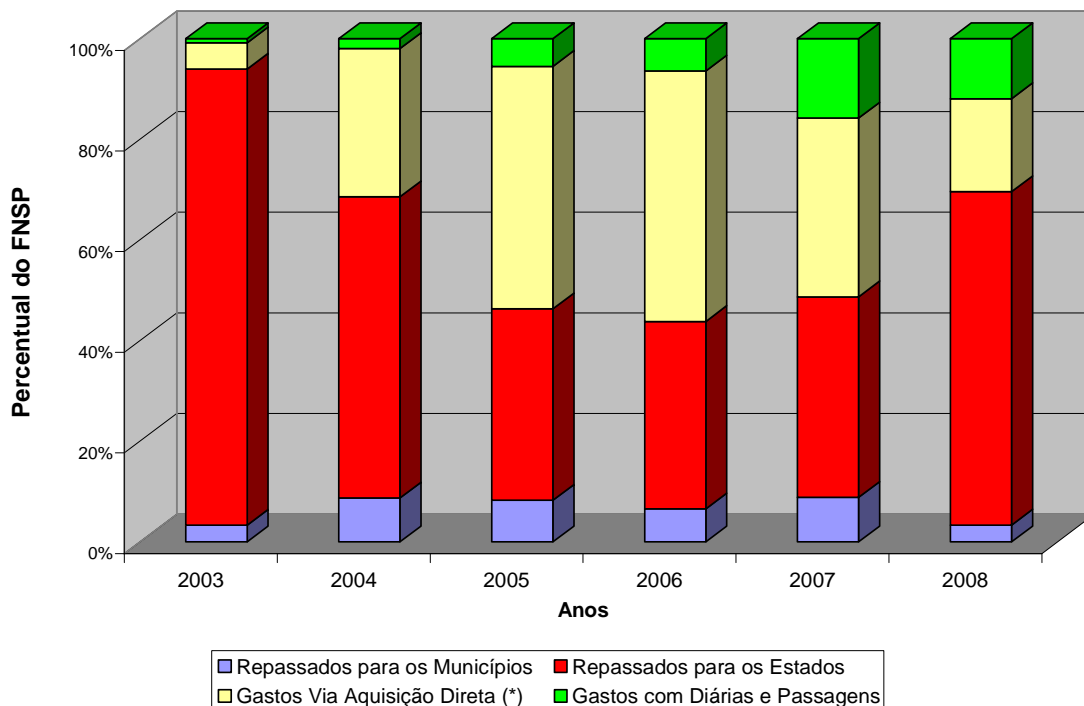


Diante deste contexto, identificamos uma mudança significativa em termos de padrões de execução de gastos entre 2003 e 2008. Pelo gráfico abaixo, verificamos que o repasse de recursos para os Estados via convênio perdeu espaço de 2003 a 2006 e recuperou espaço em 2007 e 2008.

<sup>2</sup>“38% da população propõe que o governo federal deve ser o principal responsável pela solução do problema da segurança pública”. Folha de São Paulo (2007)

Em sentido contrário, a execução de gastos via aquisição direta ganhou espaço de 2003 a 2006 e perdeu espaço em 2007 e 2008. Cabe salientar que neste período ocorreu um fortalecimento do papel da SENASP na promoção de cursos, palestras e seminários e na execução de ações operacionais por meio da Força Nacional de Segurança Pública, que levaram a um aumento contínuo dos gastos de recursos com diárias e passagens. Por fim, como resultado da efetivação prática de um dos pilares do SUSP relacionado ao fortalecimento da gestão local de segurança pública, observamos a consolidação do repasse de recursos para os Municípios via convênio.

**Distribuição dos Gastos do FNSP (2003/2008)**



A execução de ações via aquisição direta é a forma mais econômica de execução das ações quando envolvem necessariamente todas as Unidades da Federação. Um exemplo disso ocorreu na ação de educação em segurança pública. No primeiro mês de atividade, a plataforma de ensino a distância, administrada pela SENASP, aplicou R\$ 401.000 para capacitar 2.605 policiais. Assim, o custo por aluno foi de R\$ 153,93, significativamente menor que o existente em vários convênios assinados com os Estados. Importante destacar que a execução direta não pode substituir o repasse de recursos via convênio, pois existem ações que correspondem às necessidades específicas de cada Unidade da Federação. Em relação à economia de recursos, é importante relatarmos também o avanço trazido pela SENASP na execução dos registros de preço. A realização de um registro de preços leva a situação na qual as Unidades da Federação podem aproveitar uma grande licitação elaborada pelo Governo Federal para economizar tempo e recursos na execução dos seus convênios. Por serem compras envolvendo um volume maior de equipamentos, o valor unitário fica bem abaixo do valor, comparativamente, das aquisições individualizadas. Assim, por exemplo, no final de 2005, um veículo Blazer 2.8 - Diesel - 4X4, que seria comprada por R\$ 115.000,00 foi adquirida por R\$ 103.000,00; e um Nissan XTerra, que seria comprado por R\$ 125.000,00 foi adquirido por R\$ 114.000,00. Resta, no entanto, o alerta de que a execução de ações via aquisição direta abre espaço para a quebra de uma das principais diretrizes da institucionalização do SUSP: a criação de sistema de segurança pública estruturado de forma federativa e democrática. Em contextos nos quais a execução direta for realizada sem privilegiar o espaço da discussão com os Estados, a negociação política característica de ambientes federativos democráticos é cerceada. Em resposta a esta questão, cabe salientar que a SENASP priorizou nestes últimos anos a contínua negociação das ações com os gestores estaduais e municipais de segurança pública e a instituição de um ambiente federativo de atuação, que resultou, por exemplo, na criação da Força Nacional de Segurança Pública.

Outros dois pontos que merecem destaque entre as estratégias de atuação são, primeiro, o fato da SENASP ter priorizado a realização de uma gestão transparente, divulgando para a sociedade, por meio do site do Ministério da Justiça, um conjunto extenso de informações sobre as ações executadas, custos envolvidos e resultados alcançados, e sobre a situação da segurança pública no país, onde destacamos uma análise dos recursos e ações executadas pelos órgãos estaduais e municipais de segurança pública. Além disto, cabe salientar a política adotada pela SENASP de priorizar a adoção de softwares gratuitos e livres e o financiamento de sistemas em perspectiva nacional. Assim, por exemplo, está financiando a criação de um sistema de análises de dados espaciais e um sistema de gestão de Institutos de Criminalística para ser distribuído gratuitamente para os gestores de segurança pública de todo o Brasil. Neste contexto, estipulou que deixaria de executar o financiamento de criação de sistemas de registro de ocorrências, pois já havia financiado a criação de alguns sistemas e os estados deveriam começar a adotar os sistemas existentes em funcionamento em outros estados, promovendo uma uniformização dos sistemas de registro.

Por fim, resta destacar que a atual estrutura de recursos físicos e humanos da SENASP estabelece limites intransponíveis para a execução de uma gestão orientada por resultados no ambiente da Secretaria. Alguns fatos que destacam essa deficiência de recursos são, por exemplo, o fato de que chegamos a ter situações nas quais mais da metade dos profissionais da SENASP era composto por colaboradores eventuais e o fato de não termos as mínimas condições físicas de trabalho, não apenas em relação ao espaço físico, mas também, recursos materiais. A criação de condições técnicas e políticas efetivas para promover uma adoção pelos Estados e Municípios dos princípios e diretrizes do SUSP depende de uma negociação política contínua com os gestores dos entes federados e um acompanhamento constante da situação da segurança pública vivida nas regiões abrangidas por esses entes, dependente de um acompanhamento contínuo das ações executadas pelos entes federados com os recursos da SENASP e os resultados alcançados a partir dessas ações e depende da promoção de articulações concretas com outros órgãos do Governo Federal no sentido de ampliar a responsabilização em relação a solução do problema de segurança pública. Nenhuma dessas ações consegue ser executada atualmente de forma plena e, por esta razão, a execução de políticas e ações pela SENASP no ambiente do SUSP continua sendo refém da mídia e de modismos, sem uma justificativa científica para a sua execução.

## **2.3. Programas**

### **2.3.1. Programa 1127 - Sistema Único de Segurança Pública**

A partir de 2003, o Governo Federal inaugura uma nova fase na história da segurança pública brasileira. Desde então, a SENASP se consolida como órgão responsável por idealizar, planejar e executar a política de implantação e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. O sistema foi criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, de forma a integrá-los na prática, sem interferir na autonomia dos órgãos de segurança. Apesar de único, as instituições que fazem parte do SUSP são diversas e autônomas. Cada instituição cumpre suas responsabilidades e servem de modelo nas experiências em missões especiais e forças-tarefa que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado e objetivos, metas e metodologia definidos.

O Sistema marca um novo estilo de conduzir a segurança e implementa um novo método de execução das ações de combate à violência e à criminalidade. Com o objetivo de prevenir, criar meios que possibilitem a análise da realidade de cada episódio, planejar estratégias e identificar quais os métodos e mecanismos que serão usados o SUSP, o sistema avalia e monitora as ações, o que garante a transparência e o controle externo em segurança.

Os estados iniciaram a participação no SUSP por meio da assinatura de um protocolo de intenções entre governo do Estado e o Ministério da Justiça, a apresentação de um plano estadual de segurança e a criação do Gabinete de Gestão Integrada, do qual fazem parte o secretário estadual de Segurança Pública, como coordenador e representantes das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Civil, além das guardas municipais. A intenção é contar também com a cooperação ativa do Ministério Público e do Poder Judiciário. Esse gabinete é responsável por definir as ações a serem realizadas no enfrentamento do problema da segurança pública, principalmente no combate ao crime



organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria). O SUSP estimula ainda a articulação de projetos de prevenção na área de segurança pública, a criação de consórcios metropolitanos e Municipais, além de políticas de segurança urbana e comunitária nos municípios.

Para integrar as polícias o SUSP pretende estimular a criação de unidades policiais integradas reunindo, em um mesmo local, forças das polícias civil e militar afim de promover a criação de projetos amplos, de longo prazo, para evitar futuras crises de violência

Tipo de programa	Finalístico																						
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações																						
Objetivos Específicos:	Articular as ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, a partir dos seguintes eixos de atuação: gestão do conhecimento; reorganização das instituições de segurança pública; formação e valorização profissional; estruturação e modernização da perícia; prevenção da violência; controle externo e participação social. Assim, a União, estados e municípios terão condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das organizações de segurança pública e defesa civil, combate às organizações criminosas, educação e valorização profissional bem como melhoria na análise de dados e estatística criminal.																						
Gerente do Programa	Ricardo Brisolla Balestreri																						
Gerente executivo	Sidnei Borges Fidalgo																						
Responsável pelo Programa no Âmbito da UJ	Ricardo Brisolla Balestreri																						
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação do Programa	A avaliação é realizada a partir de um índice desenvolvido para o monitoramento da execução do PPA. O índice é calculado por meio de informações coletadas anualmente junto à equipe técnica da SENASP, agências estaduais e municipais de segurança pública, IBGE e Ministério da Saúde, e agrega por meio de uma média aritmética as informações de 17 indicadores distribuídos entre 3 eixos de avaliação.																						
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>EIXOS</th> <th>INDICADORES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="5"><b>Situação Segurança Pública</b></td> <td>A.1. Melhora na Sensação de Segurança da População</td> </tr> <tr> <td>A.2. Incremento da Satisfação das Vítimas com o Atendimento Recebido da Polícia Quando Efetivaram o Registro da Ocorrência</td> </tr> <tr> <td>A.3. Incremento da Confiança da População na Polícia</td> </tr> <tr> <td>A.4. Diminuição da Taxa de Vítimas de Homicídio por 100 mil hab.</td> </tr> <tr> <td>A.5. Redução de Danos Letais Provocados pelo Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública</td> </tr> <tr> <td rowspan="6"><b>Implantação do SUSP</b></td> <td>B.1. Integração dos Sistemas de Registro das Ocorrências das Polícias Cíveis e Militares</td> </tr> <tr> <td>B.2. Integração das Organizações Policiais Estaduais no Planejamento Tático e Estratégico das Ações de Segurança Pública</td> </tr> <tr> <td>B.3. Integração das Instituições de Ensino Policial</td> </tr> <tr> <td>B.4. Existência de Programas Estaduais de Prevenção Primária e Secundária em Abrangência Estadual</td> </tr> <tr> <td>B.5. Descentralização das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs</td> </tr> <tr> <td>B.6. Existência de Ouvidorias de Polícia</td> </tr> <tr> <td rowspan="6"><b>Gestão SENASP</b></td> <td>C.1. Atualização e consulta detalhada de informações na Rede INFOSEG em "tempo real"</td> </tr> <tr> <td>C.2. Diminuição do montante devolvido de recursos repassados para o estado por meio de convênio</td> </tr> <tr> <td>C.3. Capacitação de Alunos pela Plataforma de Educação à Distância em Segurança Pública</td> </tr> <tr> <td>C.4. Assinatura de Convênios com Municípios na Área de Prevenção</td> </tr> <tr> <td>C.5. Incremento do Número de Laudos Concluídos a partir dos Exames Realizados nos Laboratórios de DNA</td> </tr> <tr> <td>C.6. Aumento do Percentual de denúncias atendidas pela SENASP com retorno do órgão demandado</td> </tr> </tbody> </table>	EIXOS	INDICADORES	<b>Situação Segurança Pública</b>	A.1. Melhora na Sensação de Segurança da População	A.2. Incremento da Satisfação das Vítimas com o Atendimento Recebido da Polícia Quando Efetivaram o Registro da Ocorrência	A.3. Incremento da Confiança da População na Polícia	A.4. Diminuição da Taxa de Vítimas de Homicídio por 100 mil hab.	A.5. Redução de Danos Letais Provocados pelo Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública	<b>Implantação do SUSP</b>	B.1. Integração dos Sistemas de Registro das Ocorrências das Polícias Cíveis e Militares	B.2. Integração das Organizações Policiais Estaduais no Planejamento Tático e Estratégico das Ações de Segurança Pública	B.3. Integração das Instituições de Ensino Policial	B.4. Existência de Programas Estaduais de Prevenção Primária e Secundária em Abrangência Estadual	B.5. Descentralização das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs	B.6. Existência de Ouvidorias de Polícia	<b>Gestão SENASP</b>	C.1. Atualização e consulta detalhada de informações na Rede INFOSEG em "tempo real"	C.2. Diminuição do montante devolvido de recursos repassados para o estado por meio de convênio	C.3. Capacitação de Alunos pela Plataforma de Educação à Distância em Segurança Pública	C.4. Assinatura de Convênios com Municípios na Área de Prevenção	C.5. Incremento do Número de Laudos Concluídos a partir dos Exames Realizados nos Laboratórios de DNA	C.6. Aumento do Percentual de denúncias atendidas pela SENASP com retorno do órgão demandado
	EIXOS	INDICADORES																					
	<b>Situação Segurança Pública</b>	A.1. Melhora na Sensação de Segurança da População																					
		A.2. Incremento da Satisfação das Vítimas com o Atendimento Recebido da Polícia Quando Efetivaram o Registro da Ocorrência																					
		A.3. Incremento da Confiança da População na Polícia																					
		A.4. Diminuição da Taxa de Vítimas de Homicídio por 100 mil hab.																					
		A.5. Redução de Danos Letais Provocados pelo Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública																					
	<b>Implantação do SUSP</b>	B.1. Integração dos Sistemas de Registro das Ocorrências das Polícias Cíveis e Militares																					
		B.2. Integração das Organizações Policiais Estaduais no Planejamento Tático e Estratégico das Ações de Segurança Pública																					
B.3. Integração das Instituições de Ensino Policial																							
B.4. Existência de Programas Estaduais de Prevenção Primária e Secundária em Abrangência Estadual																							
B.5. Descentralização das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs																							
B.6. Existência de Ouvidorias de Polícia																							
<b>Gestão SENASP</b>	C.1. Atualização e consulta detalhada de informações na Rede INFOSEG em "tempo real"																						
	C.2. Diminuição do montante devolvido de recursos repassados para o estado por meio de convênio																						
	C.3. Capacitação de Alunos pela Plataforma de Educação à Distância em Segurança Pública																						
	C.4. Assinatura de Convênios com Municípios na Área de Prevenção																						
	C.5. Incremento do Número de Laudos Concluídos a partir dos Exames Realizados nos Laboratórios de DNA																						
	C.6. Aumento do Percentual de denúncias atendidas pela SENASP com retorno do órgão demandado																						
Para cada um destes indicadores foi estipulado a meta de alcançarmos sua																							

	<p>concretização plena (ação ocorrida nos 27 estados) em 4 anos, sendo 25% da meta alcançada à cada ano. Assim, por exemplo, no indicador A.1. a meta seria que à cada ano observássemos uma melhora na sensação de segurança em 25% das UFs, totalizando 100% das UFs em 4 anos. Este raciocínio só não está aplicado aos indicadores C.3. e C.4.. No caso do C.3., a meta é formar 50.000 alunos na Plataforma de Educação à Distância em Segurança Pública à cada ano, totalizando 200.000 alunos em 4 anos. No caso do C.4., a meta é assinar 70 convênios com municípios na área de prevenção à cada ano, totalizando 280 convênios em 4 anos.</p> <p>Buscando dar conta dos possíveis impactos do contingenciamento de recursos do FNSP na efetiva viabilidade do alcance das metas estabelecidas, criamos uma metodologia de correção das metas em função das limitações orçamentárias. Assim, a meta é reduzida em função direta da razão entre recurso disponibilizado para a SENASP e recurso esperado. Se o recurso disponibilizado for 50% do valor esperado, a meta reduz também em 50%. Espera-se um acréscimo de 25% no ISD a cada ano. Se a razão entre valor disponibilizado e esperado for menor que um em determinado ano, o acréscimo da meta do ISD reduz, podendo afetar o índice alcançado após os quatro anos.</p> <p><u>Fórmula de cálculo:</u></p> <p style="text-align: center;">INDICE = média (indicadores conclusão de metas) Meta = meta prevista X fator de correção</p>
Público alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

### 2.3.2. Principais Ações do Programa

Pautada no Programa de Segurança Pública para o Brasil, a SENASP estipulou que a implantação e institucionalização do SUSP seria realizada pela dedicação às ações convergentes em sete eixos estratégicos: gestão do conhecimento; reorganização institucional; formação e valorização profissional; prevenção; estruturação da perícia; controle externo e participação social; e programas de redução da violência. Todas as ações empreendidas pela SENASP nos últimos seis anos (2003 a 2008) estão incluídas nesses eixos estratégicos e envolvem tanto as mudanças estruturais nas polícias e em outros órgãos que compõem o sistema de segurança pública brasileiro – cujos resultados serão alcançados em uma perspectiva de tempo mais ampla – quanto às ações de interferência em condições imediatas, associadas à violência e à criminalidade. Devido à situação da segurança pública no país, escolhemos essa estratégia, pois ela nos permite desenvolver mudanças estruturais necessárias e ações voltadas à intervenção imediata em problemas mais focalizados no tempo e no espaço. Cabe afirmar ainda que os eixos estratégicos de implantação do SUSP não foram apenas pautadores na formulação das ações executadas pela SENASP, mas também atribuíram conteúdo aos processos empreendidos na avaliação dos resultados de suas ações, pois estabeleceram as metas a serem alcançadas.

#### 2.3.2.1. Ação 2B00 – Força Nacional de Segurança Pública

**Tipo Ação:** Atividade

**Finalidade:** Estruturar a Força Nacional de Segurança Pública e operacionalizar o seu emprego em todo o território nacional, para controle e combate da criminalidade em situações eventuais e temporárias.

**Descrição:** Aquisição de bens e serviços para a constituição de equipes multidisciplinares da Força Nacional de Segurança Pública; preparação constante dos integrantes da FNSP, implementação de um sistema logístico abrangendo suprimento, transporte, manutenção, animais (quando aplicável), apoio de saúde, finanças, assistência jurídica, serviços e demais meios necessários ao funcionamento organizacional e às operações da FNSP; realização de operações combinadas e/ou conjuntas, transferência de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais. Realização de atividades e serviços imprescindíveis a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Pagamento a servidor civil ou militar vitimado durante as atividades de cooperação federativa. Pagamento de indenização para os policiais em ação

operacional conjunta com a Força Nacional de Segurança, nos casos em que couber; e para seus dependentes no caso de morte.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Unidade Executora:** 200331 — Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenador:** Luiz Antonio Ferreira

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Força Nacional de Segurança Pública

**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:** Em 2008, a Força Nacional dentro de sua importância em âmbito nacional e no compromisso de apoiar os entes Federados do País, desenvolveu diversas atividades de acordo com um planejamento baseado em dados de inteligência, operações e logística, na busca da tranquilidade e paz social. Assim, destacamos a realização das seguintes ações:

- Realização 18 (dezoito) operações nos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão, Alagoas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, com o objetivo precípuo de apoiar os órgãos de segurança locais nos termos da Lei 11.473/07 e Portaria Ministerial 394/08.
- Cabe ressaltar que a Força Nacional apoiou o Departamento de Polícia Federal em ações na área ambiental no Mato Grosso, Pará e Rondônia, envolvendo primordialmente o combate ao desmatamento ilegal, e na ação de desintrusão de não-índios na Raposa Serra do Sol em Roraima. Foram ainda desenvolvidas operações aéreas em apoio ao Departamento de Polícia Federal na erradicação de cultivo ilícito de drogas no Pará, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco; e teve início a Operação Roosevelt em Rondônia direcionada para o combate à extração e exploração mineral ilegal.
- A Força Nacional inovou no apoio ao Departamento Penitenciário Nacional, nas penitenciárias federais de Mato Grosso do Sul e Paraná.
- Também houve participação efetiva da Força Nacional por ocasião dos territórios da Paz no Rio de Janeiro, Acre e Distrito Federal, garantindo assim a execução e implementação dos Programas do Governo Federal.
- Na área de Defesa Civil e auxílio humanitário, a Força Nacional atuou diretamente no atendimento às vítimas da enchente em Itajaí (SC), no resgate a feridos e salvamento de pessoas.
- As operações obtiveram como resultados a apreensão de 545 (quinhentas e quarenta e cinco) armas de fogo, a apreensão de 7.836 (sete mil oitocentos e trinta e seis) munições de arma de fogo, a apreensão de 71 (setenta e uma) armas brancas, a realização de 215 (duzentas e quinze) ocorrências envolvendo a apreensão de material entorpecente e a recuperação de 44 (quarenta e quatro) veículos.
- Ainda em termos de resultados, 43 (quarenta e três) foragidos do sistema penitenciário foram recapturados, 297 (duzentas e noventa e sete) prisões em flagrante delito foram realizadas e 178 (cento e setenta e oito) Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) registrados.
- Ênfase no baixo poder de letalidade da Força Nacional de Segurança Pública sem que qualquer cidadão tenha sido levado a óbito por ocasião das ocorrências.

- Visando estruturar um ambiente de capacitação permanente e, ao mesmo tempo, criar um corpo permanente para oferecer respostas de pronto emprego, foi estruturado o Batalhão Escola de Pronto Emprego com efetivo em atuação e capacitação continuada, totalizando 960 (novecentas e sessenta) horas de treinamento.
- Na área de capacitação profissional, foram treinados e capacitados 997 profissionais, dentre os quais, nos cursos de Uso Progressivo da Força e Técnica e Tecnologia Não-letais; de Escolta e Operações Penitenciárias; de Condutores de Cães de Faro, de Estratégia para Conservação da Natureza; de Formação de Técnico Explosivista Policial e de Direitos Humanos, além das Instruções de Nivelamento de Conhecimento.
- Ministrados diretamente às outras instituições foram realizados o treinamento Antibombas na Polícia Militar do Estado do Amazonas; Treinamento de Operações Penitenciárias no Estado do Maranhão e Curso de Gerenciamento de Crises para Polícia Civil do Mato Grosso do Sul.
- Todos os cursos foram pautados no modelo do uso legal, proporcional e seletivo da Força, bem como, na promoção e proteção dos direitos humanos e da integridade de todas as pessoas e do meio-ambiente.

Para a execução de tais projetos foi necessário adquirir veículos, aeronaves, armamento e munição letal e não-letal, equipamentos de comunicação, de proteção individual e operacionais, mobiliários, dentre outros; que foram disponibilizados para as operações e repassados aos Estados participantes do Programa de Cooperação Federativa.

#### Metas e Resultados da Ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	20.977.825,00	17.400.911,00	82,95
Física	5.000.	4.158.	83,16

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

#### 2.3.2.2. Ação 2C56 – Rede Nacional de Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização

**Tipo Ação:** Atividade

**Finalidade:** Integrar e disponibilizar as informações de segurança pública, justiça e fiscalização no auxílio ao combate da criminalidade e apoio à fiscalização.

**Descrição:** Constituição de mecanismo de integração de bases de dados com informações de registros criminais das diversas instituições de segurança pública, justiça e fiscalização do Brasil. Aquisição de equipamentos/produtos de tecnologia da informação e comunicação. Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação. Aquisição de Infra-estrutura para a Tecnologia da Informação. Capacitação, treinamento e repasse tecnológico e difusão de conhecimento. Divulgação dos trabalhos realizados e produção de material informativo.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Unidade Executora:** 200331 – Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenador:** Reinaldo Las Cazas Ersinzon

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Departamento de Programas, Políticas e Projetos / SENASP

**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar

as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:**

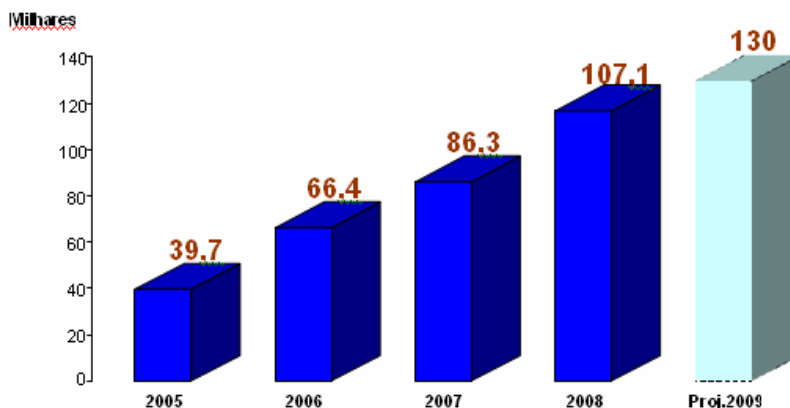
A Rede INFOSEG possui mais de 97.000 usuários representando 636 instituições dos três poderes e das três esferas de governo, de acordo com as estatísticas de 2007. São realizados por dia, em média, 75.000 acessos ao Portal INFOSEG, principal forma de acesso às informações integradas pela Rede, totalizando mais de 27 milhões de acessos. O quantitativo de acessos mensais ao Portal ultrapassou o valor de 2,5 milhões de acessos, apresentando um crescimento de 33,2% em relação a 2006. O serviço de consulta a indivíduos é o mais acessado com mais de um milhão de acessos por mês, representando 39,3% dos acessos. Os demais serviços apresentam-se em ordem de acesso como veículos (RENAVAM), habilitações (RENACH), armas (SINARM), pessoas físicas (CPF) e pessoas jurídicas (CNPJ) que correspondem a 33,0%, 21,4%, 3,0%, 2,3% e 1,0%, respectivamente.

A base resumida de consulta de dados da Rede INFOSEG, denominado Índice Nacional, está disponível com atualizações diretas (*on-line*) para 25 Estados conveniados. Consultas detalhadas sobre informações criminais podem ser obtidas de 19 Estados em tempo real por meio do Portal INFOSEG.

Os sistemas de consultas integrados pela Rede INFOSEG, disponíveis por meio do Portal, são de indivíduos, veículos, condutores, pessoas física, pessoa jurídica e armas, além de sistemas como SINIVEM (Sistema de Identificação de Veículos em Movimento) e SISME (Sistema de Informações do Mercosul), dentre outros. Consultas integradas para dispositivos de tecnologia de comunicação de dados móveis encontram-se disponíveis por meio de operadoras de telefonia, integradoras de tecnologia, sistemas de radiocomunicação como o utilizado nos Jogos Pan-americanos Rio'2007 e no Departamento de Polícia Federal.

O Portal INFOSEG funciona como a principal forma de acesso dos usuários da Rede às informações constantes, contudo, também representa mídia de divulgação das atividades realizadas, novos serviços e projetos, atua como ponto de convergência de suporte aos usuários bem como meio de aproximação da Rede INFOSEG ao seu usuário final.

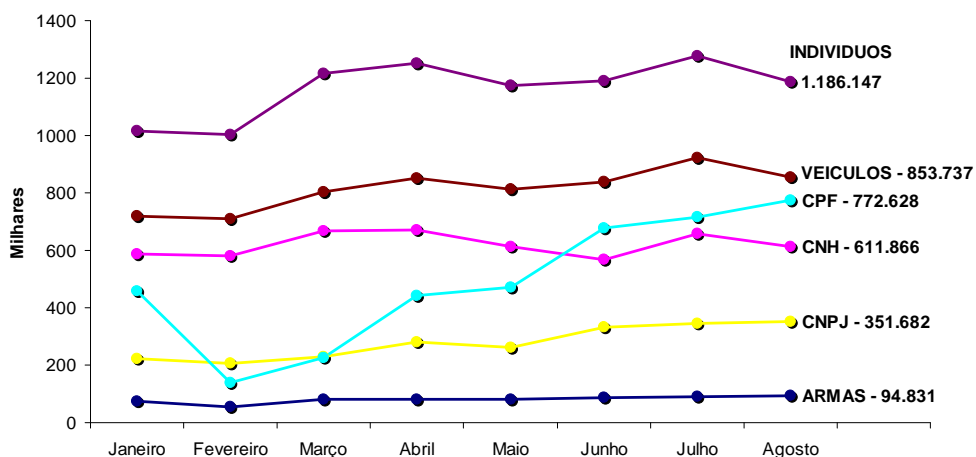
**Evolução do número de usuários da Rede INFOSEG (2005/2009)**



**Evolução do número de usuários da Rede INFOSEG (Jan/agosto 2008)**

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
3.079.790	2.696.574	3.224.664	3.580.393	3.417.082	3.695.562	4.010.753	3.870.911

### Evolução dos acessos às consultas mensal da Rede INFOSEG por módulo (Jan/agosto 2008)



#### Metas e Resultados da Ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	11.545.840,00	9.078.248,00	78,63
Física	1	1	100,00

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

### 2.3.2.3. Ação 2320 - Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional

Tipo Ação: Atividade

#### Finalidade:

- Planejar, pactuar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de educação - gerencial, técnico e operacional, dos profissionais de Segurança Pública em cooperação com as Unidades da Federação;
- Identificar e propor novas metodologias e técnicas de educação voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais;
- Apoiar e Promover educação qualificada e continuada dos profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais;
- Identificar, propor, planejar, implementar, monitorar e avaliar mecanismos de valorização do profissional de segurança pública.

#### Descrição:

1. Implantação do Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional em Segurança Pública;
2. Apoio a integração das instituições responsáveis pela formação e Educação em Segurança Pública;
3. Implementação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública ;
4. Desenvolvimento do Programa Nacional de Qualidade de Vida para os profissionais de segurança pública;
5. Implementação da Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública e Matriz para Guardas Municipais;
6. Distribuição de materiais didáticos e difusão de metodologias especiais em segurança pública;

7. Promoção de ações formativas para profissionais de Segurança Pública (Cursos, Seminários, Oficinas, Encontros e Congresso), inclusive com o pagamento de hora-aula;
8. Apoio à publicação de obras, cartilhas e manuais;
9. Implementação de políticas de formação continuada e de qualificação de Guardas Municipais;
10. Implantação de Centros de Atendimento psicossocial aos policiais e suas famílias; e
11. Apoio ao desenvolvimento de programas específicos de atendimento psicossocial.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenador:** Melissa Alves de Alencar Pongeluppi

**Unidade Executora:** 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:** Listamos a seguir um conjunto de resultados alcançados para as ações que consideramos mais importantes.

#### • Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

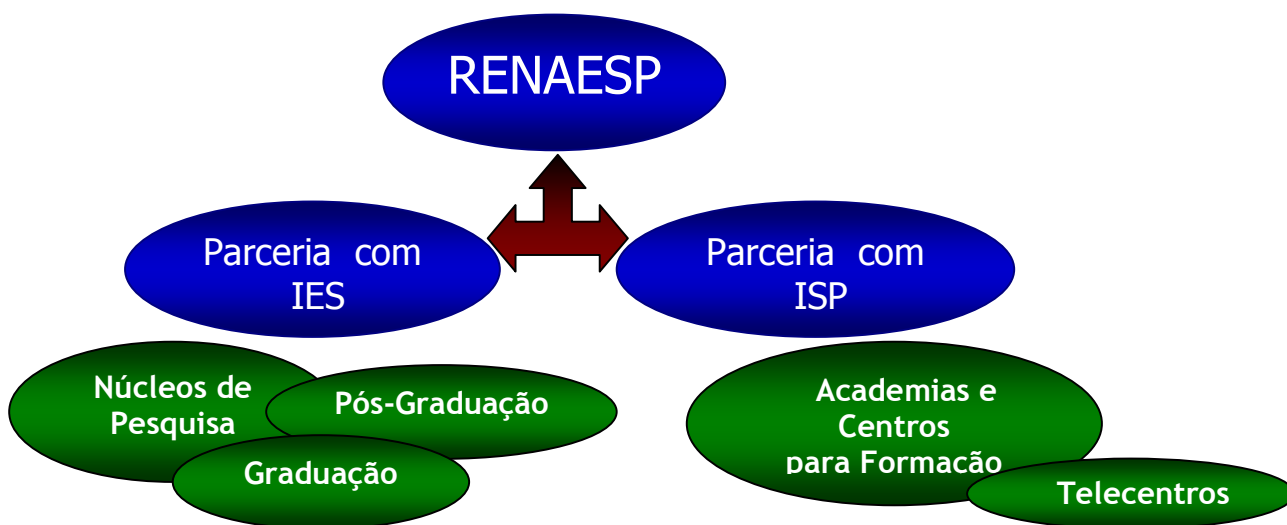
A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública é um projeto de educação permanente, democrática e qualificada promovida a partir da parceria de Instituições de Ensino Superior para a promoção de pós-graduação na área de Segurança Pública e da parceria com as Instituições de Segurança Pública para a realização de cursos nas modalidades presencial e a distância que tem como base os fundamentos da Matriz Curricular Nacional.

O objetivo principal da Rede é democratizar o acesso dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem bem como difundir entre esses profissionais e, deste modo, entre as instituições em que trabalham o conhecimento e capacidade crítica, necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania, os Direitos Humanos e a construção da paz social e articulada com os avanços científicos e o saber acumulado.

A estratégia utilizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para a promoção de cursos de pós-graduação em Segurança Pública é a seleção, o credenciamento e a contratação de IES públicas e privadas. A seleção se dá por meio da avaliação da experiência das IES com a área da segurança pública, a capacidade de trabalhar com a temática e da proposta apresentadas pela IES considerando os seguintes aspectos a adequação dos conteúdos programáticos aos princípios da Matriz Curricular Nacional, a transversalidade dos Direitos Humanos, a apresentação de conteúdos e metodologias que enfatizam o tema das políticas e das práticas de segurança pública em relação à violência de gênero, a liberdade de orientação sexual e enfrentamento da homofobia, à igualdade racial e aos direitos etários. Para tanto, foi criada uma Comissão Especial da RENAESP formada por representantes da SENASP, Comitê Nacional de Educação para Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República e Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Após selecionada, as IES são credenciadas junto ao Ministério da Justiça podendo ser contratadas para o desenvolvimento dos cursos de especialização.

Os cursos têm em média a duração de 360h/a. Cada curso oferece até 50 vagas, sendo 40 vagas destinadas aos profissionais de segurança pública e justiça criminal que possuem curso de

graduação, em qualquer área do conhecimento. As demais vagas ficam a critério da administração da IES. Já na modalidade a distância são oferecidas 450 vagas. O processo de seleção dos discentes é realizado pela IES de forma isenta, impessoal e transparente. Os trabalhos de conclusão de curso elaborados pelos alunos dos cursos deverão ter como tema as linhas de pesquisa estabelecidas pela SENASP, construídas em função dos eixos estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública.



Em 2008 a rede conta, em todo o âmbito nacional, com 66 IES credenciadas, 81 cursos e 5.250 beneficiários dentre policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários e agentes comunitários de segurança pública, graças à pontencialidade dos cursos de pós-graduação ofertados na modalidade a distância. Para acompanhar, monitorar e avaliar a Rede, a SENASP realiza visitas in loco para aplicação de instrumentos de análise, promove reuniões regionais e encontros nacionais.

No que diz respeito a promoção dos Ciclos de Curso a Distância, a estratégia utilizada pela SENASP foi a pactuação com as ISP, a criação de uma plataforma totalmente customizada e a implementação de 270 telecentros cobrindo as 27 Unidades da Federação como vistas a alcançar os servidores da área de segurança pública independentemente das limitações sociais e geográficas. Os telecentros são locais de encontros e intercâmbio e espaços de aprendizagem. São instrumentos criados para apoiar o desenvolvimento local de projetos de educação através do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, além de promover o fortalecimento da inclusão digital.

O telecentro está focado fundamentalmente nas atividades de ensino, sendo dirigido a uma comunidade significativamente grande – todos os profissionais de segurança pública do país. Assim, muito embora a inclusão digital (visando a comunidade de segurança pública) também esteja inserida em seus propósitos, o telecentro cumpre um papel mais específico do que o descrito para o seu homônimo tradicional, não dispondo de qualquer referência anterior que possa servir de base para a sua construção. A organização interna de um telecentro fica a cargo das Instituições Parceiras (Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Secretarias Municipais de Segurança Pública, Superintendências Regionais da Polícia Federal e Rodoviária Federal) onde foram definidas minimamente as funções de suporte ao usuário na parte operacional, administrativa e pedagógica. Em síntese, o telecentro é um dos principais ambientes por onde passam os cursos.

Todos os cursos estão pautados na Matriz Curricular Nacional, nos fundamentos dos Direitos Humanos, nos princípios da Andragogia e nas teorias que enfocam o processo de construção do conhecimento.

São os próprios profissionais especializados na área de Segurança Pública, sob a orientação de uma consultoria educacional que elaboram o conteúdo dos cursos, gravam as aulas (palestras, entrevistas, mesa redonda, relatos, etc) e atuam na tutoria. A tutoria é um outro componente que desempenha um papel estratégico nos ciclos de Cursos a Distância. É dela que emana a orientação, suporte, acompanhamento e avaliação dos alunos durante o período do curso. Cada tutor é responsável por uma turma com até 50 alunos e trabalha de forma integrada com os gestores dos telecentros utilizando as ferramentas de gestão que são disponibilizadas no ambiente virtual de



aprendizagem. Para serem tutores, os profissionais recebem uma formação on-line através da mesma plataforma utilizada por ele para exercer a sua futura tutoria com os alunos.

Os cursos são compostos de duas vias educacionais: um curso formatado para a educação a distância, via Internet, e uma parte complementar realizada por meio da TV. Os cursos têm a duração média de quatro semanas, nas quais o aluno tem contato com o conteúdo, realiza exercícios e avaliações e interage com os colegas e o tutor.

Em 2008 foram promovidos quatro ciclos que beneficiaram 362.000 profissionais de segurança pública. A estrutura de uma gestão compartilhada (Gestores Estaduais, Tutores, Academias) para a execução dos ciclos de cursos a distância nos auxilia também no acompanhamento e no monitoramento do desenvolvimento dos ciclos. Os ciclos de cursos realizados diretamente pela própria SENASP na modalidade presencial surgem como uma proposta de atender as demandas dos Estados de forma pontual.

Destacamos como resultados alcançados:

- Contribuição para abertura de novos Centros de Pesquisa e Estudos específicos para a área;
- Mobilização de 65 IES, 350 docentes, 5.250 discentes;
- Fomentação da produção científica nacional sobre a temática de segurança pública;
- Fomentação de uma nova área de conhecimento;
- Contribuição para o intercâmbio, articulação e integração entre os profissionais de segurança pública e sociedade civil;
- Contribuição para o debate de temáticas como violência de gênero, liberdade de orientação sexual, igualdade racial e direitos étários no âmbito da segurança pública;
- Aproximação da Academia com as ISP;
- Mobilização de 1500 pessoas entre gestores, tutores e coordenadores técnicos dos telecentros que mantêm contato e troca de informações através de fóruns próprios, num ambiente de comunicação permanente.
- Atendimento a 362.000 profissionais de segurança pública no âmbito nacional.
- Promoção de 35 temáticas de segurança pública para atualização dos profissionais de segurança pública
- Institucionalização de grades mistas nas Academias e Centros de Formação
- Promoção de diálogo com a base;
- Contribuição para o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais de segurança pública;
- Inclusão de todos os segmentos da área;

#### • **Ações Formativas**

No exercício de 2008 foram realizadas as seguintes ações formativas:

- Jornadas de Direitos Humanos sendo 4 (quatro) turmas no Distrito Federal e 4 (quatro) em Minas Gerais, 4 (quatro) no Paraná e 4 (quatro) em Alagoas. Foram capacitados 960 operadores de segurança pública, dentre policiais civis, militares e bombeiros.
- Encontros Pedagógicas sobre a Matriz Curricular em Movimento - Capacitação para Equipe Técnica, com 80 participantes. Este curso foi destinado aos coordenadores pedagógicos das Academias de Polícia, Escolas e Centros de Formação de todos os Estados e do Distrito Federal.
- Prevenção em Estádio de Futebol no Rio de Janeiro com a capacitação de 31 discentes para atuar em grandes eventos;
- Combate a Incêndios Florestais no Estado do Paraná com a participação de 31 profissionais do Corpo de Bombeiro;
- Curso de Intervenção e Produtos Perigosos realizado nos Estados AC, CE, RN, PE, PR, DF, MT, PB com a participação de 253 alunos.
- Gerenciamento de Crise nos Estados de MS, BA e TO com a participação de 130 profissionais entre policiais militares e civis.
- Atendimento Pré-Hospitalar foi realizado nos Estados AC, ES, AP, TO, PB e DF.
- Programa de Pleno Atendimento ao Cidadão foi realizado em Brasília com a participação de 30 profissionais provindos de 23 Unidades Federativas.

Os resultados alcançados pelas ações formativas é o aprimoramento das habilidades bem como a qualificação dos profissionais de segurança pública para o desenvolvimento das atividades no âmbito da sua profissão.

#### • Programa Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública

A SENASP vislumbra o **Plano Nacional de Qualidade de Vida para a Segurança Pública** como um componente estratégico de uma política destinada a diminuir a significativa lacuna na valorização profissional com um ambiente promotor de saúde e de cidadania para o Servidor da Segurança Pública com sofrimento psíquico. A primeira etapa para implementação do Plano consistiu no levantamento das experiências de **Programas de Saúde Mental, Qualidade de Vida ou Saúde Coletiva** já existentes nos Estados. A partir dos dados coletados, visa-se à construção e ao aperfeiçoamento de um Plano Nacional, viabilizando a sua extensão a todas as Unidades Federativas, na área de Segurança Pública.

O Plano Nacional tem como objetivo, dentre outros, criar, em todas as Unidades da Federação, Núcleos de Assistência Psicossocial, para atuarem de maneira participativa e envolvente na promoção da saúde mental dos Servidores da Segurança Pública. Os núcleos deverão oportunizar melhores condições emocionais para o enfrentamento das situações de trabalho, tornando-os policiais menos susceptíveis aos problemas relacionados à pressão profissional e aos riscos constantes inerentes às suas atividades, objetivando a valorização profissional, qualidade de vida, cidadania, melhoria do ambiente de trabalho, das relações interpessoais e do desempenho profissional.

A forma atual de organização do trabalho das instituições de Segurança Pública, as condições de trabalho que acarretam sobrecarga física e emocional e as pressões da sociedade por eficiência afetam a saúde, geram desgaste, insatisfação e provocam estresse e sofrimento psíquico, com implicações no desempenho individual e coletivo dos profissionais. Nesse contexto, urge a necessidade de um trabalho específico em Saúde Mental aplicado no desenvolvimento dos profissionais da Segurança Pública. É necessário investir no profissional e valorizar seu trabalho, além de prover apoio e atenção aos interesses e dificuldades pessoais que estes servidores, por ventura, estejam enfrentando, buscando alternativas e soluções viáveis.

A estreita relação entre trabalho e adoecimento vem sendo objeto de inúmeros estudos científicos. O trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento a depender de suas condições de organização, das relações sócio-profissionais estabelecidas e do modo de enfrentamento do indivíduo frente às demandas cotidianas, dentre outros fatores. Por suas peculiaridades, as atividades de Segurança Pública impõem aos profissionais o enfrentamento de situações-limite. Para esses, o fator risco é inerente e estruturante de suas condições de trabalho. Já as situações concretas de perigo e confronto desencadeiam alterações fisiológicas no organismo que se prepara para reagir. Todas essas alterações são agravadas pelas escalas de serviço, atividades extra, escassez de sono, repetitividade das ocorrências, exposição ao risco, situações de emergência e ausência de segurança para si próprio.

Evidências indicam que respostas individuais satisfatórias de enfrentamento desses aspectos podem minimizar o impacto negativo das condições e organização do trabalho e diminuir o risco de adoecimento. Diante disto, intervenções para manejo de estresse ocupacional que busquem promover um repertório saudável de estratégias de enfrentamento devem ser fomentadas e desenvolvidas. Essas intervenções visam diversificar as estratégias para lidar com situações estressoras e ampliar o controle do trabalhador sobre a sua saúde. Além das intervenções individuais, também devem ser fomentadas as intervenções de interface (participação na organização do trabalho, autonomia e melhoria de trabalho em equipe) e intervenções organizacionais (identificação de fontes organizacionais estressoras e modificação no ambiente de trabalho, tais como estrutura organizacional, condições de segurança, treinamento e desenvolvimento).

Os dados gerais apresentados na seção anterior indicam que, a despeito da existência de algum tipo de estrutura voltada à atenção à saúde do profissional de segurança pública na grande maioria dos estados (96,2%) e do empenho dos profissionais de saúde envolvidos, em muitos casos, o funcionamento é precário devido à carência de recursos humanos e materiais e falta de apoio superior. Há maior atenção exclusivamente à saúde física e as atividades não têm um caráter preventivo. Observa-se, portanto, que o sofrimento psíquico faz parte da rotina de trabalho desses profissionais e que as ações de prevenção e tratamento são dificultadas pela pressão dos colegas e

da sociedade em sustentar uma imagem de “homem forte e corajoso” que não sucumbe frente às dificuldades.

Frente ao cenário apresentado pela pesquisa, a SENASP pretende elaborar diretrizes para os Estados para os projetos de qualidade de vida; pactuar com os estados as regulamentações necessárias para o adequado funcionamento dos programas; elaborar planos de capacitação; realizar encontros e oficinas para os profissionais de saúde das instituições estaduais de segurança pública; realizar reuniões de sensibilização nos níveis estratégicos das instituições, com o intuito de atentar as autoridades para a necessidade de transformação das condições de trabalho; e propor parcerias com o Ministério da Saúde (programas de educação e prevenção de DST's/AIDS) e com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD (capacitação em tratamento e prevenção de dependência química).

Vale ressaltar que ao final do ano de 2008 a SENASP firmou convênio para a implementação de Programas de Prevenção e Gerenciamento do Estresse nas instituições estaduais de segurança pública de 10 (dez) estados: Amazonas, Rondônia, Roraima, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina. Alguns destes já identificados nesta pesquisa como os mais carentes em termos de recursos e estruturas para atenção à saúde e qualidade de vida de seus profissionais. Os convênios em pauta destinaram cerca de R\$ 1 milhão para cada estado e preveem a estruturação de Núcleos integrados de Estudos, Prevenção e Gerenciamento do Estresse. O objetivo consiste em contribuir para a implementação de políticas de saúde coletiva que possam atenuar a exposição desses profissionais a uma situação de desgaste e estimular parceria com os órgãos ou diretorias de saúde existentes nas Polícias Militares, Polícias Civis e Corpos de Bombeiros Militares.

#### • Incentivo a Realização de Ações Formativas por meio de Convênios

Na ação de Educação foram celebrados 37 convênios com os Estados: AP, AM, MT, MS, PA, PB, PE, PI, RN, RS, RO, RR, SC, SE e TO objetivando apoiar atualização e aperfeiçoamento de profissionais de segurança pública, bem como a modernização das Instituições de Ensino de Segurança Pública. Na ação de Valorização Profissional foram celebrados 9 convênios com os Estados AM, MT, PB, RN, PI, RS, RR, SC, SE e TO. Os convênios foram celebrados com vistas a implantar projeto de prevenção e gerenciamento de estresse para profissionais de segurança pública. Destacamos que em todas as Ações a execução efetuada foi autorizada pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. Para as aquisições realizadas, foram utilizados os procedimentos previstos na Lei das licitações.

#### Metas e Resultados da Ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	58.871.740,00	56.245.430,00	95,54
Física	70.000.	133.426.	190,61

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

### 2.3.2.4. Ação 8124 - Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência

**Tipo Ação:** Atividade

**Finalidade:** Planejar, pactuar, implementar, coordenar e apoiar junto aos Estados, Distrito Federal, municípios e Consórcios Intermunicipais a elaboração e implementação de projetos multisetoriais de prevenção, com objetivo de enfrentar a violência, a criminalidade e a discriminação de credo, etária, gênero, raça e orientação sexual, bem como promover os espaços de convivência pacífica por meio de profissionais de segurança pública, com a sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, com enfoque especial em crianças, adolescentes e jovens, na participação e gestão da segurança pública.

**Descrição:** Estruturação da polícia comunitária, por meio da implementação da matriz curricular nacional para a formação de multiplicadores e promotores em polícia comunitária; da estruturação de núcleos e redes de polícia comunitária; da realização de cursos de especialização em polícia comunitária e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação. Implementação da política de projetos de prevenção ao uso de drogas, através da implantação do programa nacional de formação de condutores de cães farejadores; da reformulação e implementação do programa educacional de resistências às drogas e à violência e realização de seminários nacionais e cursos de pós graduação com intercâmbio de experiências internacionais. Projetos de prevenção à violência e criminalidade: articulação e apoio a projetos multisetoriais de prevenção estaduais, municipais e consorciados; consolidação da matriz curricular nacional para a formação de guardas municipais; regulamentação e implementação do projeto de guias cívicos e brigadas socorristas; elaboração e implementação de projetos de prevenção à violência junto aos tele-centros; realização de encontros nacionais e regionais para a formação de gestores de segurança pública na prevenção de violência; implementação de projetos de acesso à segurança pública de grupos vulneráveis; difusão de tecnologias não letais; e estruturação de núcleos de mediação de conflitos. Controle interno e externo da atividade policial implantação e fortalecimento das ouvidorias de polícia e das corregedorias de polícia, bem como estruturação e encaminhamento de denúncias.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenadora:** Cristina Gross Villanova

**Unidade Executora:** 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Departamento de Políticas, Programas e Projetos / Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública e Coordenação Geral de Articulação de Ações Sociais (PIAPS).

**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:** A Ação Prevenção da Violência tem por objetivo sedimentar, junto aos Estados, Distrito Federal e municípios, a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência e da criminalidade, ou seja, que os executivos estaduais e municipais implementem políticas públicas que se antecipem à ocorrência de fatos delituosos, reduzindo as condicionantes que possam facilitar a ocorrência de crimes e de situações de violência. Por meio de diagnósticos realizados pela própria SENASP ou apresentados pelas unidades federadas, procura-se atingir o público mais vulnerável a situações de violência e criminalidade. O público-alvo prioritário das atividades de prevenção são crianças, adolescentes e jovens até 24 anos, sendo que o Governo Federal também procura inserir nos projetos executados, temas trabalhados de forma articulada com outros órgãos governamentais. Exemplos disso são as parcerias com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Justiça, nos temas “Criança e Adolescente”, “Mulheres”, “Sistema Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos”, “Livre Orientação Sexual” e “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”. Conforme análise, apresentada a seguir, sobre a redução de homicídios em municípios que tiveram seus projetos apoiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, constatou-se que estes tiveram uma redução de homicídios maior do que a média nacional, considerando o fator dos projetos financiados, conjuntamente com as ações pertinentes ao desarmamento e a existência de estrutura, em âmbito municipal, voltada para a segurança pública – existência de Secretaria Municipal de Segurança e/ou Guarda Municipal.

- **Polícia Comunitária:**

Visando dar nova dinâmica às atividades de prevenção a criminalidade, propiciando ambiente de parceria entre a polícia e o cidadão/ã, empreendemos esforços no sentido de consolidar uma filosofia nacional de Polícia Comunitária. Nesse enfoque promovemos a uniformização da doutrina de Polícia Comunitária por meio da publicação de dois livros – Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária e Curso de Promotor de Polícia Comunitária –, anualmente atualizados, e realizamos cursos presenciais de Promotores de Polícia Comunitária, em parceria com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais, para mais de 22.000 alunos em todo país (2007). Em 2008, foram formados, presencialmente, em torno de 15.000 profissionais de segurança pública. No curso à distância, implantado em meados do ano de 2008, foram formados em torno de 12.000 profissionais de segurança pública, sendo que todos os cursos disponíveis da Rede de Ensino à Distância da SENASP contem, em sua abertura inicial, a apresentação dos conceitos desta filosofia de policiamento. No contexto da realização destes cursos presenciais, na mesma sala de aula temos profissionais de segurança pública das diversas forças – policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais – bem como representantes da sociedade civil, sobejando um fortalecimento nas relações polícia-comunidade, sendo uma ação preparatória para as atividades do PRONASCI. É importante destacar que a filosofia da Polícia Comunitária foi construída a partir do debate e da experiência de profissionais de segurança pública de todo país, bem como de especialistas na área de segurança e prevenção, que, a partir dos eixos norteadores do SUSP, construíram a Política Nacional, possibilitando o aproveitamento dos diferentes saberes e características regionais.

Em 2007 foi realizado Seminário Nacional sobre Polícia Comunitária, o qual reuniu, aproximadamente, 550 participantes, com a realização de um alinhamento da Política Nacional, com a prestação de contas das ações realizadas. Em 2008, já evoluímos para a realização de um Seminário Internacional de Polícia Comunitária, na qual foram apresentadas experiências do Canadá e da Espanha para 450 profissionais de segurança pública e lideranças comunitárias de todo o país. Também foram apresentadas boas práticas de Polícia Comunitária dos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e do município de Fortaleza.

Todos os cursos de formação em Polícia Comunitária presenciais, a elaboração do curso de Polícia Comunitária na modalidade à distância e o Seminário Internacional de Polícia Comunitária foram realizados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

No que concerne às articulações com as temáticas a fins, responsabilidade de outros órgãos governamentais, mas que demandam atividades de segurança pública voltadas a prevenção da violência, bem como com as ações que fazem parte do PRONASCI, mas cuja execução é de responsabilidade dos técnicos da SENASP, podemos destacar as seguintes atividades:

- **Política Nacional para enfrentamento à violência doméstica e de gênero:**

Desde 2003, a Senasp possui uma agenda comum com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, buscando qualificar o atendimento policial nas Delegacias de Polícia, fortalecer e ampliar a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM), assim como estimular aos Estados e municípios na realização de campanhas e atividades voltadas a prevenção da violência doméstica e de gênero.

Primeiramente, foram investidos esforços no levantamento das Delegacias Especializadas existentes e na construção de um questionário para a realização de pesquisas anuais acerca das condições – de recursos humanos e equipamentos – existentes nas DEAMs. Com resultados obtidos por meio da Pesquisa Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), foi possível verificar as necessidades de equipamentos nas unidades funcionais. Com isso foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, no qual foram adquiridos equipamentos de informática, proteção, áudio-visual e viaturas, visando o fortalecimento destas Delegacias, possibilitando a qualificação técnica e tecnológica dos serviços prestados. Anualmente, é possível acompanhar a evolução nos atendimentos feitos pelas DEAMs, assim como a crescente confiança adquirida pelas mulheres vítimas de violência na busca pelo atendimento especializado em segurança pública, em especial considerando a publicação da Lei Maria da Penha, que alterou as medidas protetivas às mulheres vítimas de violência, tornando a atuação policial mais imediata.

Paralelamente às ações de estruturação das DEAMs, por meio de encontros realizados com os profissionais das policiais civis estaduais, que atuam nestas Delegacias Especializadas, foi

elaborada uma Norma Técnica para funcionamento das DEAMs, a qual serve como orientação e padronização dos serviços, a forma de atendimento e a infraestrutura necessário para o atendimento nestas Delegacias. Em 2008, investiu-se na revisão e atualização desta Norma Técnica, considerando que a mesma fora publicada antes da sanção da Lei Maria da Penha. Também foi desenvolvido e disponibilizado na Rede de Ensino à Distância da SENASP curso voltado para profissionais de segurança pública, formando-os para o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero, disponibilizando também maiores informações sobre o tema de gênero. Cabe ressaltar que em dezembro de 2007, a SENASP apoiou, junto a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu a implantação do primeiro serviço de atendimento a homens agressores, em parceria com a SPM, o qual irá construir marco referencial para a implantação de serviços desta natureza junto a outras unidades da Federação.

Também em 2008, a partir da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a SENASP assumiu um papel fundamental no Pacto de Enfrentamento à Violência Doméstica e de Gênero, reforçando não só o seu papel como protagonista no fortalecimento das DEAMs e na formação de profissionais de segurança pública na temática de gênero, como também na inclusão do tema de gênero na Pesquisa Nacional de Vitimização que será realizada em 2009, no auxílio técnico à SPM a implantar um Observatório de Violência de Gênero, bem como implantar, agregando a parceria com o Ministério das Cidades, de um programa específico para disponibilização de moradia para mulheres vítimas de violência que estejam com sua integridade física ameaçada. Neste sentido, foram investidos recursos, no fortalecimento de estruturas de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.

- **Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública:**

Projeto inserido para atuação da SENASP pelo Pronasci, muito embora possa ser apresentado como um projeto para valorização dos profissionais de Segurança Pública, na verdade tem uma origem muito mais ampla que é de qualificar a atuação dos profissionais de segurança pública, considerando que estes estarão mais disponíveis para o atendimento da população nas ruas, porque se encontram tranquilos com a segurança de sua família (e a sua própria) em casa.

Este projeto é uma parceria entre o Ministério da Justiça e da Caixa Econômica Federal para facilitar o acesso dos profissionais de segurança pública (policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários, peritos criminais e guardas municipais) a casa própria. As facilidades de acesso aos financiamentos e arrendamentos ocorrem por meio da viabilização da consignação das parcelas no rendimento auferido pelo profissional de segurança pública, obtendo, com isso, a redução anual dos juros praticados pela Caixa Econômica Federal, a não verificação da idoneidade cadastral do solicitante do financiamento / arrendamento (só não pode ter débitos com a própria CEF e com o Governo Federal), financiamento de até 100% do imóvel. As modalidades de financiamento são por meio de cartas de crédito (para imóveis novos e usados, assim como para aquisição de material de construção) ou por meio do PAR – Programa de Arrendamento Residencial (programa este exclusivo da CEF), o qual possibilita parcelas bastante atrativas de arrendamento (em torno de R\$ 250,00/mês), em um período de 15 anos e que ao final do pagamento não apresenta saldo remanescente para pagamento.

A SENASP atua na mobilização do Estado para que apresente as condições para a consignação dos servidores da segurança pública, por meio da existência de legislação e compatibilidade de sistemas tecnológicos, bem como na articulação entre o ente federado e a CEF/Regional, como forma de facilitar a interlocução. Até o final de 2008, os seguintes Estados aderiram ao Programa: Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro, tendo sido entregues em torno de 700 unidades habitacionais.

Cabe ressaltar que o investimento para a implementação deste projeto de habitação é proveniente de recursos da própria Caixa Econômica Federal. Além disso, somente foram despendidos gastos pertinentes a passagens aéreas e diárias dos técnicos da SENASP, visando realização de reuniões locais para mobilização dos gestores estaduais e Superintendência da CEF.

- **Regularização Fundiária:**

O presente projeto, desenvolvido por meio da Cooperação Internacional com o PNUD / Segurança Cidadã, iniciou como uma das atividades dos Jogos Pan-Americanos nas comunidades da Rocinha e do Vidigal, no município do Rio de Janeiro/RJ. As atividades versam sobre a realização de

cadastro físico, social e econômico das famílias residentes nas regiões selecionadas destas Comunidades, assim como a implantação de medidas jurídicas e administrativas para a realização da regularização. Além da parceria com o Ministério das Cidades, para a implementação da ação, no Estado do Rio de Janeiro foi agregada a parceria com a Defensoria Pública, visando a articulação para o ingresso das ações judiciais que irão proporcionar a regularização propriamente dita.

No ano de 2008, atuamos no processo de cadastramento, bem como de articulação para a definição das estratégias, junto a Defensoria Pública do RJ, para a impetração das ações judiciais. Cabe ressaltar que em reuniões realizadas pela SENASP e Ministério das Cidades, pretende-se a ampliação desta parceria para outras regiões, tendo sido já elegido o Entorno do Distrito Federal para a realização de novo projeto, sempre com foco nas localidades com maior índice de violência e criminalidade.

#### • **Ouvidorias de Polícia:**

A SENASP participa do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, propondo, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, atuando para a construção de mecanismos que fortaleçam estas instituições enquanto órgãos de controle externo da atividade policial. Até dezembro de 2008, a SEDH dispunha de recursos provenientes de acordo de cooperação com a União Européia, sendo que a SENASP disponibilizou recursos, do Fundo Nacional de Segurança Pública para a aquisição de equipamentos de informática e softwares, com a finalidade de implantar o Sistema Nacional de Informações das Ouvidorias de Polícia. Este sistema possibilitará não só a padronização dos dados relativos ao trabalho desenvolvido pelas Ouvidorias, como também proporcionará um melhor acompanhamento destas atividades pelo Governo Federal.

#### • **Conselhos Comunitários de Segurança:**

Há muito a SENASP vem investindo recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o fortalecimento de Conselhos Comunitários de Segurança, como uma forma de disponibilizar condições para a participação da população na segurança pública, assim como uma forma de exercer um controle externo sobre o tema. Ocorre que em decorrência do pequeno contingente de servidores existente na SENASP, não havia sido possível desenvolver um trabalho mais próximo de definição conceitual destes órgãos, buscando padronizar conceitos e fortalecer a aproximação com a sociedade. Neste sentido, com recursos do PRONASCI, foram realizados convênios para fortalecer estruturas de conselhos comunitários, estando a equipe da SENASP trabalhando para desenvolver conceitualmente os conselhos comunitários, realizando a capacitação dos membros dos conselhos e aproximando-os dos profissionais de segurança pública que atuam no policiamento comunitário.

#### • **GTE Segurança Cidadã / Mercosul e Países Associados:**

Muito embora o Ministério da Justiça participe, desde a criação, do Grupo de Trabalho Especializado Segurança Cidadã do Mercosul e Países Associados, somente a partir de 2008, com a regularidade dos representantes do Governo brasileiro, mais especificamente da SENASP, foi possível implantar uma pauta de trabalho conjunta, com propostas efetivas de políticas públicas de segurança com cidadania, a qual culminou, ao final da rodada de reuniões da Presidência Pró-Tempore do Brasil na proposição da seguinte pauta conjunta:

1. Estabelecimento de critérios para identificação de boas práticas em prevenção da violência e segurança pública com cidadania, para serem difundidas e disseminadas entre os países do Mercosul e associados. O Seminário de Boas Práticas do Mercosul e Associados será a instância encarregada de iniciar a discussão e o estabelecimento de um sistema de validação de boas práticas.
2. Estudo comparativo de Modelos de Policiamento nas temáticas de Polícia Comunitária, Policiamento Orientado para a Solução de Problemas (POP) e Plano Quadrante;
3. Estabelecimento de padrão de pesquisa de vitimização de forma a torná-la passível de análise entre os países do Mercosul e associados;
4. Implementação de ações voltadas ao atendimento de casos de violência intra-familiar e de gênero pelos profissionais de segurança pública e proposta para rede de atendimento;
5. Estabelecimento de cooperação para implementação de medidas para o desarmamento e restrição ao uso de armas de fogo;

6. Construção das diretrizes para implantação de um Observatório de Segurança Cidadã, com o intercâmbio de informações acerca do marco normativo de cada um dos países que integram o GTE, dados estatísticos, o registro e difusão de Boas Práticas de Segurança Cidadã, do histórico de trabalho do GTE e outros temas que forem do interesse do GTE Segurança Cidadã.

No mês dezembro de 2008, foi realizado o I Seminário de Boas Práticas do Mercosul e Países Associados, em Santiago / Chile, o qual contou com a participação dos coordenadores estaduais de Polícia Comunitária, tendo sido apresentadas, representando o Brasil, os projetos Bolsa Formação e Controle de Homicídios Fica Vivo!

**Metas e Resultados da Ação:**

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
Financeira	17.141.170,00	16.545.310,00	96,52
Física	98	36	36,73

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

**2.3.2.5. Ação 8987 - Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública**

**Tipo Ação:** Atividade

**Finalidade:** Desenvolver ações que se alinhem com o PRONASCI e com a política de segurança cidadã.

**Descrição:** Apoio às políticas públicas desenvolvidas e fomentadas pelas Instituições que visem alinhar-se com as ações do Pronasci com intuito de disseminar as boas práticas nas políticas de segurança cidadã. Apoiar e implementar projetos de modernização organizacional e tecnológica, além de estudos para a formulação, proposição e implantação de diretrizes, estratégias, execução e controle de um plano de qualidade no âmbito das organizações de segurança pública e defesa social, das Academias de Polícia Civil e Militar, Bombeiros Militar e Guardas Municipais. Apoiar e implementar a formação de pólos de desenvolvimento e pesquisa que abordem temas da segurança cidadã, incentivar, desenvolver e implementar estudos de boas experiências na área da prevenção da violência e da criminalidade nas diversas áreas. Apoiar a estruturação, implantação e modernização das Corregedorias de Polícia e das Ouvidorias de Polícia. Apoiar e implementar a Cooperação internacional Sul-Sul com foco na Segurança Cidadã. Apoiar e implementar projetos, mecanismos, acordos e ferramentas de cooperação técnica internacional. Buscar apoio e fomento por meio de empréstimos internacionais às políticas de segurança cidadã do Governo Brasileiro. Apoiar e implementar políticas e programas de comunicação como política de divulgação, educação permanente e mobilização social em prol das ações de segurança cidadã, em parceria com as áreas de comunicação do Governo Federal, dos organismos internacionais e do terceiro setor.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenador:** Roberta Shirley Alves de Oliveira

**Unidade Executora:** 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública



**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:** A Cooperação Internacional nos permitiu:

- Contratar consultoria para apoiar a criação e implementação do Centro de Educação para Formação em Segurança Pública – TREINASP que tem como **objetivo** formar formadores e gestores no âmbito da Segurança Cidadã na América Latina e Caribe. Os países membros e associados do Mercosul já manifestaram sobre o interesse de aderir ao centro e firmamos parceria com IES para a estruturação física.
- Contratar consultoria para a realização de Pesquisa nacional realizada no segundo semestre de 2008 acerca dos Programas de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida em 18 (dezoito) estados da Federação e no Distrito Federal para o levantamento de dados, visitas *in loco*, realização de entrevistas, aplicação de instrumento padronizado em cada uma das Instituições.
- Apoiar a realização de capacitações como a de Estratégias de Conservação da Natureza e Técnico Explosivista Policial no Pantanal Sul Matogrossense e Distrito Federal com instrutores internacionais da ATF, Israel e Colômbia
- Contratar consultorias em Segurança de Redes e Segurança da Informação, Auditoria e Performance de Bancos de Dados, Gerência e Desenvolvimento de Projetos de Sistemas de Integração de informações com Judiciário, Portal de Dispositivos Móveis, Integração das informações de Identificação Civil e Módulo de Administração de Usuários; Reestruturação do Data-Center da Rede INFOSEG, Capacitação técnica e divulgação institucional pelo 3º Encontro da Rede INFOSEG, Manutenção da disponibilidade dos sistemas de informação da Rede INFOSEG.
- Aquisição de solução Tecnológica (Guardião) para ampliar sistemas e interligar os núcleos de inteligência das UFs e da Polícia Federal em 7 (sete) UFs da Federação: DF, AM, MS, PI, MA, PB e RN.
- Contratação de consultorias para o desenvolvimento de Pesquisas como a Pesquisa Nacional de Vitimização, Fluxo do Sistema de Justiça Criminal; fluxo do sistema de justiça criminal, sua eficácia e efetividade, levantando informações com os órgãos estaduais de segurança pública, Ministério Público, Tribunais e estabelecimentos prisionais.
- Contratação de consultoria para o desenvolvimento de Coleção Segurança com Cidadania e apoio ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho.

**Metas e Resultados da Ação:**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	23.000.000,00	23.000.000,00	100,00
Física	22	24	109,09

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

### **2.3.2.6. Ação 8988 - Reparcelamento das Instituições de Segurança Pública - PNAPOL**

**Tipo Ação:** Atividade

**Finalidade:** Apoiar o reparcelamento das instituições de Segurança Pública.

**Descrição:** Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública (aquisição de armas, munições e equipamentos letais e não letais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações; mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública).

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenador:** João Francisco Goulart dos Santos

**Unidade Executora:** 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública

**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:** A Ação Reparcelamento das Instituições de Segurança Pública com a finalidade de implementar projetos de modernização das organizações estaduais de segurança pública, priorizando as atividades funcionais e operacionais das polícias por intermédio de recursos do Tesouro. A SENASP busca as unidades de segurança pública (polícia militar, civil e corpo de bombeiros militar), de modo a oferecer a população brasileira um serviço de qualidade, com vistas à redução da insegurança pública. Nesse sentido, estruturou-se o seguinte plano de ação:

1. Ampliação, efetivação e solidificação da presença das instituições policiais brasileiras em todo o território nacional;
2. Modernização e adequação das instalações físicas de materiais e equipamentos adequados para a atividade administrativa e operacional;
3. Implantação de meios de transporte aéreo, terrestre e de patrulha portuária e costeira, considerando as peculiaridades geográficas e a natureza da missão de cada instituição;
4. Desenvolvimento e implantação de técnicas e modelos operacionais e de gerenciamento policial direcionados para a prevenção e repressão à criminalidade inspirados em experiências de sucesso em outros países;
5. Aperfeiçoamento dos sistemas logísticos e os recursos tecnológicos para o desempenho das atividades de prevenção e repressão à criminalidade;
6. Aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão, ampliando os canais de comunicação entre as instituições policiais e a sociedade civil;
7. Desenvolvimento de metodologias operacionais e táticas, em nível local, regional e nacional e a definição de políticas de controle e intervenções em áreas estratégicas;
8. Formulação e proposta das diretrizes para elaboração, execução e controle de um Plano da Qualidade no âmbito das organizações policiais, articulando esforços para o contínuo aprimoramento dos serviços prestados à comunidade e à administração pública;

9. Proposição de iniciativas de renovação e modernização da cultura institucional organizacional predominante nas instituições de segurança brasileiras;

10. Apoio à estruturação e modernização das Corregedorias de Polícia, com objetivo de qualificar e agilizar o controle interno da atividade policial;

11. Aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional das organizações de segurança pública:

- Armas, munições e equipamentos letais e não-letais (não serão patrocinadas pela Ação: fuzis (de qualquer tipo); carabinas de calibres diversos ao .40, .30 e 5.56 (observando-se a destinação para grupos ordinários e especiais); pistolas de calibre diverso do .40; metralhadoras de calibre diverso do .40, ou deste, mas com rajada contínua/total;
- Veículos (não serão patrocinadas pela Ação, viaturas descaracterizadas) e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo;
- Equipamentos de proteção individual;
- Equipamentos de radiocomunicações para emprego operacional das organizações de segurança pública;
- Mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública que estejam inseridos no contexto da modernização da gestão de segurança pública.
- Materiais e equipamentos ostensivos para as polícias civis e de caráter investigatório para as polícias militares

#### Metas e Resultados da Ação:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	112.485.170,00	109.136.307,00	97,02
Física	355	338	95,21

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

#### 2.3.2.7. Ação 8992 – Apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública

**Tipo Ação:** Atividade

**Finalidade:** Instalar unidades físicas, com infraestrutura adequada, para o exercício das funções de segurança pública.

**Descrição:** Desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de perícia, bem como Secretarias Nacional, Estaduais e Municipais de Segurança Pública, e outras unidades correlatas.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria Nacional de Segurança Pública

**Coordenador:** Ronaldo Adilson da Silva

**Unidade Executora:** 200331 - Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

**Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação:** Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública

**Competências Institucionais Requeridas para a Execução da Ação:** Como órgão da administração direta do poder executivo em âmbito nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, criada em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar

as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do País; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes. Em síntese, a SENASP é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

**Resultados:** Estímulo ao desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação, como centros integrados de operações de segurança pública, centros integrados de cidadania, unidades de perícia, bem como as Secretarias de Segurança Pública e unidades correlatas. Nesta Ação foram realizadas despesas (Demonstrativo de Transferências), com recursos provenientes do Tesouro Nacional, com vistas à celebração de convênios estaduais e municipais. Os recursos disponibilizados atenderam a finalidade da Ação.

**Metas e Resultados da Ação:**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	8.520.021,00	6.926.779,00	81,30
Física	15	13	86,67

As diferenças entre o previsto e o executado decorrem do contingenciamento de recursos, da não apresentação de projetos adequados para a análise técnica e do atraso no retorno de encaminhamentos de outros órgãos da esfera federal, estadual e municipal que terminam inviabilizando o alcance dos melhores resultados possíveis na gestão dos recursos do FNSP.

**2.4. Desempenho Operacional**

Nesta seção do relatório, faremos a exposição de 6 avaliações de resultado do programa que foram realizadas com o objetivo de apontar para os gestores da SENASP se as metas estabelecidas em termos dos impactos previstos estão sendo alcançados. Isto subsidia os gestores com informações fundamentais para os processos de tomada de decisão quanto a necessidade de empregar mais recursos humanos, financeiros ou materiais e a necessidade de reformular os diagnósticos que fundamentaram as ações e o planejamento estratégico da SENASP como um todo.

A primeira detalha a implantação do SUSP nas Unidades da Federação em termos da execução pelos Estados de algumas ações fundamentais propostas pelo Programa de Segurança Pública para o Brasil. A segunda detalha a implantação do SUSP em termos das ações executadas pelos gestores da SENASP. A terceira considera a execução do Plano Plurianual da SENASP, documentando o alcance das metas descritas na seção 2.3.1. deste relatório. Por fim, apresentaremos três avaliações das causas de queda dos homicídios no Brasil, com destaque especial as ações executadas pela SENASP. A quarta e a quinta avaliação buscam identificar se o repasse de recursos para as ações de prevenção nos municípios está alcançando impactos significativos e a sexta avaliação qualifica a relação existente entre a formação dos alunos policiais na Rede de Educação à Distância e a redução dos crimes violentos, especialmente os homicídios. Todos os relatórios de avaliação de resultados apresentados foram elaborados pela equipe técnica da SENASP. O único relatório elaborado por agente externo foi a avaliação da relação custo benefício dos programas de prevenção da violência e criminalidade, que foi elaborado por pesquisadores da Faculdade de Economia da UFMG.

Estas 6 avaliações cobrem os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade das ações da SENASP. As avaliações de implantação do SUSP pelos Estados e pela SENASP cobrem principalmente o aspecto de efetividade na implantação do SUSP, ou seja, avalia se as ações preconizadas como necessárias para o pleno funcionamento do sistema estão sendo executadas. A avaliação da execução do Plano Plurianual trabalha com duas perspectivas de avaliação, pois levanta a situação da segurança pública (efetividade da política) e o cumprimento da execução das metas estabelecidas (eficácia da política). As avaliações relativas ao impacto das atividades de formação da Rede EAD e das ações de prevenção na incidência de homicídios também lidam com a efetividade

das ações. Por fim, a avaliação da relação entre custo e benefício das ações de prevenção trata da dimensão de eficiência.

Cabe salientar que os resultados apontados por estas análises podem apresentar certas inconsistências tendo em vista o estado atual em que nos encontramos quanto ao registro e produção de dados e informações pelos órgãos de segurança pública no Brasil. Por esta razão, iniciamos em 2009 a realização de Pesquisas Nacionais de Vitimização, consultas nacionais periódicas aos profissionais de segurança pública por meio da Plataforma de Educação à Distância e a criação de um modelo ideal de gestão das secretarias estaduais e municipais de segurança pública, envolvendo entrevistas com os gestores de segurança pública.

## **Avaliação de Resultados: Implantação do SUSP pelos Estados**

O Sistema Único de Segurança Pública constitui um conjunto de políticas públicas voltadas para a promover a integração e a modernização do aparato de segurança em todo território nacional, buscando sempre uma maior interação entre os diversos órgãos em nível local e nacional, sempre com a filosofia de aproximação com os anseios do cidadão. Com o objetivo de monitorar o processo de implantação desse sistema pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e subsidiar a Secretaria Nacional de Segurança Pública quanto ao conhecimento necessário para garantir o êxito deste processo, foi lançado, em dezembro de 2005, o Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP, que entra agora em seu quinto ano de funcionamento.

O monitoramento da implantação do SUSP é realizado por meio da coleta de informações relativas a questões de caráter qualitativo que foram elaboradas a partir de uma análise minuciosa do Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal e também das ações que vêm sendo empreendidas na Secretaria Nacional de Segurança Pública. Nesse sentido, foi elaborado um conjunto de indicadores com o objetivo de medir os diferentes graus de implementação desta filosofia nos estados nas áreas de Gestão do Conhecimento, Reorganização Institucional, Valorização Profissional, Prevenção, Perícia e Controle Externo.

Prioriza-se uma padronização do conjunto de indicadores em avaliação, mas estes são revistos e aperfeiçoados a cada ano em função dos resultados alcançados nos anos anteriores, podendo haver exclusão, inclusão, alteração ou junção de indicadores. Via de regra, quando uma determinada ação prevista no SUSP é implementada e consolidada em todos os estados, o(s) indicador(es) a ela referentes são excluídos do relatório do ano seguinte, por questões de economicidade processual, uma vez que se tornaria dispendioso a simples exigência para que os governos estaduais providenciem documentos probatórios em um indicador que não trará medida do nível relativo de implementação do SUSP em cada estado. Foi assim, por exemplo, com o indicador referente à implementação dos GGIs (Gabinetes de Gestão Integrada) e o referente à adesão aos acordos de implementação dos laboratórios de fonética e DNA forense. Do mesmo modo, outros indicadores são inseridos, tal como aquele referente à colaboração dos estados para a composição do efetivo da Força Nacional; ou ainda alterados e mesclados, seja a partir da verificação de gargalos na implementação descentralizada, seja como forma de simplificar, tornar mais abrangente ou mais preciso o enunciado de cada indicador.

Expomos a seguir um quadro com o número de indicadores utilizados nesta avaliação por eixo do SUSP para os 4 anos de monitoramento. Este quadro evidencia que vem aumentando o número de indicadores avaliados nas áreas de gestão do conhecimento e reorganização institucional e diminuindo o número de indicadores avaliados relativos a área de prevenção e perícia.

Para obtenção de dados, é enviado um questionário para cada unidade federativa contendo questões sobre a implantação e execução do SUSP, tendo sido solicitado que os estados o respondessem acompanhado do envio de documentação comprobatória da efetiva implementação das ações descritas em cada questão. Sempre avaliamos a situação de implantação do SUSP com as informações do ano terminado, ou seja, em 2005 avaliamos a situação de 2004 e assim por diante.

Cabe salientar que, a partir de 2007, ocorreu um aperfeiçoamento na metodologia de caracterização da situação dos Estados quanto aos itens avaliados. Nos dois primeiros anos, caracterizávamos apenas se as ações monitoradas eram ou não executadas pelos estados e, desta forma, cada item possuía apenas 2 classificações possíveis: (a) no caso de não cumprimento ou não comprovação efetiva do cumprimento do indicador, e (b) no caso de comprovação do cumprimento parcial ou total do indicador. A partir de 2007, passamos a caracterizar o grau de implantação da ação de forma que a estrutura de avaliação passou a ser feita em 3 níveis de classificação para cada

indicador: a situação caracterizada pela resposta (a) determina que a ação não vem sendo executada ou que o estado não apresentou documentos comprobatórios suficientes para a comprovação de sua execução, a situação caracterizada pela resposta (b) determina que a ação vem sendo executada parcialmente e a situação caracterizada pela resposta (c) determina que a ação vem sendo executada conforme estipulado pelo Plano Nacional de Segurança Pública e pelas ações empreendidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Cada resposta na opção (b) significa um ponto a mais para o Índice de Implantação do SUSP e cada resposta na opção (c) significa dois pontos a mais para o índice de Implantação do SUSP. Todos os indicadores avaliados possuem a mesma importância no processo de avaliação, sendo que o Índice de Implantação do SUSP é composto pelo somatório dos pontos adquiridos.

### Número de Indicadores Avaliados pelo Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP (Brasil – 2004/2007)

Eixos Estratégicos (SUSP)	2004		2005		2006		2007	
	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%	N. Abs.	%
Gestão do Conhecimento	4	14,81	7	21,21	7	23,33	7	22,58
Reorganização Institucional	5	18,52	7	21,21	8	26,67	9	29,03
Valorização Profissional	4	14,81	5	15,15	4	13,33	4	12,90
Prevenção	8	29,63	8	24,24	6	20,00	6	19,35
Perícia	3	11,11	3	9,09	2	6,67	2	6,45
Controle Externo	3	11,11	3	9,09	3	10,00	3	9,68
Total	27	100,00	33	100,00	30	100,00	31	100,00

Fonte: SENASP

Uma vez devolvidos os questionários pelos estados, procedeu-se então a uma análise minuciosa da documentação enviada, acompanhada de visitas in loco aos estados, de forma que todos os estados tivessem sido visitados (exceção feita ao Espírito Santo que, nos últimos dois anos, não devolveu o questionário respondido). Nesta análise, os critérios utilizados foram rigorosamente os mesmos para todas as unidades federativas que responderam ao questionário, não tendo sido feitas diferenciações em razão de região, área geográfica ou tempo de criação do Estado.

Uma ressalva importante a ser feita é no tocante à comparação dos resultados obtidos em 2008 (ano-base 2007) e 2007 (ano-base 2006) com os anos anteriores. Uma vez que as pesquisas realizadas anteriormente não distinguiam quanto ao nível de implementação das ações, atribuindo-se a classificação (b) tanto para a execução parcial como para a execução total, a análise comparativa dos resultados obtidos para 2007 e 2006 com os de 2005 e 2004 considerou, apenas para efeito de comparação, o somatório das respostas (b) e (c) como indicativo de execução de cada ação. Outro fator a ser considerado na análise evolutiva, é que em alguns indicadores houve aumento de rigor nas metas propostas e / ou mudança no rol de documentos requeridos para a efetiva comprovação de sua execução. Tais mudanças estão mencionadas na análise individual de cada indicador.

Outro ponto importante que deve balizar a comparação temporal dos resultados é a modificação dos critérios para apresentação de documentação com valor probatório, que tem tornado mais rígido o procedimento de avaliação dos questionários enviados pelos estados. A partir de 2006, houve restrição, por exemplo, quanto ao valor probatório de matérias jornalísticas publicadas apenas nos sítios eletrônicos ou boletins internos das corporações, passando-se a aceitar apenas textos jornalísticos oriundos de veículos de comunicação com notoriedade e grande circulação.

#### Questionário de Avaliação

Apresentamos a seguir o questionário de avaliação da implantação do SUSP relativa ao ano de 2007. Expomos os itens avaliados, acompanhados das possíveis respostas existentes, seguidos de uma rápida explanação dos critérios utilizados para aferir a efetiva implementação de cada ação.

### ATOES DE IMPLANTAO DO SUSP – GESTAO DO CONHECIMENTO

#### 1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Militar):

- a) Não informa dados ao sistema

b) Fornece informações ao sistema de modo parcial (parte dos campos é preenchida)

c) Fornece informações ao sistema de modo completo (totalidade dos campos é preenchida)

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A SENASP faz um acompanhamento contínuo das informações estatísticas enviadas para o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal por meio da rede INFOSEG. Este acompanhamento será usado para a avaliação da situação de alimentação do referido sistema.

## **2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública:**

a) Não respondeu nenhum dos questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)

b) Respondeu um ou dois questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)

c) Respondeu todos os questionários encaminhados para a Pesquisa do Perfil Organizacional (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros)

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A SENASP faz um acompanhamento contínuo das informações estatísticas enviadas para o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal por meio da rede INFOSEG. Este acompanhamento será usado para a avaliação da situação de alimentação do referido sistema.

## **3. Situação da integração à rede INFOSEG - atualização de informações em "tempo real":**

a) Não alimenta nenhum dos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, presos e foragidos) para a atualização do Índice Nacional (IN).

b) Não alimenta um ou mais dos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, presos e foragidos) para a atualização do Índice Nacional (IN).

c) Alimenta todos os parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, presos e foragidos) para a atualização do Índice Nacional (IN).

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do INFOSEG faz um monitoramento "em tempo real" do processo de alimentação dos índices da Rede INFOSEG pelas organizações de segurança pública estaduais e federais, emitindo relatório quando necessário. Este relatório será usado para a avaliação da situação de alimentação da referida Rede pela UF.

## **4. Situação da integração à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em "tempo real":**

a) Não disponibiliza o detalhamento de nenhum dos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".

b) Não disponibiliza o detalhamento de um ou mais parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".

c) Disponibiliza o detalhamento de todos parâmetros (mandado de prisão, inquérito, processo, narcotráfico, termo circunstanciado, armas de fogo, alvará, condenações, informações penitenciárias, movimentações penitenciárias, foragidos, veículos, condutores de veículos e imagens dos condutores) para consulta em "tempo real".

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do INFOSEG faz um monitoramento "em tempo real" da disponibilizada das bases estaduais e federais para consultas detalhadas, emitindo relatório quando necessário. Este relatório será usado para a avaliação da situação da disponibilidade de informações detalhadas para a referida Rede pela UF

## **5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública:**

a)A equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares não possui nenhum profissional pertencente ao quadro da segurança pública estadual qualificado diretamente para atuar na área de tecnologia da informação.

b)Mais da metade da equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares é constituída por profissionais pertencentes ao quadro da segurança pública estadual qualificados diretamente para atuar na área de tecnologia da informação com curso de no mínimo 80 horas-aula.

c)Mais da metade da equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares é constituída por profissionais pertencentes ao quadro da segurança pública estadual qualificados diretamente para atuar na área de tecnologia da informação com curso de no mínimo 80 horas, e pelo menos 1 profissional do quadro da segurança pública estadual qualificado diretamente para atuar na área de tecnologia da informação com curso de graduação ou pós-graduação.

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência de profissionais concursados com estas características.

#### **6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Civis e Polícias Militares por meio do registro de ocorrências unificado:**

a)Não existe integração ou existe projeto visando a integração do sistema de informações não implantado

b)Programa de integração do sistema de informações implantado parcialmente no Estado

c)Programa de integração do sistema de informações implantado totalmente no Estado

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de planilha de entrada de dados no sistema e outros documentos que comprovem a existência do sistema integrado. Apenas o funcionamento de Centro Integrado de Operações não é suficiente para a comprovação do cumprimento deste indicador.

#### **7. Situação dos investimentos do Estado em ações de modernização da área de gestão do conhecimento (ações devem envolver a modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação):**

a)Não existem projetos

b)Existem projetos financiados pelos estados atendendo parte das ações relacionadas acima

c)Existem projetos financiados pelos estados atendendo todas as ações relacionadas acima

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de notas fiscais comprovando a efetiva execução de despesa pelo estado, bem como documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que provem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Nesta avaliação, não serão levadas em conta as ações elaboradas a partir de convênios assinados com a SENASP.

### **AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

#### **8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações:**

a)Não existe integração ou existe projeto de integração das áreas não implantado

b)Integração parcial do planejamento tático e estratégico das organizações estaduais de segurança pública (parte do Estado)

c)Integração total do planejamento tático e estratégico das organizações estaduais de segurança pública (todo o Estado)

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de mapas e textos normativos definidos a delimitação geográfica das áreas integradas e comprovando o desenvolvimento do planejamento em reuniões conjuntas entre as organizações policiais estaduais. A definição das Áreas Integradas de Segurança Pública encontra-se disponível no Programa de Segurança Pública para o Brasil (Capítulo 3 – Reformas Substantivas na Esfera da União e dos Estados) e refere-se à unificação das áreas geográficas de atuação das diversas corporações. Apenas o funcionamento de Centro Integrado de Operações não é suficiente para a comprovação do cumprimento deste indicador.



**9. Situação do nível de devolução do montante de recursos repassados para o estado por meio de convênios celebrados com a SENASP no ano de 2005:**

- a) Nível de devolução de recursos acima de 10% do montante repassado
- b) Nível de devolução de recursos entre 2% e 10% do montante repassado
- c) Nível de devolução de recursos abaixo de 2% do montante repassado

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública faz um acompanhamento contínuo do nível de execução financeira dos Estados.

**10. Situação da entrega das prestações de contas de todos os convênios celebrados com a SENASP no ano de 2005, com todos os documentos requeridos, dentro do prazo legal:**

- a) Não entrega de nenhuma prestação de contas no prazo
- b) Não entrega de uma ou mais prestações de contas no prazo
- c) Entrega de todas as prestações de contas no prazo

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública faz um acompanhamento contínuo da entrega das prestações de contas pelos Estados.

**11. Número de reformulações executadas nos planos de trabalho dos convênios celebrados com a SENASP, no ano de 2005:**

- a) Mais de três reformulações executadas por convênio
- b) Duas ou três reformulações executadas por convênio
- c) Uma ou nenhuma reformulação executada por convênio

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A equipe do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública faz um acompanhamento contínuo do número de reformulações dos convênios solicitadas pelos Estados.

**12. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF:**

- a) Não existe integração ou existe projeto visando a integração das corregedorias não implantado
- b) Programa de integração das corregedorias implantado parcialmente
- c) Programa de integração das corregedorias implantado em todo o Estado

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, do ato legal de unificação das corregedorias, organograma, indicação do atual ocupante do cargo, bem como endereço e contato da sede do órgão. Será dada ênfase na avaliação da integração efetiva entre as corregedorias de polícia.

**13. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2005 a 2007) na UF:**

- a) Diminuição acima de 2% da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total dos recursos gastos pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2005 a 2007)
- b) Estabilidade (intervalo de -2% a +2% de variação) da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total dos recursos gastos pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2005 a 2007)
- c) Aumento acima de 2% da participação percentual dos recursos gastos em custeio e investimento em relação ao total dos recursos gastos pelo Estado em segurança pública nos últimos 3 anos (2005 a 2007)

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de planilha demonstrativa da execução orçamentária, com assinatura e carimbo do servidor responsável.

**14. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF:**

- a) No ano de 2006, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi inferior à 30%

b)No ano de 2006, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi superior à 30% e inferior a 50%

c)No ano de 2006, o percentual de inquéritos policiais concluídos, com ou sem autoria definida, no total de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil foi superior à 50%

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A avaliação será realizada a partir dos dados encaminhados pelos questionários respondidos na Pesquisa do Perfil Organizacional das Polícias Civis - Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal.

#### **15. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF:**

a)No ano de 2006, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi inferior à 30%.

b)No ano de 2006, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi superior à 30% e inferior a 50%.

c)No ano de 2006, o percentual de laudos concluídos, com ou sem identificação de causa, no total de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros foi superior à 50%.

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade das UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A avaliação será realizada a partir dos dados encaminhados pelos questionários respondidos na Pesquisa do Perfil Organizacional do Corpo de Bombeiros Militar - Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal.

#### **16. Situação da cooperação do Estado cedendo profissionais para constituição do efetivo da Força Nacional:**

a) O estado cede até de 80% da cota estabelecida

b) O estado cede mais de 80% e menos de 100% da cota estabelecida

c) O estado cede 100% ou mais em relação a cota estabelecida

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade de as UFs enviarem documentação para comprovação deste indicador. A SENASP dispõe de dados para a avaliação deste indicador. A cota de cada estado é definida de acordo com critérios estatísticos e acordados previamente com os estados.

### **IMPLANTAÇÃO DO SUSP – FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

#### **17. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial:**

a)Não existe integração ou existe projeto de integração das instituições de ensino policial não implantado

b)Integração parcial das instituições de ensino policial

c)Integração total das instituições de ensino policial

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Entende-se como integração total a adoção do núcleo comum disciplinar e a existência de uma única instituição de ensino policial no estado. A integração parcial consiste na realização de cursos de especificidades com turmas integradas, desde que no máximo 2/3 dos alunos sejam de uma mesma corporação. Não serão aceitos cursos ministrados para uma corporação, com menos de 1/3 dos alunos sendo "de fora". Composição da documentação a ser enviada: atos normativos de unificação das academias, organograma, indicação dos atuais ocupantes de cargos, bem como endereço e contato da sede da academia, lista de presença de cursos de especificidades com turmas que contenham membros das diversas corporações.

#### **18. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psico-social) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para todas as corporações:**

a)Não existe programa de atendimento integral à saúde ou existe projeto não implantado

b)Projeto de atendimento à saúde implantado de modo parcial no estado, atendendo apenas uma das áreas (médica, odontológica ou psico-social) ou voltado apenas para parte das corporações

c)Projeto de atendimento à saúde implantado de modo total no estado, ou seja, atendendo todas as três áreas (médica, odontológica ou psico-social) e voltado para todas as corporações

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de relatório com indicação dos servidores atendidos, tipo de serviço prestado, indicação dos atuais responsáveis pela instituição, endereço e contato da unidade, bem como outros documentos que comprovem a efetiva implementação do projeto.

**19. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública:**

- a) Não há presença do tema de direitos humanos como tema gerador e nem disciplina de Direitos Humanos nas academias ou escolas
- b) Presença do tema de Direitos Humanos no processo formativo dos policiais apenas por meio de seminários
- c) Presença intensa do tema de Direitos Humanos no processo formativo dos policiais em disciplinas nas academias ou escolas

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de grade curricular, Ementa e Conteúdo Programático, devidamente atestados pela autoridade de ensino local competente.

**20. Foram adotadas ações para garantir e promover a capacitação dos profissionais de segurança pública pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública?**

- a) Número de profissionais capacitados inferior a 10% do efetivo local
- b) Número de profissionais capacitados superior a 10% e inferior a 20% do efetivo local
- c) Número de profissionais capacitados superior a 20% do efetivo local

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade das UF's enviarem documentação para comprovação deste indicador. O Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal faz um acompanhamento contínuo da implementação destas ações.

<b>AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – PROGRAMAS DE PREVENÇÃO</b>
--

**21. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção primária e secundária com abrangência estadual:**

- a) Não existem programas ou existe projeto não implantado
- b) Programas estaduais de prevenção à violência implantados parcialmente no Estado
- c) Programas estaduais de prevenção à violência implantados em todo o Estado

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que provem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total, tais como cartilhas educativas, material promocional de campanhas, relatório de atividades devidamente atestado pela autoridade local competente, solicitação de remanejamento de recursos para outras rubricas, notícias veiculadas em meios de comunicação de massa. A comprovação da execução de ações ligadas ao PROERD não é suficiente para comprovar o cumprimento deste indicador. As rondas e ações de policiamento ostensivo, embora necessária à atividade policial, não será considerada ação de prevenção.

**22. Situação da participação da Polícia Comunitária no Sistema Estadual de Segurança Pública:**

- a) Não existe política ou existe projeto não implantado
- b) Política de Polícia Comunitária implementada não implementada ou implementada parcialmente; mas
- c) Polícia Comunitária funcionando regularmente em todo o estado

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Para a comprovação da implementação de política de policiamento comunitário, é necessário comprovar o número de profissionais capacitados na área, atividades realizadas e articulação formal com a comunidade.

**23. Situação de implantação de programa visando modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, GLBT, etc) envolvendo a capacitação de profissionais para lidar com esses grupos, implantação ou modernização de delegacias especializadas e campanhas educativas:**

- a) Não existe programa ou existe projeto não implantado

- b) Programa implantado parcialmente (atendendo parte das ações relacionadas acima)
- c) Programa implantado totalmente (atendendo todas as ações relacionadas acima)

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total.

**24. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento:**

- a) Não existe apoio à implantação do Estatuto
- b) Apoio apenas por meio de distribuição de material educativo
- c) Apoio amplo à implantação do Estatuto envolvendo ações visando controle e recolhimento de armas de fogo.

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de comprovação do número de armas entregues voluntariamente, devidamente atestada pela autoridade local competente, ou documentação que comprove a efetivação de ações.

**25. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública:**

- a) Não há redução na estatística de cidadãos mortos pelas forças de segurança; e não existe programa ou existe projeto não implantado
- b) Dados estatísticos apontam para redução de danos letais provocados pelas forças de segurança ou há programa de prevenção de danos letais implantado em âmbito estadual
- c) Dados estatísticos apontam para redução de danos letais provocados pelas forças de segurança e há programa de prevenção de danos letais implantado em âmbito estadual

**Processo de Avaliação:** Não há necessidade das UFs enviarem documentação para avaliação dos dados estatísticos. Para a comprovação da implementação de políticas de prevenção, avaliaremos documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprove a aquisição de equipamentos não letais (notas fiscais de compra e prova da efetiva entrega de material), capacitação de profissionais e mediação de conflitos. Cursos de defesa pessoal não serão considerados como comprovação da realização desta ação.

**26. Situação da atuação formal da Secretaria Estadual de Segurança Pública no âmbito de Comissões ou Conselhos Permanentes de Direitos Humanos:**

- a) Não existe participação formal
- b) Existe participação formal em Comissões ou Conselhos em âmbito estadual
- c) Existe participação formal em Comissões ou Conselhos em âmbito estadual e existe Comissão ou Conselho Permanente de Direitos Humanos no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança Pública

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de textos normativos que comprovem a implantação das comissões, bem como indicação dos atuais ocupantes dos cargos ou atas de reuniões.

**AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PERÍCIA**

**27. Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs:**

- a) Não existe processo de descentralização ou processo em planejamento e não implantado
- b) Processo de descentralização implantado parcialmente ou não implantado para os três órgãos
- c) Processo de descentralização dos três órgãos implantado plenamente, com abrangência em todo o território do estado

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência de núcleos de perícias diversas (locais de crime) e medicina legal descentralizados. Para a comprovação da descentralização total, é necessário que a UF encaminhe o endereço e contato das unidades descentralizadas, bem como indicação dos atuais responsáveis pelas unidades. Em caso de estados de pequena dimensão territorial e baixa densidade demográfica, poderá ser considerada também a existência de unidades móveis de perícia, desde que se comprove o seu pleno funcionamento. A comprovação apenas de postos descentralizados para a confecção de documentos de identidade não é suficiente para comprovar a descentralização dos II ou IC, sendo necessário também que as unidades fora das capitais realizem perícias.

**28. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação):**

- a) Não existem projetos
- b) Existem projetos financiados pelos estados atendendo parte das ações relacionadas
- c) Existem projetos financiados pelos Estados atendendo todas as ações relacionadas

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de notas fiscais comprovando a efetiva execução de despesa pelo estado, bem como documentação enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que provem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Nesta avaliação, não serão levadas em conta as ações elaboradas a partir de convênios assinados com a SENASP.

<b>AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO SUSP – CONTROLE EXTERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>
--

**29. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de Polícia:**

- a) Não existe Ouvidoria
- b) Ouvidoria implantada e sem apoio efetivo do Estado
- b) Ouvidoria implantada e com apoio efetivo do Estado

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir da indicação, pelas secretarias estaduais de segurança pública, do atual ocupante do cargo, bem como endereço e contato da sede da instituição. Nesta avaliação se dará destaque aos seguintes itens: adequação do modelo de Ouvidoria ao proposto no Programa de Segurança Pública para o Brasil (Capítulo 3 - Ouvidorias de Polícia autônomas e independentes), reconhecida pelo Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia; capacitação de profissionais, infra-estrutura tecnológica e física independente das estruturas das corporações, autonomia e interlocução efetiva com outros órgãos. A implementação de Ouvidorias estaduais gerais, com competência para tratar de todos os assuntos de âmbito do estado não será considerada na avaliação do cumprimento deste indicador, sendo necessária a existência de Ouvidoria específica.

**30. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública:**

- a) Procedimentos legais não instaurados
- b) Procedimentos legais instaurados e conclusão de apenas 30% dos instaurados
- b) Procedimentos legais instaurados e conclusão de acima de 30% dos instaurados

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir do envio, pelas secretarias estaduais de segurança pública, de quadro estatístico com número de casos encaminhados, especificando o tipo de denúncia e o total de casos instaurados e concluídos, devidamente atestado pela autoridade local competente.

**31. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública:**

- a) Não existe política ou existe projeto não implantado
- b) Conselhos não implementados ou implementados parcialmente
- c) Conselhos funcionando regularmente

**Processo de Avaliação:** A avaliação será realizada a partir de documentação e normatização enviada pelas secretarias estaduais de segurança pública que comprovem a existência do projeto ou programa e sua efetiva execução parcial ou total. Os Conselhos Comunitários devem necessariamente estar descentralizados nas comunidades locais, ter eleição direta para sua diretoria, e realizar reuniões periódicas e abertas a qualquer cidadão interessado, cuja comprovação será feita através da indicação da lista das comunidades que possuem conselhos instalados, com indicação do atual responsável eleito, localização e contato, bem como atas de reunião.

Respostas ao Monitoramento

De 2004 para 2007, ocorreu um aumento no número de estados que responderam os questionários para avaliação da implantação do SUSP. Cabe salientar que São Paulo, Espírito Santo e Paraíba, até o presente momento, responderam apenas 2 anos do processo de avaliação.

## Resposta dos Estados ao Sistema Nacional de Monitoramento da Implantação do SUSP (Brasil – 2004/2007)

Situação de resposta à	2004		2005		2006		2007	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Número de estados que responderam	19	70,37	25	92,59	25	92,59	24	88,88
Estados que não responderam à avaliação	Alagoas		Amazonas		Espírito Santo		Espírito Santo	
	Maranhão		Paraíba		São Paulo		Rio Grande do Norte	
	Mato Grosso do Sul						Rio Grande do Sul	
	Paraíba							
	Piauí							
	Santa Catarina							
	São Paulo							
Sergipe								

Fonte: SENASP

Buscando diminuir o impacto do não encaminhamento das respostas dos questionários de avaliação e ter um retrato mais consistente da situação da implantação do SUSP, realizamos um aperfeiçoamento do processo de avaliação de modo a reduzir cada vez mais a dependência da avaliação em relação à proatividade dos estados para responderem o sistema. Em relação aos 31 indicadores avaliados em 2008, uma boa parte depende de informações que são gerenciadas pela própria SENASP. Desta forma, a situação dos estados que não responderam a avaliação também foram incluídos no relatório, aproveitando estes indicadores cuja avaliação está baseada em informações sistematizadas pela própria SENASP. Contudo, no tocante aos outros indicadores que dependem de informação documental a ser enviada pelos estados, a não resposta e/ou a não apresentação de documentação comprobatória recebeu classificação (a), isto é, equivalente à não execução da ação. Portanto, no caso de Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul para o ano de 2007, a indicação (a) não significa necessariamente que foi apurado que a ação não está implementada, mas que não houve resposta ou documentação probatória apresentada para tais indicadores. O mesmo vale para os casos de estados que reenviaram o questionário, mas deixaram de responder ou apresentar documentação probatória em um ou mais indicadores.

### Análise dos Dados

A análise será empreendida de modo a qualificar a situação verificada em 2007, e faremos uma comparação geral das situações observadas em cada ano (2004/2007).

### Gestão do Conhecimento

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (Polícia Militar).
2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública.
3. Situação da interação à rede INFOSEG - atualização de informações em "tempo real".
4. Situação da interação à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em "tempo real".
5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública.
6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Cíveis e Polícias Militares por meio do registro de ocorrências unificado.
7. Situação dos investimentos do Estado em ações de modernização da área de gestão do conhecimento (ações devem envolver a modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação).

A análise das informações relativas às ações da área de Gestão do Conhecimento aponta que os principais êxitos são a alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, no que concerne o módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública relativo às organizações estaduais (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpos de Bombeiros Militares) e a consulta a informações detalhadas em "tempo real" na Rede Infoseg. A principal falha encontrada na

implantação do SUSP na área de gestão do conhecimento é o baixo investimento dos estados com recursos próprios para promover a modernização desta área. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de gestão do conhecimento mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso e Tocantins. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Espírito Santo, Distrito Federal e Maranhão.

### Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2007)

Unidades da Federação	Gestão do Conhecimento							TOTAL (0 a 14)
	1	2	3	4	5	6	7	
Acre		C	B	A	C	B	B	7
Alagoas		C	B	C	C	B	A	8
Amazonas		C	B	C	C	C	B	10
Amapá		C	B	A	C	A	A	5
Bahia		C	B	C	C	B	C	10
Ceará		C	B	C	B	C	C	10
Distrito Federal		B	B	A	B	A	A	3
Espírito Santo		B	A	A	A	A	A	1
Goiás		C	B	C	C	C	A	9
Maranhão		C	A	A	A	A	C	4
Minas Gerais		C	B	C	C	B	B	9
Mato Grosso do Sul		C	B	C	B	C	A	8
Mato Grosso		B	B	C	C	C	C	10
Pará		B	B	C	C	B	C	9
Paraíba		C	B	C	C	A	A	7
Pernambuco		C	B	C	B	C	B	9
Piauí		C	B	C	A	A	A	5
Paraná		C	B	C	A	C	A	7
Rio de Janeiro		A	C	C	C	A	A	6
Rio Grande do Norte		C	B	C	B	A	A	6
Rondônia		C	B	C	C	B	A	8
Roraima		C	B	A	C	A	A	5
Rio Grande do Sul		B	B	C	B	C	A	7
Santa Catarina		C	B	C	A	A	A	5
Sergipe		C	B	C	C	A	A	7
São Paulo		B	B	C	C	B	A	7
Tocantins		C	B	C	C	B	C	10
<b>TOTAL</b>	0	46	26	42	38	26	16	192

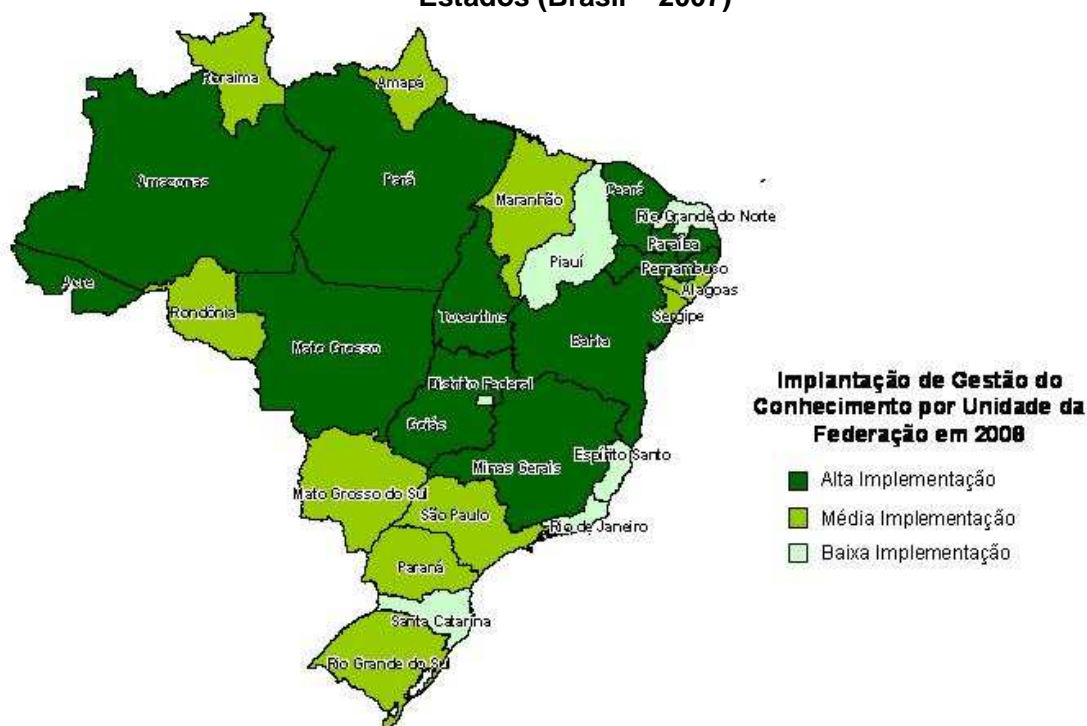
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

1. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – Módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (PM): de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (16 – 25 – 25). A partir de 2006, passou-se a avaliar também o conteúdo da informação encaminhada, fazendo com que o critério de avaliação ficasse mais rígido. Em 2006, verificamos que dos 25 estados que alimentam o referido módulo, apenas 17 alimentam integralmente as informações solicitadas. A partir de 2007, deixamos de lado a avaliação da alimentação do módulo Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia pelas polícias civis e passamos a avaliar o encaminhamento de informações pelas polícias militares. Não conseguimos ter acesso às informações necessárias para avaliar o resultado deste indicador no ano de 2007.

2. Situação de alimentação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Módulo Perfil das Organizações de Segurança Pública: de 2005 para 2007, o número de estados que atenderam este item plenamente aumentou consideravelmente (11 – 11 – 20). Apenas o Rio de Janeiro não respondeu nenhum questionário da pesquisa perfil com as informações para o ano de 2007.

3. Situação da interação à rede INFOSEG - atualização de informações em "tempo real": de 2005 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu (16 – 25 – 25). Porém, resta salientar que apenas 1 estado (Rio de Janeiro) atendeu este item plenamente, atualizando todos os parâmetros do INFOSEG em tempo real. Os dois estados que não atenderam este item foram Espírito Santo e Maranhão.

### Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Gestão do Conhecimento entre os Estados (Brasil – 2007)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

4. Situação da interação à rede INFOSEG - consulta as informações detalhadas em "tempo real": de 2005 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu (16 – 21 – 21). Porém, resta salientar que, de 2006 para 2007, subiu significativamente o número de estados que atenderam este item plenamente, passando de 3 para 21 o número de estados que consultam todos os parâmetros do INFOSEG em tempo real. Os seis estados que não atenderam este item foram Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão e Roraima.

5. Situação da equipe disponível para atendimento das funções de Tecnologia da Informação no âmbito da segurança pública: Este indicador foi introduzido em 2005. De 2005 a 2007, o número de estados que atenderam minimamente este item subiu (5 – 15 – 22). Destes 22 estados, 16 possuem mais da metade da equipe responsável pelo atendimento das funções de tecnologia da informação no âmbito das polícias civis e militares constituída por profissionais pertencentes ao quadro da segurança pública estadual qualificados diretamente para atuar na área de tecnologia da informação e pelo menos 1 profissional do quadro da segurança pública estadual qualificado diretamente para atuar na área de tecnologia da informação com curso de graduação ou pós-graduação. Cabe ressaltar que, em 2005 foi considerado, como prova de capacitação do servidor, a apresentação de certificado de qualquer curso de Tecnologia da Informação, ao passo que, a partir de 2006, foi exigido que tais cursos tivessem no mínimo 80 horas-aula. Ou seja, mesmo com o aumento de rigidez do critério de avaliação, houve um significativo aumento no grau de execução desta ação pelos estados.

6. Situação de implantação de programa visando integrar o sistema de informações das Polícias Civis e Polícias Militares (integração dos processos de coleta e registro de informações em apenas uma base de dados): de 2004 para 2007, o número de estados com programa de integração implantado aumentou (11 – 14 – 11 – 16). Contudo, a partir de 2006, passou-se a não considerar somente a implantação de um Centro de Operações Integradas para atendimento de emergência como forma de execução, ainda que parcial, desta ação; dando assim mais rigidez ao critério de avaliação. Em 2006, dos 11 Estados que possuíam o referido programa, apenas 5 possuíam o programa implantado em todo o Estado: Acre, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Em 2007, dos 16 Estados que possuíam o referido programa, 8 possuíam o programa implantado em todo o Estado: Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul.



7. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de gestão do conhecimento (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação): de 2004 para 2007, permaneceu estável o número de estados que atenderam este item (9 – 13 – 11 – 10), não tendo havido alterações no critério de avaliação. Entre os 10 estados que realizaram investimentos em projetos de modernização da área de gestão do conhecimento, em 2007, apenas Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins realizaram investimentos em projetos que envolveram ao mesmo tempo: modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e modernização de sistemas de gestão da informação.

#### Reorganização Institucional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações de segurança pública empreendidas por estas organizações.
9. Situação do nível de devolução do montante de recursos repassados para o estado por meio de convênios celebrados com a SENASP no ano de 2005.
10. Situação da entrega das prestações de contas de todos os convênios celebrados com a SENASP no ano de 2005, com todos os documentos requeridos, dentro do prazo legal.
11. Número de reformulações executadas nos planos de trabalho dos convênios celebrados com a SENASP, no ano de 2005.
12. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF.
13. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2005 a 2007) na UF.
14. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF.
15. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF.
16. Situação da cooperação do Estado cedendo profissionais para constituição do efetivo da Força Nacional

#### Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2007)

Unidades da Federação	Reorganização Institucional									TOTAL (0 a 18)
	8	9	10	11	12	13	14	15	16	
Acre	C	A	A	B	A	C	C	A	B	8
Alagoas	A	A	A	C	A	A	C	A	B	5
Amazonas	B	B	A	C	C	C	C	A	C	12
Amapá	A	B	C	C	A	C	A	A	B	8
Bahia	B	A	B	B	B	B	C	A	A	7
Ceará	C	B	B	B	C	C	A	A	C	11
Distrito Federal	A	A	C	B	A	A	C	A	A	5
Espírito Santo	A	A	C	A	A	A	C	A	C	4
Goiás	C	C	C	C	C	C	C	A	B	15
Maranhão	A	A	A	C	C	C	A	A	B	7
Minas Gerais	B	B	B	B	C	C	A	A	A	8
Mato Grosso do Sul	B	A	C	C	A	C	A	A	B	8
Mato Grosso	B	A	C	B	B	C	A	A	C	9
Pará	B	A	B	C	A	C	A	A	C	8
Paraíba	A	A	A	C	A	C	C	C	C	10
Pernambuco	C	A	B	B	C	C	C	A	C	12
Piauí	A	A	A	C	A	C	C	A	A	6
Paraná	C	A	C	C	A	A	C	A	A	8
Rio de Janeiro	B	B	C	B	C	A	A	A	A	7
Rio Grande do Norte	A	C	C	C	C	A	C	A	C	12
Rondônia	B	C	C	B	A	C	C	C	C	14
Roraima	C	A	A	B	A	B	C	A	A	6
Rio Grande do Sul	A	A	C	B	A	A	B	A	A	4
Santa Catarina	A	A	C	C	C	B	C	A	A	9
Sergipe	B	A	C	C	A	B	C	C	A	10
São Paulo	C	B	A	C	A	A	A	A	A	5
Tocantins	A	B	C	B	B	C	C	A	A	9

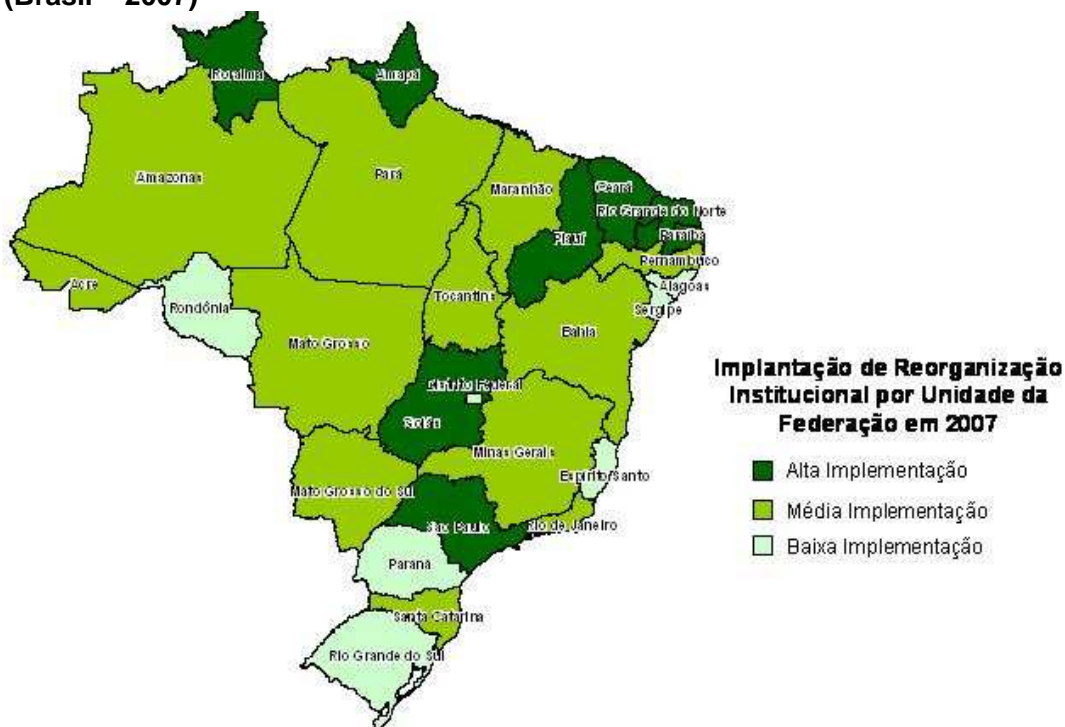
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

A análise das informações relativas às ações da área de Reorganização Institucional evidencia que os principais êxitos desta área são o baixo número de reformulações executadas pelos estados em relação aos convênios assinados com a SENASP, o alto número de prestações de contas dos convênios encaminhadas com todos os documentos requeridos e o aumento dos recursos investidos pelos estados, entre 2005 e 2007, na área de segurança pública. As principais falhas no processo de implantação foram a situação precária de conclusão de laudos instaurados pelos Corpos de Bombeiros e a alta devolução de recursos pelos estados em relação aos convênios assinados com a SENASP. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de reorganização institucional mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Amazonas, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rondônia. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e São Paulo.

8. Situação do processo de integração das organizações policiais estaduais no planejamento tático e estratégico das ações empreendidas por estas organizações: o número de estados que comprovou a adoção do conceito de áreas integradas aumentou de 2004 para 2007 (10 – 10 – 13 – 16). No entanto, destes 16 estados, apenas 7 implantaram as áreas integradas em todo o território do estado: Acre, Ceará, Goiás, Pernambuco, Paraná, Roraima e São Paulo.

9. Situação da execução dos recursos repassados pela SENASP para as organizações de segurança pública da UF (2005): em 2006, primeiro ano de análise do montante de recursos devolvidos pelos Estados para a SENASP, identificou-se que 18 estados devolveram acima de 10% dos recursos recebidos, 6 estados devolveram entre 2% e 10% e apenas 3 estados devolveram abaixo de 2% dos recursos recebidos da SENASP via convênio: Acre, Espírito Santo e Rondônia. Em 2007, identificou-se que 17 estados devolveram acima de 10% dos recursos recebidos, 7 estados devolveram entre 2% e 10% e apenas 3 estados devolveram abaixo de 2% dos recursos recebidos da SENASP via convênio: Goiás, Rio Grande do Norte e Rondônia.

**Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Reorganização Institucional entre os Estados (Brasil – 2007)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

10. Situação da entrega das prestações de contas de todos os convênios celebrados com a SENASP no ano de 2005, com todos os documentos requeridos, dentro do prazo legal: em 2006, primeiro ano de análise da situação de entrega das prestações de contas, identificamos que 6 estados entregaram todas as prestações de contas fora do prazo (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba e

Rondônia), 20 estados entregaram suas prestações de contas ou parcialmente fora do prazo, ou dentro do prazo, mas sem toda a documentação necessária. Apenas o estado do Pará, que assinou apenas 1 convênio no ano de 2004, entregou suas prestações de contas dentro do prazo e com a documentação adequada. Em 2007, identificamos que 8 estados entregaram todas as prestações de contas fora do prazo, 5 estados entregaram suas prestações de contas ou parcialmente fora do prazo, ou dentro do prazo, mas sem toda a documentação necessária. Por fim, tivemos um aumento significativo dos estados que entregaram todas as prestações no prazo e com todos os documentos necessários, passando de 1 para 14 estados.

11. Número de reformulações executadas nos planos de trabalho dos convênios celebrados com a SENASP (2005): de 2006 para 2007, o número de estados que executaram mais de 1 reformulação por convênio assinado com a SENASP aumentou (7 – 11). Destes 11 estados, Espírito Santo se destacou por realizar mais de 3 reformulações por convênio.

12. Situação do processo de implantação do projeto de integração das corregedorias de polícia na UF: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (3 – 8 – 11 – 12). Sendo eles: Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins.

13. Situação dos gastos estaduais em segurança pública relacionados a investimento e custeio nos últimos 3 anos (2005 a 2007) na UF: em 2006, primeiro ano de análise da situação dos investimentos, sob estes parâmetros, verificamos que 16 estados promoveram incremento acima de 2% na participação percentual dos gastos em custeio e investimento no total de gastos executados pelo estado, 2 estados permaneceram em padrão de estabilidade e 9 estados promoveram redução de mais de 2% nesta proporção. Em 2007, verificamos que 15 estados promoveram incremento acima de 2% nesta proporção, 4 estados permaneceram em padrão de estabilidade e 8 estados promoveram redução de mais de 2% nesta proporção.

14. Situação da conclusão de inquéritos policiais instaurados pela Polícia Civil na UF: de 2005 para 2007, o número de estados que apresentaram o índice de conclusão de inquéritos acima de 30% permaneceu estável (16 – 12 – 17). Entre estes, 16 concluem acima de 50% dos inquéritos instaurados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

15. Situação da conclusão de laudos instaurados pelo Corpo de Bombeiros Militar na UF: de 2005 para 2007, o número de estados que apresentaram o índice de conclusão de laudos acima de 30% diminuiu (7 – 3 – 3). Cabe observar que todos os estados que atenderam a este quesito apresentaram índices acima de 50% dos inquéritos instaurados: Paraíba, Rondônia e Sergipe.

16. Situação da cooperação do Estado cedendo profissionais para constituição do efetivo da Força Nacional: em 2007, primeiro ano de análise da situação da cessão de profissionais de segurança pública para a Força Nacional pelos estados, 9 estados ultrapassaram a cota estabelecida para cessão e 6 estados cederam entre 80% e 100% da cota estabelecida. Apenas 12 estados cederam menos de 80% da cota estabelecida: Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

#### Formação e Valorização Profissional

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

17. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial.

18. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psicossocial) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para todas as corporações.

19. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública.

20. Ações adotadas para garantir e promover a capacitação dos profissionais de segurança pública pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública.

A análise das informações relativas às ações da área de Formação e Valorização Profissional mostra que o principal êxito desta área é a presença maciça dos Direitos Humanos no processo

formativo dos policiais das organizações de segurança pública. A principal falha no processo de implantação foi a existência de ações visando garantir e promover a capacitação dos profissionais de segurança pública na Rede Nacional de Educação à Distância (SENASP). Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de formação e valorização profissional mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Tocantins. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Distrito Federal, Paraíba e Piauí.

### Implementação Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil/2007)

Unidades da Federação	Valorização Profissional				TOTAL (0 a 8)
	17	18	19	20	
Acre	B	B	C	B	5
Alagoas	B	B	C	C	6
Amazonas	B	B	C	C	6
Amapá	C	B	C	A	5
Bahia	B	C	C	B	6
Ceará	B	C	C	A	5
Distrito Federal	A	B	C	A	3
Espirito Santo	A	A	C	C	4
Goiás	B	B	C	A	4
Maranhão	B	C	C	A	5
Minas Gerais	B	B	C	A	4
Mato Grosso do Sul	A	B	C	B	4
Mato Grosso	B	B	C	C	6
Pará	C	C	C	A	6
Paraíba	A	A	C	A	2
Pernambuco	C	B	C	B	6
Piauí	A	A	C	A	2
Paraná	B	B	C	A	4
Rio de Janeiro	A	C	C	A	4
Rio Grande do Norte	A	C	C	A	4
Rondônia	A	B	C	C	5
Roraima	C	A	C	A	4
Rio Grande do Sul	A	B	C	B	4
Santa Catarina	B	B	C	B	5
Sergipe	A	B	C	B	4
São Paulo	B	B	C	A	4
Tocantins	C	B	C	C	7

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

17. Situação do processo de integração das instituições de ensino policial: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (10 – 14 – 14 – 17). Até 2005, a realização apenas de cursos com turmas integradas era equiparada à integração total para fins de avaliação da execução da ação, ainda que houvesse somente 1 aluno de uma corporação em um curso composto quase que unicamente por alunos de uma outra. A partir de 2006, o critério ficou mais rígido, passando-se a considerar um curso com “turma integrada” aquele em que o rol de alunos inscritos apresentasse no máximo 2/3 de alunos de uma mesma corporação. Portanto, mesmo com o critério mais rígido, o número de estados que promoveram cursos com turmas integradas aumentou para 17. Destes, apenas 5 alcançaram uma integração total das instituições de ensino: Amapá, Pará, Pernambuco, Roraima e Tocantins.

18. Situação de implantação de projeto de atendimento integral à saúde (médico, odontológico e psico-social) com abrangência institucional, ou seja, disponibilizado para toda a corporação: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (9 – 14 – 17 – 23). Destes 23 estados, apenas 6 possuem projetos de atendimento à saúde implantado de forma integral, ou seja, atendendo as áreas médica, odontológica e psico-social e voltado para todas as corporações: Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

19. Situação da educação para Direitos Humanos no processo formativo dos policiais das organizações estaduais de segurança pública: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (17 – 17 – 24 – 27).

20. Adoção de ações (normas, procedimentos) para garantir e promover o acesso dos profissionais de segurança pública à Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública: em 2005, 22 estados empreenderam ações visando a formação dos profissionais de segurança pública da Rede EAD, mas não havia especificações sobre o nível de incentivo aos programas de capacitação à distância. No ano de 2006, realizamos uma avaliação do percentual de profissionais dos estados que já foram capacitados na referida rede e concluímos que apenas 6 estados possuíam mais de 10% dos profissionais já capacitados. No ano de 2007, subiu para 13 o número de estados que possuíam mais de 10% dos profissionais capacitados no EAD. Destes 13 estados, 6 estados possuíam mais de 20% do efetivo capacitado: Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins.

**Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Formação e Valorização Profissional entre os Estados (Brasil – 2007)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

**Prevenção**

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

21. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção primária e secundária com abrangência estadual.
22. Situação da participação da Polícia Comunitária no Sistema Estadual de Segurança Pública.
23. Situação de implantação de programa visando modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, GLBT, etc) envolvendo a capacitação de profissionais para lidar com esses grupos, implantação ou modernização de delegacias especializadas e campanhas educativas.
24. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento.
25. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública.
26. Situação da atuação formal da Secretaria Estadual de Segurança Pública no âmbito de Comissões ou Conselhos Permanentes de Direitos Humanos.

A análise das informações relativas às ações da área de Prevenção identifica que os principais êxitos dessa área foram a implantação de programas visando a modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis e a participação ativa da polícia comunitária no Sistema Estadual de Segurança Pública. As principais falhas no processo de implantação foi a falta de apoio a implantação do Estatuto do Desarmamento e a falta de participação formal das Secretarias estaduais de Segurança Pública no âmbito das Comissões ou Conselhos Permanentes de Direitos Humanos. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de prevenção mais próximas ao proposto pelo

Sistema Único de Segurança Pública: São Paulo e Tocantins. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

### Implementação das Ações de Prevenção entre os Estados (Brasil – 2007)

Unidades da Federação	Prevenção						TOTAL (0 a 12)
	21	22	23	24	25	26	
Acre	C	C	B	A	A	A	5
Alagoas	A	A	A	A	B	C	3
Amazonas	C	C	C	B	A	C	9
Amapá	C	C	C	A	A	A	6
Bahia	B	C	B	C	A	B	7
Ceará	B	C	B	C	B	C	9
Distrito Federal	A	A	A	A	A	A	0
Espírito Santo	A	A	A	A	A	A	0
Goiás	C	C	B	A	C	A	7
Maranhão	B	B	B	A	C	C	7
Minas Gerais	C	C	C	C	B	A	9
Mato Grosso do Sul	A	C	B	C	B	C	8
Mato Grosso	C	C	B	A	C	C	9
Pará	B	B	C	A	C	C	8
Paraíba	A	A	A	A	A	A	0
Pernambuco	B	B	B	C	B	A	6
Piauí	A	B	B	A	A	A	2
Paraná	A	C	A	A	B	A	3
Rio de Janeiro	A	C	B	A	A	A	3
Rio Grande do Norte	A	A	A	A	A	A	0
Rondônia	A	B	A	A	A	A	1
Roraima	C	C	A	A	C	A	6
Rio Grande do Sul	A	A	A	A	A	A	0
Santa Catarina	B	C	B	C	C	A	8
Sergipe	B	C	C	B	B	A	7
São Paulo	C	C	C	C	C	B	11
Tocantins	C	C	C	C	A	C	10

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

21. Situação de implantação de programas estaduais de prevenção à violência implantados com abrangência estadual: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item permaneceu estável (15 – 14 – 19 – 16). Cabe ressaltar que, a partir de 2006, o critério tornou-se mais rígido, com o objetivo de evitar equívocos referentes ao conceito de “prevenção”. Nesse sentido, foi informado expressamente que a realização de “rondas” não se incluía entre as políticas a serem avaliadas, uma vez que, no ano anterior, houve casos de estados que apresentaram somente esta atividade como política de prevenção. Da mesma forma, como grande parte dos estados costumava apresentar apenas ações do PROERD (Programa de erradicação das Drogas) como política de prevenção, e considerando que todos os estados têm este programa minimamente implementado, a partir da avaliação de 2006 o PROERD deixou de ser considerado na avaliação. Os 11 estados que não comprovaram possuir nenhum tipo de programa de prevenção foram Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Rio Grande do Sul.

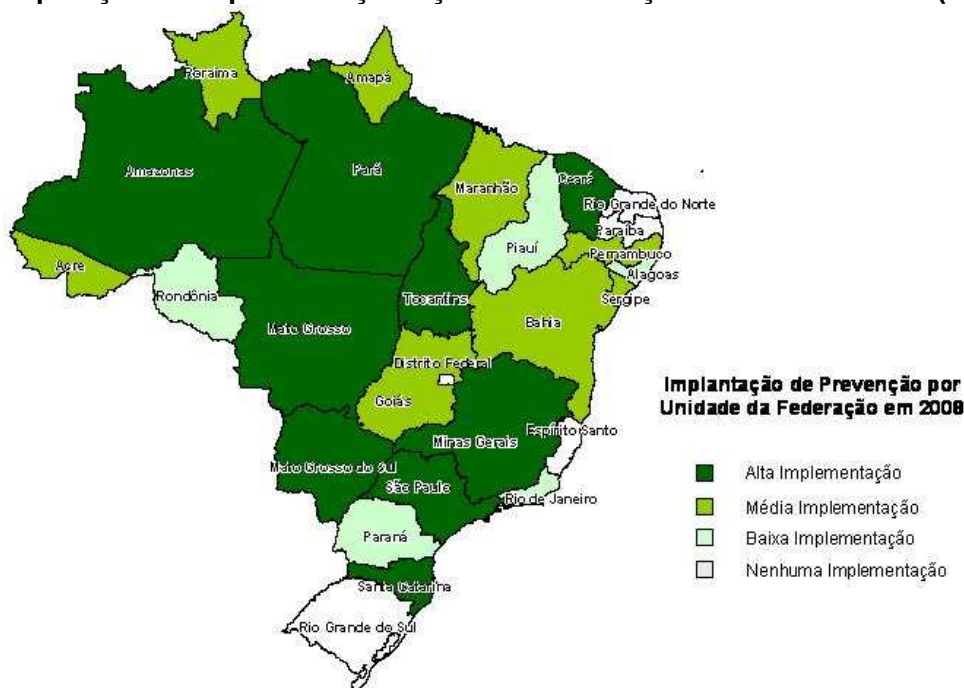
22. Situação de implantação da política pública de Polícia Comunitária com abrangência sistêmica: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item subiu da seguinte forma (10 – 14 – 18 – 21). Os seis estados que não possuem a polícia comunitária implantada de forma sistêmica são Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

23. Situação de implantação de programa visando modernização da rede de proteção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, GLBT, etc) envolvendo a capacitação de profissionais para lidar com esses grupos, implantação ou modernização de delegacias especializadas e campanhas educativas: A instituição deste indicador, no ano de 2006, resulta da junção de 2 indicadores que foram avaliados em 2004 e 2005, quais sejam: “Situação de implantação de programa visando modernização das DEAMs” e “Situação da política de implantação das

Delegacias de Proteção à Criança e o Adolescente e Delegacias de Investigação de Ato Infracional”, bem como da ampliação do alcance da avaliação, incluindo também idosos, GLBT e demais grupos vulneráveis. A evolução da implementação destes 2 indicadores em 2004 e 2005 foi (8 – 5) e (8 – 11), respectivamente. Em 2006, no primeiro ano de análise deste item, identificamos que 16 estados possuem algum tipo de programa implantado ainda que parcialmente e voltado para pelo menos 1 tipo de grupo vulnerável, dentre os quais 9 possuíam este tipo de programa implantado parcialmente e 7 estados possuíam este tipo de programa implantado totalmente, ou seja, envolvendo capacitação dos policiais, modernização de delegacias e campanhas educativas com a população. Em 2007, identificamos que 18 estados tinham algum programa implantado e 7 possuíam este programa implantado totalmente: Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Pará, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

24. Situação de apoio à implantação do Estatuto do Desarmamento: de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item diminuiu (13 – 13 – 12 – 10). Destes 10 estados, 8 executam apoio envolvendo ações visando recolhimento e controle de armas de fogo e distribuição de material educativo: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

**Mapa: Comparação da Implementação Ações de Prevenção entre os Estados (Brasil – 2007)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

25. Situação de implantação de programa visando prevenção de danos letais provocado pelo efetivo das organizações de segurança pública: de 2004 para 2007, o número de estados que possuem programas visando a redução de danos letais provocados pelo efetivo subiu da seguinte forma (4 – 6 – 19 – 14). No entanto, a partir de 2006, passou-se a avaliar não somente o investimento dos estados em programas de redução de danos letais, como também o resultado efetivo de tais ações, através do número de pessoas mortas “por intervenção estatal”, segundo dados do SIM<sup>3</sup> (DATASUS). No ano de 2006, entre os 19 estados que obtiveram pontuação neste indicador, a maioria (15) demonstrou apenas a execução de ações sem apresentar reflexo positivo no número de letalidade policial ou não comprovou a execução de ações mas apresentou redução no número de mortes, possivelmente resultante de investimentos em anos anteriores, investimentos diretos da SENASP (o que não é considerado “investimento do estado” para fins de avaliação qualitativa), ou até mesmo de caso fortuito ou fatores externos. Em 2006, apenas 4 estados encontramos concomitantemente a existência de ações com investimentos dos estados e estatísticas que apontam para a redução de danos letais provocados pelas forças de segurança pública. Em 2007, reduziu de 15 para 7 o número

<sup>3</sup> Sistema de Informações de Mortalidade – administrado pela Secretaria de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde

de estados que atenderam este quesito parcialmente e aumentou de 4 para 7 o número de estados que atenderam este quesito plenamente, ou seja, executaram ações para redução do dano letal pela polícia e tiveram resultados efetivos na redução destes danos.

26. Situação de implantação das Comissões Permanentes de Direitos Humanos nas estruturas organizacionais da Secretaria Estadual de Segurança Pública: de 2004 para 2006, o número de estados que atenderam este item permaneceu estável da seguinte forma (2 – 5 – 2). Em 2006, a instituição de comissão ou instância de Direitos Humanos no âmbito de outra secretaria ou outro poder, passou a não mais ser considerada execução parcial da ação, o que tornou o critério mais rígido. Mesmo assim, dos 5 estados que haviam comprovado execução ainda que parcial em 2005, 4 não responderam a este indicador ou apresentaram documentação inadequada na avaliação de 2006. Os únicos estados que comprovaram a execução deste indicador foram: Rio Grande do Norte (através de ato normativo) e Alagoas (apenas com relação à PM). Em 2007, ocorreu uma mudança neste indicador, passando-se a avaliar também a situação da atuação formal da Secretaria Estadual de Segurança Pública no âmbito de Comissões ou Conselhos Permanentes de Direitos Humanos. Identificamos que em 2 estados ocorre a atuação formal da secretaria em comissões ou conselhos em âmbito estadual e em 8 estados, além desta atuação formal, também existem Conselhos Permanentes de Direitos Humanos no âmbito das próprias secretarias estaduais de segurança pública.

#### Estruturação da Perícia

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

- 27. Situação do processo de descentralização (interiorização) das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs.
- 28. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica).

#### Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2007)

Unidades da Federação	Perícia		TOTAL (0 a 4)
	27	28	
Acre	C	A	2
Alagoas	B	A	1
Amazonas	A	A	0
Amapá	C	C	4
Bahia	C	A	2
Ceará	C	B	3
Distrito Federal	C	A	2
Espírito Santo	A	A	0
Goiás	C	C	4
Maranhão	C	A	2
Minas Gerais	C	A	2
Mato Grosso do Sul	C	C	4
Mato Grosso	C	B	3
Pará	C	B	3
Paraíba	C	A	2
Pernambuco	C	A	2
Piauí	B	A	1
Paraná	B	A	1
Rio de Janeiro	C	A	2
Rio Grande do Norte	B	A	1
Rondônia	A	A	0
Roraima	C	A	2
Rio Grande do Sul	C	A	2
Santa Catarina	C	A	2
Sergipe	C	A	2
São Paulo	C	A	2
Tocantins	C	C	4
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>11</b>	<b>53</b>

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

A análise das informações relativas às ações da área de Estruturação e Modernização da Perícia identifica que o principal êxito dessa área foi a descentralização das estruturas dos IMLs, IIs e

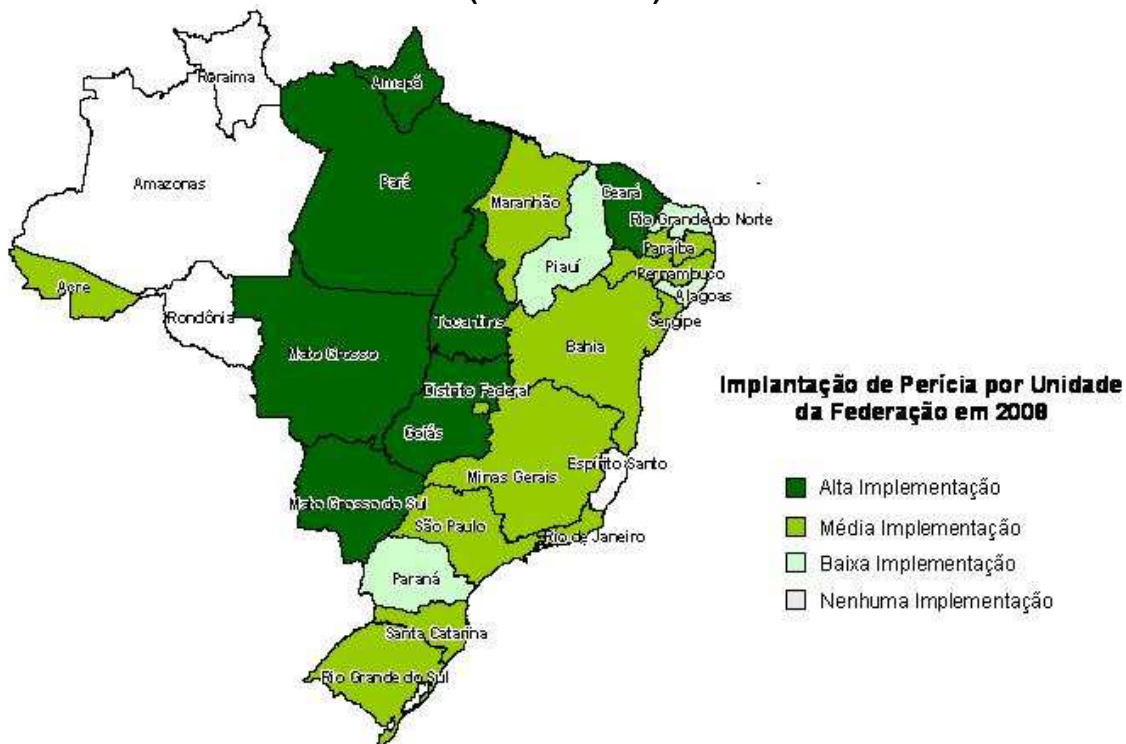


ICs. A principal falha no processo de implantação foi quanto aos investimentos dos estados em projetos para modernização da área de perícia. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de estruturação e modernização da área de perícia mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Amazonas, Espírito Santo, Rondônia e Roraima.

27. Situação do processo de descentralização (interiorização) dos IMLs, IIs e ICs: de 2004 para 2007, o número de estados que possuem programas visando à descentralização das estruturas de perícia subiu da seguinte forma (11 – 13 – 20 – 24). Em 2006, a descentralização apenas de postos de confecção de documentos de identificação passou a não ser mais suficiente para a comprovação de descentralização parcial da perícia, o que tornou o critério mais rígido. Em 2007, passou-se também a avaliar a descentralização das estruturas de Institutos de Criminalística e Institutos de Identificação. Os únicos estados que ainda não vêm promovendo este processo de descentralização são Amazonas, Espírito Santo e Rondônia. Cumpre salientar que no caso do Distrito Federal e de Roraima, a descentralização não foi aferida, em razão da baixa dimensão territorial ou baixa densidade demográfica no território destas unidades federativas.

28. Situação dos investimentos do Estado em projetos para modernização da área de perícia (projetos que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação dos profissionais e implantação ou modernização dos sistemas de gestão da informação): de 2004 para 2007, o número de estados que atenderam este item evoluiu da seguinte forma (18 – 7 – 9 – 7). Em 2007, apenas Amapá, Goiás, Mato Grosso do Sul e Tocantins atenderam este quesito de forma plena, ou seja, executaram projetos com recursos próprios que visam ao mesmo tempo modernização tecnológica, capacitação de profissionais e modernização dos sistemas de gestão da informação.

**Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Estruturação da Perícia entre os Estados (Brasil – 2007)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

**Controle Externo e Participação Social**

Este eixo estratégico do SUSP foi avaliado a partir da coleta de informações sobre a execução das seguintes ações:

29. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de Polícia.

30. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

31. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública.

### Implementação das Ações de Controle Externo entre os Estados (Brasil – 2007)

Unidades da Federação	Controle Externo			TOTAL (0 a 6)
	29	30	31	
Acre	A	C	B	3
Alagoas	C	C	A	4
Amazonas	B	B	B	3
Amapá	C	C	B	5
Bahia	C	C	C	6
Ceará	C	C	C	6
Distrito Federal	A	A	A	0
Espírito Santo	C	A	A	2
Goiás	C	C	C	6
Maranhão	C	A	B	3
Minas Gerais	C	A	C	4
Mato Grosso do Sul	A	C	C	4
Mato Grosso	C	B	C	5
Pará	C	C	B	5
Paraíba	A	A	A	0
Pernambuco	C	C	C	6
Piauí	A	A	A	0
Paraná	C	A	C	4
Rio de Janeiro	C	A	C	4
Rio Grande do Norte	C	A	A	2
Rondônia	A	A	A	0
Roraima	A	A	C	2
Rio Grande do Sul	C	A	C	4
Santa Catarina	B	B	C	4
Sergipe	A	A	C	2
São Paulo	C	C	C	6
Tocantins	B	B	B	3
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>24</b>	<b>34</b>	<b>93</b>

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

A análise das informações relativas às ações da área de Controle Externo e Participação Social identifica que os êxitos dessa área foram a implantação das ouvidorias e a participação de Conselhos Comunitários nos Sistemas Estaduais de Segurança Pública. A principal falha no processo de implantação foi em relação a precariedade dos encaminhamentos administrativos e legais para as denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos. Os seguintes Estados destacam-se atualmente por terem as ações de controle externo e participação social mais próximas ao proposto pelo Sistema Único de Segurança Pública: Bahia, Bahia, Ceará, Goiás, Pernambuco e São Paulo. Por outro lado, os estados que se apresentam mais distantes do proposto pelo SUSP nesta área são Distrito Federal, Paraíba, Piauí e Rondônia.

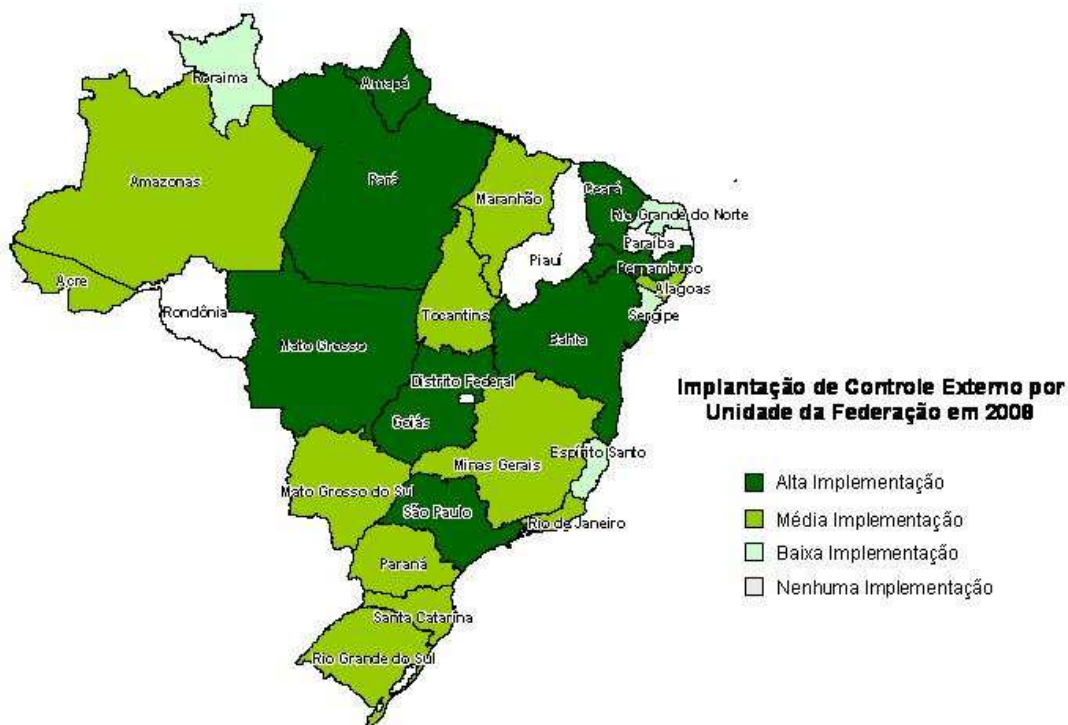
29. Situação do processo de implantação das Ouvidorias de polícia: de 2004 para 2007, o número de estados que possuem ouvidorias subiu de forma contínua (12 – 13 – 15 – 19). A partir de 2006, o critério de avaliação ficou mais rígido, na medida em que a existência de Ouvidorias Gerais nos estados passou a não mais ser considerada execução parcial da ação. Os estados que não possuem ouvidorias são Acre, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima e Sergipe.

30. Situação de apuração e encaminhamento administrativo e legal das denúncias de violação de direitos humanos oriundas da SENASP, Secretarias Estaduais de Direitos Humanos, Sociedade Civil e Comissões Legislativas de Direitos Humanos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública: em 2004 e 2005, foi avaliada neste indicador somente a existência de procedimentos burocráticos de

encaminhamento de casos de violação de Direitos Humanos, tendo o número de estados que atendem a este item oscilado da seguinte forma (13 – 11 – 11). A partir de 2006, passou-se a avaliar também o nível de conclusão dos casos instaurados. Em 2006, entre os 11 estados que instauraram os procedimentos legais a partir dessas denúncias, 2 estados concluíram menos de 30% dos PADs e 9 concluíram acima de 30%. Em 2007, entre os 14 estados que instauraram os procedimentos legais a partir dessas denúncias, 4 concluíram menos de 30% dos PADs e 10 concluíram acima de 30%.

31. Situação da participação dos Conselhos Comunitários no Sistema Estadual de Segurança Pública: de 2004 para 2007, o número de estados que possuem conselhos comunitários no sistema estadual de segurança pública subiu da seguinte forma (10 – 10 – 15 – 20). A partir de 2006, houve um acréscimo nos requisitos para o reconhecimento da implantação de Conselho Comunitário, como a existência de eleições diretas e reuniões periódicas abertas à comunidade, tornando assim o critério mais rígido. Os estados que não possuem estes conselhos comunitários são Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia.

**Mapa: Comparação da Implementação das Ações de Controle Externo e Participação Social entre os Estados (Brasil – 2007)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

**Eficiência de Implantação do SUSP**

Após quatro anos de adoção deste modelo de monitoramento qualitativo do SUSP, é possível notar uma tendência comum em todo o território nacional, que é a de aumento das taxas de implementação das políticas do Sistema Único. O quadro abaixo demonstra claramente o aumento do percentual de implementação em todos os Eixos Estratégicos. (tendo em vista que, nos primeiros anos, a implementação das políticas nos estados era medida apenas em 2 níveis, “SIM” e “NÃO”, e a partir de 2006 passou a ser classificada em “A”, “B” e “C”; então para efeito de análise comparativa, a situação “B”, que equivale à política parcialmente implementada, foi equiparada à implementação total)

De qualquer forma, essa variação pode ser atribuída a vários fatores. O fator principal certamente é o aumento sensível do número de unidades federativas que vêm adotando as diretrizes das políticas públicas propostas pelo Sistema Único de Segurança Pública, o que reflete em um maior nível de implementação do SUSP. Paralelamente, há outros fatores que influenciam os números qualitativos finais, pois, se por um lado há um aumento do número de estados que responderam ao questionário (o que tenderia a aumentar os índices nacionais de implementação),

por outro os critérios de avaliação e as exigências de documentação comprobatória têm se tornado mais rígidas, o que levaria, em tese, a uma tendência de redução geral dos resultados encontrados.

Assim sendo, considerados todos esses fatores, a tendência inegável é de ampliação da adoção dos princípios e diretrizes do SUSP pelos estados e, a partir desta parte do relatório, abordaremos a eficiência de implantação do SUSP por área de atuação e a eficiência geral. O cálculo foi realizado a partir do número de ações que receberam a resposta "SIM" dentro de um universo de ações previstas. Calculamos o índice levando em consideração a situação dos 27 Estados. Convém considerar que a inclusão de novos indicadores e a modificação dos critérios de alguns, além do aumento do total de estados avaliados, tende a alterar significativamente estes índices de implantação do SUSP.

Daquilo que se pretendia implantar do SUSP entre as 27 Unidades da Federação, alcançamos em 2007 o resultado de 63%. Cabe salientar, no entanto, que este percentual de implantação do SUSP permaneceu estável entre 2004 e 2007. Ao avaliarmos o resultado de implantação por eixo estratégico do SUSP, cabe salientarmos que ocorreram melhoras significativas nos níveis de implantação das áreas de Reorganização Institucional e Prevenção.

### Percentual do SUSP Implantado Segundo Seus Eixos Estratégicos (Brasil – 2004/2007)

Eixos Estratégicos (SUSP)	Percentual do SUSP Segundo Eixo Ação			
	2004	2005	2006	2007
Gestão do Conhecimento	67,11	57,14	71,43	74,07
Reorganização Institucional	43,16	46,29	48,61	56,38
Valorização Profissional	67,11	72,80	56,48	74,07
Prevenção	44,08	38,50	53,09	54,94
Perícia	84,21	46,67	53,70	57,40
Controle Externo	59,65	45,33	50,62	65,43
<b>Total</b>	<b>56,92</b>	<b>50,67</b>	<b>56,42</b>	<b>62,96</b>

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

### Percentual do SUSP Implantado Segundo Unidades da Federação (Brasil – 2004/2007)

Unidades da Federação	Percentual do SUSP Implantado Segundo UF				
	2004	2005	2006	2007	Média
Acre	44,44	45,45	53,33	64,52	51,94
Alagoas		51,52	53,33	54,84	53,23
Amazonas	40,74		43,33	80,65	54,91
Amapá	37,04	39,39	60,00	61,29	49,43
Bahia	55,56	72,73	83,33	80,65	73,07
Ceará	66,67	72,73	60,00	87,10	71,62
Distrito Federal	22,22	57,58	70,00	29,03	44,71
Espirito Santo	29,63	36,36	26,67	19,35	28,00
Goiás	77,78	72,73	73,33	80,65	76,12
Maranhão		27,27	30,00	54,84	37,37
Minas Gerais	70,37	60,61	80,00	74,19	71,29
Mato Grosso do Sul		45,45	46,67	70,97	54,36
Mato Grosso	85,19	84,85	76,67	83,87	82,64
Pará	44,44	12,12	53,33	77,42	46,83
Paraíba			20,00	35,48	27,74
Pernambuco	81,48	81,82	86,67	83,87	83,46
Piauí		18,18	46,67	32,26	32,37
Paraná	66,67	60,61	63,33	51,61	60,55
Rio de Janeiro	74,07	27,27	33,33	48,39	45,77
Rio Grande do Norte	33,33	60,61	66,67	45,16	51,44
Rondônia	51,85	57,58	56,67	54,84	55,23
Roraima	59,26	21,21	43,33	45,16	42,24
Rio Grande do Sul	70,37	75,76	73,33	45,16	66,16
Santa Catarina		30,30	70,00	67,74	56,01
Sergipe		54,55	40,00	64,52	53,02
São Paulo		51,52	36,67	67,74	51,97
Tocantins	70,37	48,48	76,67	83,87	69,85

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Nos quatro anos de monitoramento realizados, os maiores níveis médios de implantação do SUSP entre os estados ocorreram no Mato Grosso (83%), Pernambuco (83%), Goiás (76%), Bahia (73%), Ceará (72%) e Minas Gerais (71%). Por outro lado, os menores níveis médios de implantação ocorreram no Piauí (34%), Paraíba (32%) e Espírito Santo (28%). Seguindo a tendência geral nacional, a maior parte dos estados apresentou um processo contínuo de incremento de implantação.

### Considerações Finais

Após mais um ano de aplicação do questionário qualitativo, nota-se que não houve muitas alterações no panorama geral nacional de 2006 para 2007, sendo possível confirmar as tendências gerais do processo de implementação do SUSP nos estados no últimos 4 anos. Em razão dos princípios federativos de autonomia dos estados e do fato de não haver um instrumento legal impositivo das políticas públicas previstas pelo SUSP, esta implementação depende basicamente da vontade política das unidades federativas. O papel da SENASP, neste ponto, limita-se a mera fomentadora do SUSP, seja por meio de convênios com estados e municípios ou pela execução direta de programas.

Neste sentido, a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública passou a ser atrelada ao nível de implementação do SUSP em cada unidade federativa, estabelecendo-se uma cota para cada estado que fosse, entre outros fatores, proporcional ao índice obtido neste monitoramento. Ou seja, quanto maior o grau de implementação das ações do SUSP, maior é o valor de recursos do fundo a ele destinado, fato este que deveria, em tese, estimular sua implementação descentralizada.

Na prática, o que se verifica é que essa capacidade de estímulo produz algum resultado, mas não consegue ser absoluta enquanto força motriz de implementação de políticas. Em alguns estados, é possível notar que grande parte das ações realizadas pelas instituições locais são balizadas nos preceitos do SUSP e objetivam melhorar o índice para o ano seguinte. Isto nos permite afirmar que a cúpula da secretaria local tem mobilizado os órgãos sob seu comando nesse sentido. Contudo, em alguns casos, nota-se a completa desmobilização das equipes locais e até mesmo o desconhecimento do monitoramento qualitativo e de seus critérios. Curiosamente, estes exemplos negativos costumam ocorrer em estados que muito dependem de repasse de verbas federais para a execução de políticas públicas em seu território.

Soma-se a isso a excessiva cultura da oralidade que permeia vários níveis da Administração Pública no Brasil, e a Segurança Pública não é uma exceção. A consequência imediata disto é uma tendência de falta de registros, dados e memória escrita em geral, que permita uma produção mais fidedigna de estatísticas e uma melhor avaliação ex post de políticas públicas. Essa cultura também se reflete, obviamente, na documentação probatória que deve ser reenviada pelos estados em anexo ao questionário qualitativo respondido. Não raro, alguns estados enviam documentação inadequada ou mesmo não enviam documentação (que, em alguns casos, seria relativamente fácil de providenciar) para comprovar a execução de ações. Porém, por ocasião de visitas de monitoramento in loco, verifica-se indícios de implementação de tais ações. Essa é a regra geral e dificilmente é verificado o oposto, isto é, a descoberta in loco de que uma resposta positiva no questionário não condiz com a realidade fática.

Outra consequência desta cultura de informalidade e lassidão com exigências documentais e burocráticas é o alto nível de devolução de recursos repassados pela SENASP, que pode ser medido com precisão pelos indicadores nº 9 e 10, que tratam do índice de devolução de recursos repassados pela SENASP e da prestação de contas de convênios dentro do prazo e com todos os documentos requeridos. A conclusão imediata a que se pode chegar é que, apesar do interesse geral demonstrado pelos estados em obter maiores somas de repasse de recursos, há relativamente pouca preocupação com os procedimentos burocráticos necessários com a elevação, pela via técnica, da fatia a que o estado tem direito do FNPS, assim como com a execução (uma vez que a principal razão de devolução de recursos é a incapacidade de dar andamento a processos administrativos dentro dos prazos estabelecidos) e com a prestação de contas. Pelo contrário, ainda prefere-se investir mais energia na via política, através de emendas parlamentares ao orçamento, prevendo ações de pouco resultado efetivo (em geral para compra de armamentos e viaturas). Emendas estas que, algumas vezes, chegam a consumir a maior parte, senão a quase totalidade dos recursos do FNPS a que um estado teria direito, deixando pouca margem para programas de cunho técnico e científico.

Há que se diferenciar ainda as iniciativas estaduais na implementação de ações. Há casos em que se nota uma real intenção de melhorar a gestão com a busca de sintonia entre as ações estaduais e os preceitos do SUSP. Contudo, há casos de ações realizadas apenas “pró-forma”, de modo a aparentar uma adoção dos preceitos do SUSP, mas sem a real vontade política de sua implementação, como um estudante que está mais preocupado em obter uma nota boa na avaliação de um curso do que em assimilar realmente o conteúdo ministrado. O exemplo típico deste fenômeno é o caso da unificação de corregedorias, em que é comum encontrar estados que editam textos legais alterando organogramas, criando um pretense cargo de Corregedor-Geral, a qual estão subordinadas as antigas corregedorias das corporações, que continuam atuando, na prática, de forma independente como antes.

Este tipo de distorção ocorre também em razão de outro fenômeno observado, que é uma espécie de relação de custo/benefício político e financeiro no momento de escolhas políticas pelos estados. Em outras palavras, ações que são relativamente pouco dispendiosas ou não têm propensão de contrariar interesses políticos locais tendem a ocorrer com mais frequência. Além do caso das corregedorias, supra-citado, outros exemplos seriam a inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos processos de capacitação e aperfeiçoamento dos policiais ou a criação de Ouvidorias, em que é possível realizar a ação apenas pró-forma e não zelar pela obtenção efetiva de resultados. Por outro lado, ações como a unificação de academias das corporações num mesmo espaço físico (indicador 16) ou outras ações que buscam a integração das polícias (indicadores 6 e 8) tendem a encontrar fortes resistências em muitos estados. Do mesmo modo, os investimentos de recursos dos próprios estados em modernização tecnológica (indicador 7) ou da perícia (indicador 27), por requerer aporte financeiro e, por isso, envolver disputas políticas locais, tendem a não ser priorizados.

Em suma, o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP e a vinculação da repartição de recursos do FNSP aos seus resultados têm funcionado, na falta de um instrumento legal impositivo, como um importante instrumento fomentador da implementação dos modernos princípios da Segurança Pública em todo país. Apesar das lacunas sistêmicas que vêm sendo detectadas a cada ano, e para as quais se tem buscado constantemente mecanismos de aperfeiçoamento, o resultado mostra que na maioria dos estados há um aumento do nível de implementação das ações do SUSP, mesmo com restrição do rol de documentos probatórios e aumento de rigidez nos critérios de avaliação; além do aumento também no número de estados que respondem os questionários. Nesse sentido, a consolidação deste sistema de monitoramento ao longo dos anos tende a produzir retratos cada vez mais fidedignos da situação dos aparatos estaduais de Segurança Pública no país.

## **Avaliação de Resultados: Implantação do SUSP pela SENASP**

O Programa de Segurança Pública para o Brasil estabeleceu como meta principal estruturar, implantar e institucionalizar o SUSP. Este processo envolveu um conjunto de ações distribuídas em seis eixos estratégicos. Além de propor a execução de reformas estruturais, o Programa estabeleceu a importância de se executar ações relativas à redução imediata da violência e criminalidade. Concentrando-nos nas ações tidas como estruturais, faremos a seguir uma síntese das ações propostas relacionadas a implantação do SUSP e as ações executadas pela SENASP, entre 2003 e 2008.

### Gestão do Conhecimento

Buscando transformar a informação em principal ferramenta de ação das organizações de segurança pública e valorizar a coleta, sistematização e análise de dados, bem como a utilização de ferramentas de apoio analítico e gerencial, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

<b>PROPOSTAS PNSP</b>	<b>SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2008)</b>
Criação de ferramentas de apoio para análise de informações criminais	Ferramentas desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Análise Espacial – I3GEO</li> <li>• Biblioteca Digital de Documentos Falsos</li> <li>• Sistema de Gestão das Ouvidorias de Polícia</li> <li>• Sistema de Gerência dos Institutos de Criminalística</li> <li>• Sistema de Registro de Ocorrências da Guardas Municipais</li> </ul>

Criação de sistemas digitais nacionais de informações de segurança pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (registros de ocorrências e recursos físicos e humanos das organizações policiais)</li> <li>• Modernização e ampliação do INFOSEG (integração operacional via satélite das organizações policiais com informações sobre indiciados, veículos e armas).</li> </ul>
Fomentar a modernização, informatização e integração dos sistemas de informações das organizações de segurança.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repasse de recursos financeiros via convênios com Estados e municípios;</li> <li>• Disponibilização de instrumentos técnicos para auxiliar a informatização e modernização dos sistemas estaduais e municipais</li> <li>• Integração dos sistemas estaduais e municipais ao Sistema Nacional e Estatística on line e acesso ao Cadastro do Infoseg.</li> </ul>
Promover estudos e pesquisas para qualificar a implantação do SUSP e o planejamento das políticas e ações de segurança pública.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Institucionalização da produção contínua de estudos e pesquisas de segurança pública</li> <li>• Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal</li> <li>• Projeto Arquitetura Institucional do SUSP.</li> <li>• Criação da Coleção Segurança Cidadã (publicação de periódicos científicos)</li> </ul>

### Reorganização Institucional

A perspectiva de reorganização institucional envolve o conjunto mais amplo de ações, abordando aspectos relativos à gestão das organizações e a constituição do SUSP. Outra característica marcante deste eixo estratégico é o compartilhamento com ações de outros eixos. O conjunto de ações propostas visa reverter o quadro de impunidade, carência e descrédito que caracteriza atualmente a área de segurança pública. Temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

<b>PROPOSTAS PNSP</b>	<b>SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2008)</b>
Promoção de um novo modelo gerencial para as instituições policiais, fundado na diagnose-planejamento-monitoramento e na prestação de contas regular e transparente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP, que avalia continuamente seus resultados.</li> <li>• Novos critérios para distribuição de recursos do FNSP baseados em estatísticas e informações qualitativas.</li> <li>• Base digital de informações sobre os convênios assinados pela SENASP e processo de fiscalização de suas prestações de conta</li> <li>• Programa de Modernização da Polícia Civil</li> <li>• Processo de capacitação na gestão da segurança pública com gestores de todo o país.</li> <li>• Programa de policiamento de fronteiras no Brasil.</li> </ul>
Subordinação das polícias ao Secretário, integração entre elas e criação de interfaces com a Polícia Federal e com as Guardas Municipais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Gabinete de Gestão Integrada Estadual, tendo como gestor o Secretário Estadual de Segurança Pública, em todos os Estados da Federação.</li> <li>• Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, centrado nos municípios foco das ações do PRONASCI.</li> </ul>
Criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), para integrar as polícias entre si, com as comunidades e com outros órgãos prestadores de serviço e para transferir autonomia aos agentes de ponta.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em ações para integração das áreas de segurança pública nos Estados</li> <li>• Debate sobre um modelo padrão de implantação das AISPs</li> </ul>
Qualificação do policiamento preventivo e ostensivo da Polícia Militar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de uma política nacional de polícia comunitária e desenvolvimento de uma matriz curricular sobre o tema.</li> <li>• O Programa de Modernização das Polícias Cíveis aborda temas como a reformulação da estrutura hierárquica das polícias e redução do efetivo em funções administrativas.</li> <li>• Convenio com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha sobre Técnicas Policiais com respeito à dignidade humana</li> </ul>
Qualificação da atividade de investigação das Polícias Cíveis e criação de delegacias mais disponíveis ao cidadão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Modernização das Polícias Cíveis</li> <li>• Duas ações propostas foram consideradas de difícil efetivação prática: possibilidade de nomeação de delegados fora da faixa superior para chefias e instituição de programas de assistência social dentro das delegacias.</li> </ul>
Corpos de Bombeiros: fomento à produção nacional de equipamentos de combate	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão dos Corpos de Bombeiros Militares dentre o público atendido SENASP</li> <li>• Implementação de produção nacional de equipamentos dos Corpos de Bombeiros</li> <li>• Programa de padronização dos procedimentos e modernização de equipamentos em</li> </ul>

de sinistros, implementação de programas de treinamento específicos para a defesa civil, com a participação das comunidades locais.	parceria com organizações da defesa civil.
Otimizar a relação entre polícia e Ministério Público.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Implantação efetiva da defensoria pública federal,	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Integração da segurança privada ao SUSP.	Nenhuma das ações propostas neste item foi executada.
Fortalecimento dos programas de proteção às testemunhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Coordenação Geral do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas é de responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A SENASP participa do Conselho Deliberativo Federal e do Grupo de Trabalho responsável por criar o Sistema Nacional de Proteção.</li> <li>• Capacitação de profissionais de segurança para proteção de defensores de direitos humanos.</li> </ul>
Criação de Órgão Integrado de Informação e Inteligência Policial nos Estados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação do Sistema Nacional de Inteligência, promovendo uma articulação entre os sistemas estaduais de inteligência.</li> </ul>
Promoção da aplicação do ECA e manutenção da idade de imputabilidade penal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa sobre o Perfil Organizacional das Especializadas de Atendimento à Criança e Adolescente, para equipar e modernizar estas instituições.</li> <li>• Proposta de aquisição de equipamentos para fortalecer estas Delegacias (investimento de R\$ 1,13 milhão, para aquisição direta).</li> <li>• Está em fase de elaboração documento de normatização destas Delegacias.</li> </ul>

### Formação e Valorização Profissional

Buscando promover a unificação progressiva das academias e escolas de formação policial, a melhora das condições de saúde e integridade física dos profissionais e atribuir especial ênfase ao respeito aos preceitos da legalidade democrática e dos direitos fundamentais da pessoa humana, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

<b>PROPOSTAS PNSP</b>	<b>SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2008)</b>
Criar um Núcleo de Formação em Segurança Pública e Proteção Social	Desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Matriz Curricular Nacional para Ensino Policial</li> <li>• Matriz Curricular para Formação das Guardas Municipais.</li> </ul>
Qualificar a formação dos profissionais. Enfoque científico, humanístico e multidisciplinar, e voltado a técnicas atualizadas de prevenção, investigação, controle e proteção.	Desenvolvidos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Matrizes Curriculares</li> <li>• Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública</li> <li>• Rede Nacional de Ensino à Distância, que inclui um Canal Corporativo de segurança pública.</li> <li>• Jornadas Nacionais de Educação em Direitos Humanos para profissionais de segurança em parceria com a Cruz Vermelha</li> <li>• Portal de Segurança Cidadã, que disponibiliza conteúdos para formação policial.</li> <li>• Escola de Protagonismo Policial, que busca fazer dos policiais protagonistas da cidadania.</li> </ul>
Fazer parcerias com universidades e centros de pesquisa para formação profissional e elaboração de estudos sobre segurança pública e proteção social;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (parceria com 22 instituições de ensino superior, públicas e privadas).</li> <li>• Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal</li> <li>• Promoção da distribuição de livros para todas as academias e centros de formação policial do país para atualizar os conteúdos das atividades de formação.</li> </ul>
Criar a Escola Superior de Segurança e Proteção Social, com cursos de pós-graduação.	
Implantar um Programa Integrado de Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repasse de recursos financeiros via convênios para implantação de Núcleos de Atenção à Saúde dos Profissionais de Segurança Pública</li> <li>• Elaboração de ementário e conteúdo de disciplinas para academias e centros de formação, também utilizadas na realização de curso da Rede de Educação à Distância.</li> </ul>
Fornecer colete leve à prova	Aquisição e distribuição de 25.000 coletes à prova de balas, 5.554 viaturas e 12.462



de balas para policiais em atividade de rua	armas via convênios com Estados e execução direta.
Fomentar a integração das polícias na intermediação e resolução de conflitos urbanos e rurais, valorizando a mediação de conflitos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de cursos de mediação de conflitos, presenciais e à distância.</li> <li>• Capacitação de policiais para proteção a defensores de direitos humanos.</li> </ul>

Além das ações expostas acima, a SENASP implantou, em 2005, a primeira rede de educação à distância em segurança pública, bem como vem cobrando a efetivação da integração na formação dos policiais nos Estados e apoiou, por meio de convênios e execução, direta, a capacitação de mais de 80.000 profissionais da segurança pública.

### Programas de Prevenção

Buscando valorizar as práticas de prevenção como forma mais eficiente de se alterar as condições que sustentam as práticas que se deseja eliminar, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

<b>PROPOSTAS PNSP</b>	<b>SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2008)</b>
Criar condições para atribuir poder de polícia para as Guardas Municipais, com foco nas ações de prevenção.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de Pesquisa Nacional sobre o Perfil Organizacional das Guardas Municipais</li> <li>• Matriz Curricular para Formação das Guardas Municipais</li> <li>• Desenvolvimento de normas para repasse de recursos para os municípios que privilegiavam a atuação das Guardas na prevenção da violência e criminalidade</li> <li>• Aumento e sistematicidade no repasse de recursos financeiros para os municípios</li> <li>• Apoio na realização de cursos técnicos e fóruns de discussão sobre segurança o papel dos municípios para profissionais das Guardas</li> </ul>
Valorização da execução de ações preventivas e da qualificação dos operadores de segurança pública neste sentido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observatório Democrático de Práticas de Prevenção</li> <li>• Incentivo aos Consórcios Intermunicipais de Prevenção à Violência e Criminalidade</li> <li>• Elaboração e divulgação o Guia de Prevenção à Violência e Criminalidade</li> <li>• Elaboração do Plano Integrado de Segurança Pública (utilizado como modelo pelos estados e municípios na assinatura de convênios e realização de ações)</li> <li>• Inclusão no PPA 2004-2007, Programa SUSP, de uma linha de financiamento específica para projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade.</li> <li>• Inclusão, nos critérios qualitativos para distribuição de recursos do FNSP, de quesitos pertinentes à implementação de projetos voltados à prevenção da violência e criminalidade, que tenham por princípio a atuação multisetorial.</li> </ul>

### Estruturação da Perícia

Tendo como principal proposta a autonomia dos Institutos de Criminalística e Institutos Médico Legal, chegamos ao seguinte quadro de ações propostas e executadas:

<b>PROPOSTAS PNSP</b>	<b>SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2008)</b>
Descentralização/regionalização dos órgãos periciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fator condicionante da distribuição dos recursos do FNSP para os Estados.</li> <li>• Investimentos na implantação e modernização das unidades e laboratórios</li> <li>• Implantação de postos de polícia técnica nos municípios no Estado do Rio de Janeiro</li> <li>• Discussão sobre um modelo padrão difundido pela SENASP para execução desta ação em nível nacional.</li> </ul>
Valorização do pessoal técnico dos órgãos periciais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação profissional por meio de cursos (genética, entomologia, toxicologia e balística forenses).</li> <li>• Reuniões para discutir, dentre outros temas, plano de cargos e salários e recrutamento?.</li> </ul>
Valorização da preservação do local do crime e constituição de equipes especializadas na coleta de vestígios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso sobre preservação do local do crime na Rede de Educação a Distância disponível para todos os operadores de segurança pública do país.</li> <li>• Ainda não há um modelo padrão de equipe especializada na coleta de vestígios, porém foram investidos recursos para sua criação em algumas unidades da federação.</li> </ul>
Aproximação entre órgãos periciais e universidades, centros de pesquisas e Poder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representantes de universidades e centros de pesquisa no grupo de trabalho que planeja as ações sobre estruturação da perícia</li> <li>• Mapeamento de iniciativas que trazem esses profissionais para ministrar cursos aos</li> </ul>

Judiciário.	peritos, que possibilitam a realização das atividades de perícia nos espaços das universidades e que propiciam trabalho conjunto entre os órgãos de perícia e representantes do poder judiciário.
Informatização dos órgãos de polícia técnica.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento e criação do Sistema de Gerência dos Núcleos de Criminalística e da Biblioteca Digital Nacional de Documentos Falsos</li> <li>• Investimento na informatização executada pelos próprios Estados.</li> </ul>
Identificação e digitalização de DNA e integração dos IMLs e Sistema de Identificação Automatizado.?	Investiu-se na modernização e criação de laboratórios de DNA em 10 Unidades da Federação, criando a estrutura para integração de uma rede de DNA no Brasil em futuro próximo.
Criação de cadastros criminais estaduais informatizados	NÃO EXECUTADO

A equipe técnica responsável pela estruturação da perícia auxilia os profissionais dos Estados no planejamento e execução de seus projetos para assinatura de convênios com a SENASP. Também estruturou a criação de grupos de trabalho acerca de temas específicos (Balística Forense, Entomologia Forense, Genética Forense e Toxicologia Forense), para contribuir pró - ativamente no desenho de uma política moderna, factível e de baixo custo para a perícia no país.

### Controle Externo e Participação Social

Buscando valorizar a institucionalização de mecanismos de controle da ação policial e atribuir à sociedade protagonismo na efetivação deste controle, temos o seguinte quadro de ações propostas e executadas:

<b>PROPOSTAS PNSP</b>	<b>SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO (2003/2008)</b>
Reunir representantes das polícias e da sociedade civil em Comissões Cíveis Comunitárias de Segurança	Convênios com Municípios e Estados incentivando a criação ou ampliação da participação de conselhos comunitários na gestão das políticas e ações dos órgãos de segurança pública.
Criar Conselhos Consultivos de Segurança Pública, compostos pela sociedade civil e pelos chefes das polícias, para acompanhar a política unificada de segurança pública.	Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada em todas as Unidades da Federação, reunindo os chefes de comandantes das polícias para o planejamento e execução de ações conjuntas.
Fomentar a vinculação da corregedoria única ao Gabinete do Secretário de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizados encontros com os Corregedores de Polícia do país, para estabelecer estratégias para o fortalecimento das Corregedorias de Polícia.</li> <li>• Repasse de recursos para os Estados para o fortalecimento das Corregedorias.</li> </ul>
Criar moldes de formação específica para o órgão corregedor e incentivo à carreira no setor de correição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto em estudo, após a realização do grupo de discussão com os Corregedores de Polícia de todo o país.</li> </ul>
Proibir policiais que colaboraram com ou participaram de tortura de ocupar cargos de confiança ou de direção nas suas organizações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobranças institucionais periódicas sobre o andamento administrativo de denúncias</li> <li>• Critério qualitativo para a distribuição de recursos do FNSP.</li> </ul>
Apoiar e incentivar a existência e criação de ouvidorias autônomas, com atribuição de fiscalização e investigação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo aos Estados para criação de ouvidorias autônomas e independentes</li> <li>• Fortalecimentos das Ouvidorias já existentes com aquisição de equipamentos para sua modernização</li> </ul>

Além das ações expostas acima, a SENASP investiu no incremento da participação popular por meio da criação de uma política nacional de polícia comunitária, envolvendo a criação de uma matriz curricular sobre o tema.

## Conclusão

De forma inteligente, o governo federal priorizou, nestes últimos 4 anos, a execução de ações abordando principalmente a questão de lavagem de dinheiro, a corrupção dos funcionários públicos, a necessidade de se vigiar continuamente da fronteira brasileira para conter o tráfico de drogas e armas e a atuação sobre o crime organizado. Estas ações, não só apresentavam um volume menor de incertezas em relação à produção de resultados imediatos sobre a situação da segurança pública no Brasil, como eram independentes de mudanças estruturais que acompanhavam necessariamente a implantação do Sistema Único de Segurança Pública. A institucionalização do SUSP constituía uma pré-condição para garantir que ações promovidas em contexto nacional pudessem ser concebidas podendo contar com o esforço, compreensão e dedicação de todas as organizações de segurança pública do país. Atualmente, temos um novo contexto institucional para o sistema de segurança pública no Brasil. O SUSP vem sendo institucionalizado continuamente, tornando-se um referencial para o planejamento e execução de ações de segurança pública no Brasil. Criou-se, desta forma, uma nova demanda para o governo federal: inserir as ações executadas pelas polícias federais no contexto do SUSP, promovendo uma articulação sistêmica de todas as organizações de segurança pública no Brasil. Sem dúvida alguma, isso ampliará profundamente os resultados atualmente possíveis de ser alcançados.

Cabe destacar, por outro lado, que as ações tomadas atualmente como prioritárias na segurança pública ainda deixam intocado o principal problema a ser trabalhado: milhares de pessoas no Brasil, principalmente homens de 15 a 25 anos de idade, por total falta de condições dignas de vida, fizeram da ação criminosa sua profissão. Este problema nos obriga a promover uma ampliação do leque de instituições a fazerem parte do SUSP, pois as polícias não podem ser vistas como as únicas organizações responsáveis pelos problemas de segurança pública. É preciso promover uma ampliação dos responsáveis por esta área incluindo outras organizações governamentais (lazer, trabalho, saúde, educação, infra-estrutura urbana, etc) e também não governamentais e a própria sociedade. Neste contexto, a SENASP tem uma importância fundamental para a melhora da situação da segurança pública no Brasil, promovendo o reforço do papel dos policiais, bombeiros e guardas como protagonistas de uma cultura democrática, inclusiva e de promoção de direitos.

Todos os resultados alcançados nos levam a concluir que inauguramos nestes últimos anos uma nova fase na história da segurança pública no Brasil. Mais do que simplesmente responsáveis pelo repasse de recursos para compra de bens, principalmente armas e viaturas, os órgãos governamentais federais se institucionalizaram como gestores da política nacional de segurança pública. Em um trabalho difícil, silencioso, inteligente e consensual, a SENASP conquistou o papel de responsável por estabelecer os critérios técnicos e políticos a serem tomados por todos os órgãos de segurança pública em um contexto nacional. Mais que atuar em contexto estritamente operacional, buscou-se pela primeira vez trabalhar de forma prática, consensual e democrática no estabelecimento de uma padronização cultural, ética e profissional, promovendo o contexto necessário para a efetiva integração dos órgãos de segurança pública. Desta forma, plantou-se a semente para uma efetiva melhora nas condições de segurança pública e justiça criminal no país.

No que tange ao processo de auto-aprendizagem e auto-correção propiciado pela realização deste monitoramento de resultados e prestação de contas, cabe salientar que é imperioso o estabelecimento de consenso no Governo Federal sobre a prioridade a ser atribuída ao processo de consolidação do SUSP. Processo que envolve, por um lado, o fim do descompromisso com processos de gestão e a melhora sensível dos recursos financeiros destinados para a área e, por outro lado, a abertura da gestão da segurança pública para a participação democrática em um contexto de articulação sistêmica das instituições. Assim, cumpre elogiar os resultados alcançados nestes últimos quatro anos, principalmente quando se verifica que o trabalho envolveu muito mais do que a execução de atividades técnicas. Primeiro, foi preciso transformar os conceitos e visões de segurança pública, que durante décadas contribuíram para alcançarmos o caos que atualmente vivemos na área e, segundo, foi preciso atuar em um ambiente marcado pelo domínio de interesses políticos imediatistas e inertes em relação às reais necessidades da sociedade brasileira.

## **Avaliação de Resultados: Execução do PPA (Plano Plurianual)**

A avaliação é realizada a partir de um índice desenvolvido para o monitoramento da execução do PPA. O índice é calculado por meio de informações coletadas anualmente junto à equipe técnica da SENASP, agências estaduais e municipais de segurança pública, IBGE e Ministério da Saúde, e

agrega por meio de uma média aritmética as informações de 17 indicadores distribuídos entre 3 eixos de avaliação.

<b>EIXOS</b>	<b>INDICADORES</b>
<b>Situação Segurança Pública</b>	A.1. Melhora na Sensação de Segurança da População
	A.2. Incremento da Satisfação das Vítimas com o Atendimento Recebido da Polícia Quando Efetivaram o Registro da Ocorrência
	A.3. Incremento da Confiança da População na Polícia
	A.4. Diminuição da Taxa de Vítimas de Homicídio por 100 mil hab.
	A.5. Redução de Danos Letais Provocados pelo Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública
<b>Implantação do SUSP</b>	B.1. Integração dos Sistemas de Registro das Ocorrências das Polícias Cíveis e Militares
	B.2. Integração das Organizações Policiais Estaduais no Planejamento Tático e Estratégico das Ações de Segurança Pública
	B.3. Integração das Instituições de Ensino Policial
	B.4. Existência de Programas Estaduais de Prevenção Primária e Secundária em Abrangência Estadual
	B.5. Descentralização das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs
	B.6. Existência de Ouvidorias de Polícia
<b>Gestão SENASP</b>	C.1. Atualização e consulta detalhada de informações na Rede INFOSEG em "tempo real"
	C.2. Diminuição do montante devolvido de recursos repassados para o estado por meio de convênio
	C.3. Capacitação de Alunos pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública
	C.4. Assinatura de Convênios com Municípios na Área de Prevenção
	C.5. Incremento do Número de Laudos Concluídos a partir dos Exames Realizados nos Laboratórios de DNA
	C.6. Aumento do Percentual de denúncias atendidas pela SENASP com retorno do órgão demandado

Para cada um destes indicadores foi estipulado a meta de alcançarmos sua concretização plena (ação ocorrida nos 27 estados) em 4 anos, sendo 25% da meta alcançada à cada ano. Assim, por exemplo, no indicador A.1. a meta seria que à cada ano observássemos uma melhora na sensação de segurança em 25% das UFs, totalizando 100% das UFs em 4 anos. Este raciocínio só não está aplicado aos indicadores C.3. e C.4.. No caso do C.3., a meta é formar 50.000 alunos na Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública à cada ano, totalizando 200.000 alunos em 4 anos. No caso do C.4., a meta é assinar 70 convênios com municípios na área de prevenção à cada ano, totalizando 280 convênios em 4 anos.

Buscando dar conta dos possíveis impactos do contingenciamento de recursos do FNSP na efetiva viabilidade do alcance das metas estabelecidas, criamos uma metodologia de correção das metas em função das limitações orçamentárias. Assim, a meta é reduzida em função direta da razão entre recurso disponibilizado para a SENASP e recurso esperado. Se o recurso disponibilizado for 50% do valor esperado, a meta reduz também em 50%. Espera-se um acréscimo de 25% no ISD a cada ano. Se a razão entre valor disponibilizado e esperado for menor que um em determinado ano, o acréscimo da meta do ISD reduz, podendo afetar o índice alcançado após os quatro anos.

Fórmula de cálculo:

$$\text{INDICE} = \frac{\text{média (indicadores conclusão de metas)}}{\text{Meta = meta prevista X fator de correção}}$$

Apresentamos abaixo os resultados da avaliação realizada em relação ao ano de 2008. Infelizmente, 5 indicadores deixaram de ser avaliados em função da ausência de informações. Os indicadores A.1., A.2. e A.3. dependiam de informações a serem coletadas pela Pesquisa Nacional de Vitimização e apenas em março de 2009 conseguimos efetuar a publicação do edital para contratação da pesquisa. Os indicadores C.5. e C.6. dependiam de informações sistematizadas

sobre ações que, em função da mudança dos gestores responsáveis por estas ações, deixaram de ser sistematizadas. Providências estão sendo tomadas para corrigir esta situação.

EIXOS	INDICADORES	METAS	Realizado (%)
Segurança Pública	A.1. Melhora na Sensação de Segurança da População	100% das UF - 25% ao ano	
	A.2. Incremento da Satisfação das Vítimas com o Atendimento Recebido da Polícia Quando Efetivaram o Registro da Ocorrência	100% das UF - 25% ao ano	
	A.3. Incremento da Confiança da População na Polícia	100% das UF - 25% ao ano	
	A.4. Diminuição da Taxa de Vítimas de Homicídio por 100 mil habitantes	100% das UF - 25% ao ano	59,26
	A.5. Redução de Danos Letais Provocados pelo Efetivo das Organizações Estaduais de Segurança Pública	100% das UF - 25% ao ano	37,04
	<b>ÍNDICE PARCIAL - SEGURANÇA PÚBLICA</b>	100% das UF - 25% ao ano	<b>48,15</b>
Implantação do SUSP	B.1. Integração dos Sistemas de Registro das Ocorrências das Polícias Cíveis e Militares	100% das UF - 25% ao ano	18,52
	B.2. Integração das Organizações Policiais Estaduais no Planejamento Tático e Estratégico das Ações de Segurança Pública	100% das UF - 25% ao ano	14,81
	B.3. Integração das Instituições de Ensino Policial	100% das UF - 25% ao ano	14,81
	B.4. Existência de Programas Estaduais de Prevenção Primária e Secundária em Abrangência Estadual	100% das UF - 25% ao ano	48,15
	B.5. Descentralização das Estruturas dos IMLs, IIs e ICs	100% das UF - 25% ao ano	51,85
	B.6. Existência de Ouvidorias de Polícia	100% das UF - 25% ao ano	55,56
	<b>ÍNDICE PARCIAL - IMPLANTAÇÃO DO SUSP</b>	100% das UF - 25% ao ano	<b>33,95</b>
Gestão SENASP	C.1. Atualização e consulta detalhada de informações na Rede INFOSEG em "tempo real"	100% das UF - 25% ao ano	62,96
	C.2. Diminuição do montante devolvido de recursos repassados para o estado por meio de convênio	100% das UF - 25% ao ano	37,00
	C.3. Capacitação de Alunos pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública	200.000 alunos - 50.000 ao ano	100,00
	C.4. Assinatura de Convênios com Municípios na Área de Prevenção	280 convênios - 70 por ano	6,43
	C.5. Incremento do Número de Laudos Concluídos a partir dos Exames Realizados nos Laboratórios de DNA	100% das UF - 25% ao ano	
	C.6. Aumento do Percentual de denúncias atendidas pela SENASP com retorno do órgão demandado	100% das UF - 25% ao ano	
	<b>ÍNDICE PARCIAL - GESTÃO DA SENASP</b>	100% das UF - 25% ao ano	<b>51,60</b>
<b>ÍNDICE TOTAL - DESEMPENHO DO SUSP</b>		<b>25% ano ano</b>	<b>42,20</b>

Em relação ao ano de 2008, chegamos a execução de 42,2% da meta total enquanto o almejado era alcançar 25% da meta total. O eixo que alcançou o melhor resultado foi o relativo a Gestão da SENASP, puxado principalmente pelo êxito da capacitação na Rede Nacional de Educação à Distância. Os indicadores que apresentaram piores resultados foram a promoção da integração dos órgãos de segurança pública no âmbito do registro das ocorrências, planejamento estratégico e tático e atividades de formação.

### Avaliação de Resultados: Ações de Prevenção em Municípios

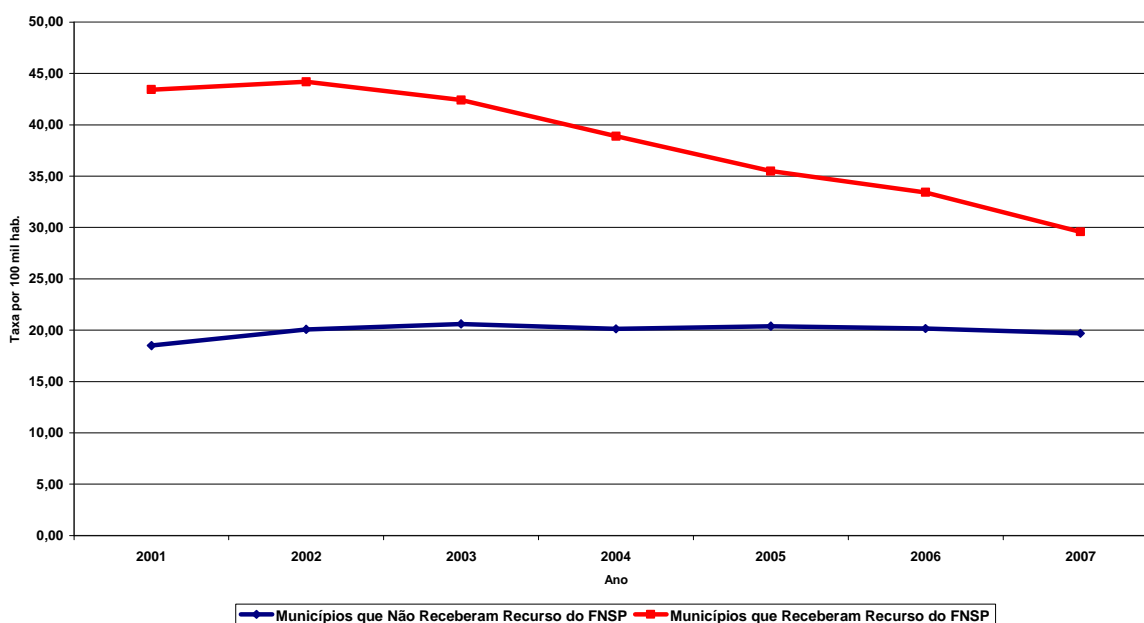
Esta avaliação de resultados foi elaborada pelo Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, em relação à redução de mortes por homicídio no Brasil. Nesta avaliação, priorizou-se uma análise do impacto dos investimentos realizados pela SENASP nos municípios em atividades de prevenção e a criação por parte dos próprios municípios de estruturas dedicadas a questão da segurança pública, como a criação de secretarias municipais, guardas municipais e conselho municipal de segurança pública. As informações sobre mortes por homicídio no Brasil foram retiradas do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. As informações

sobre investimentos da SENASP e sobre a estrutura municipal de segurança foram fornecidas pelo Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública (SINESP).

A Secretaria de Vigilância em Saúde aponta, como primeiro resultado dessa avaliação, a identificação de um forte impacto da criação do Estatuto do Desarmamento e das atividades de recolhimento de armas na redução das mortes por arma de fogo no Brasil. Outro resultado desta avaliação foi a identificação de que as taxas brutas de mortalidade por arma de fogo reduziram mais rapidamente nos municípios que receberam recursos da SENASP para realização de ações de prevenção. Pela tabela abaixo, verificamos que a SENASP investiu nos municípios que estavam em uma situação mais precária em relação a incidência de homicídios e que justamente estes municípios passaram por uma queda mais significativa da incidência de homicídios nestes últimos 6 anos.

Por fim, outro resultado apontado foi que as maiores reduções ocorreram também nos municípios que atualmente possuem uma estrutura municipal para lidar com a questão da segurança pública, ou seja, possuem guarda municipal, secretaria municipal ou conselho municipal de segurança pública. Estes resultados, quando articulados de forma sistêmica, exprimem empiricamente um dos princípios fundamentais do SUSP. O esforço para controlar a violência e criminalidade tem de envolver necessariamente, as instituições de segurança pública da União, dos Estados e dos municípios, além de organizações de diferentes áreas que ultrapassam a segurança pública. Apenas a articulação das ações de todos estes atores públicos pode trazer reais melhoras para a segurança pública do Brasil.

### Taxas brutas de mortalidade/100.000 hab. nos municípios Brasileiros segundo repasse de recursos financeiros pela SENASP (2001 a 2007)



Fonte: SIM - SVS/MS e SENASP-MJ

### Avaliação de Resultados: Impacto da Rede EAD sobre os Índices de Criminalidade

O programa de ensino à distância foi criado em 2005 pela SENASP em parceria com a Academia Nacional de Polícia e a Rede Nacional de Ensino à Distância. O programa tem como objetivo possibilitar o acesso de profissionais de segurança pública à educação integrada, continuada e qualificada de forma gratuita, independente das limitações geográficas e sociais existentes.

A avaliação do impacto de políticas públicas é fundamental na construção de um governo eficiente, que faça bom uso do dinheiro da sociedade, e efetivo, que produza impactos sobre os problemas abordados. Neste trabalho, tentamos estimar a relação entre a proporção dos profissionais que já fizeram algum curso de formação e mudanças nos índices de criminalidade do estado.

Os índices escolhidos foram as taxas de número de ocorrências de homicídio e de crimes violentos por 100.000 habitantes. No índice de crimes violentos estão incluídos tentativa de homicídio, seqüestro e diversos tipos de roubos. A escolha foi motivada pelo impacto que esses crimes tem

sobre o bem estar e sensação de segurança da população brasileira. A idéia básica do modelo estimado é que estados que apresentam um maior crescimento na proporção de policiais que já participaram de cursos de formação<sup>4</sup> apresentarão um decréscimo (ou menor crescimento) nos índices de criminalidade. Na equação estimada controlamos o efeito dos anos, trimestre e estados, através do método “fixed effect”.

<b>Efeito sobre Crimes Violentos</b>		
	<b>Coefficientes</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Proporção de profissionais formados	-0,276**	0,075
** Significante a 1%		

<b>Efeito sobre Homicídios</b>		
	<b>Coefficientes</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Proporção de profissionais formados	-1,270**	0,362
** Significante a 1%		

De acordo com a tabela acima, vemos que a proporção de profissionais que participaram nos cursos de formação do EAD tem impacto significativo sobre as taxas incidência de crimes violentos (-0,276) e homicídios (-1,270). O maior impacto na taxa de homicídio talvez seja causado pela melhor qualidade desses dados quando comparados aos dados de crimes violentos. O coeficiente estimado significa que o treinamento de 100% da força policial em cursos do EAD reduz (em média) a taxa de homicídio por 100 mil habitantes em 1,3 pontos (redução de 2.340 vítimas de homicídio por ano no Brasil).

### **Avaliação de Resultados: Eficiência de Práticas de Prevenção**

Apresentamos a seguir trechos do artigo Avaliação Econômica de Programas de Prevenção e Controle da Criminalidade no Brasil, elaborado pelas pesquisadoras Mônica Viegas Andrade\* e Betânia Totino Peixoto\*\*. Este artigo trás uma análise de eficiência de um conjunto amplo de programas de prevenção a violência e criminalidade e um dos programas avaliados, denominado Fica Vivo, foi financiado em grande parte por recursos da SENASP.

“O objetivo desse artigo é realizar uma avaliação econômica de diversos programas de prevenção e controle da criminalidade que foram ou estão sendo adotados no Brasil. O artigo consiste na adaptação para o Brasil da metodologia de avaliação econômica de programas de controle e prevenção da criminalidade desenvolvida pelo Washington Institute of Public Policy. O escopo do trabalho é mais limitado do que os desenvolvidos originalmente por Aos et al (2001) e Greenwood et al. (1998), os quais são referências da metodologia adotada, uma vez que não existem informações disponíveis acerca da efetividade dos programas para o Brasil. Esta limitação será contornada através da utilização de taxas de efetividade de programas similares obtidas através de estudos de meta-análise da literatura internacional.”

“Avaliamos nove programas distintos de controle e prevenção do crime que estão sendo desenvolvidos principalmente nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo: Bolsa Família, programa federal de transferência de renda para famílias pobres; Uerê, programa desenvolvido pela ONG de mesmo nome que tem como objetivo a reintegração social e familiar de

<sup>4</sup> Cursos avaliados: “Busca e Apreensão, Combate à Lavagem de dinheiro, Formação de Formadores, Formação de Tutores, Gerenciamento de Crises, Identificação Veicular, Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos, Investigação Criminal 1 e 2, Local do Crime: Isolamento e Preservação, Mulher Vítima de Violência Doméstica, Polícia Comunitária, Representação Facial Humana 1 e 2, Sistema de Comando de Incidentes, Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial, Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública, Uso Progressivo da Força e Violência, Criminalidade e Prevenção”

\* Doutora em Economia e Professora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais - CEDEPLAR/UFMG.

\*\* Doutora em Economia CEDEPLAR/UFMG e pesquisadora do CRISP/UFMG.

crianças e adolescentes de rua e comunidades violentas do Rio de Janeiro; Paz nas Escolas, programa desenvolvido pela Fundação Criança em São Paulo que tem como objetivo formar grupos de trabalho responsáveis pela criação de projetos de intervenção em comunidades escolares que visem a redução da violência; Fica Vivo, programa de controle de homicídios em aglomerados suburbanos violentos gerenciado atualmente pelo Governo do Estado de Minas Gerais que realiza ações de prevenção e controle da criminalidade; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), programa preventivo ao uso de drogas e à violência entre crianças e adolescentes nas escolas implementado em Belo Horizonte pela Polícia Militar de Minas Gerais; Programa Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), sistema de penas alternativo ao sistema prisional tradicional baseado em um método socializador implementado em Itaúna/MG; Programa Central de Penas Alternativas (CEAPA), programa estadual gerido pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS conjuntamente ao programa Reintegração Social do Egresso que tem como objetivo monitorar a aplicação das penas alternativas não privativas de liberdade e a reintegração social; Programa Liberdade Assistida (LA), sistema alternativo à internação do menor infrator na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM gerido pela Secretaria Municipal de Defesa Social em Belo Horizonte; Programa Patrulha de Prevenção Ativa (PPA), sistema ostensivo de patrulhamento conduzido pela Polícia Militar de Minas Gerais em Belo Horizonte que tem como fundamentação a teoria das oportunidades criminais. Essas intervenções foram escolhidas atendendo a três critérios: disponibilidade de informações de custo, similaridade com programas já avaliados na literatura internacional e de forma a contemplar os três tipos de intervenção de prevenção – primária, secundária e terciária.”

“Em 2002, teve início o Programa de Controle de Homicídios (posteriormente denominado Fica Vivo), através da parceria entre o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP/UFMG, Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Ministério Público, Polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Organizações Não-Governamentais e comunidade, dentre outros. Atualmente, o projeto está sob o comando do Governo do Estado de Minas Gerais, tendo sido incluído no Plano Emergencial de Segurança Pública e institucionalizado pelo decreto 43334 de 20/05/2003. A partir de então, o programa tem sido coordenado pela Secretaria de Estado de Defesa Social, através da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, e recebe verbas federais e estaduais (80% e 20% do total respectivamente). O principal objetivo do Fica Vivo é a redução do número de homicídios. Como região piloto do programa foi escolhido o aglomerado suburbano Morro das Pedras, que é constituído pelas vilas São Jorge, Alpes, Antena, Pantanal, Santa Sofia, Cascalho e Leonina. Para atingir seu objetivo o programa realiza ações que visam melhoria das relações familiares e comunitárias e ações imediatas no controle da criminalidade. Essas ações estão estruturadas nos Grupos de Intervenções Estratégicas (GIE) e de Proteção Social (GPS). O primeiro grupo age no sentido de reprimir o crime através da ação rápida na prisão e condenação dos criminosos e apreensão constante e eficiente de armas e drogas. O segundo grupo age principalmente através da criação do Núcleo de Referência (NR) o qual conta com estrutura própria no local para o atendimento aos jovens. O NR organiza atividades de lazer e ensino para os adolescentes tais como atividades de dança, esporte, cultura e cursos profissionalizantes que visam a melhor inserção no mercado de trabalho.”

### Resultado da Análise de Custo e Benefício das Ações de Prevenção

Programas	Reais por crime sério prevenido
APAC	R\$ 21.109,75
Patrulha de Prevenção Ativa	R\$ 6.916,42
Liberdade Assistida	R\$ 1.459,94
UERÊ	R\$ 18.290,73
Paz nas Escolas	R\$ 1.174,45
Fica Vivo	R\$ 645,69
Bolsa Família	R\$ 11.256,15
PROERD	R\$ 1.682,33

Fonte: ANDRADE, M. & PEIXOTO, B. *Avaliação Econômica de Programas de Prevenção e Controle da Criminalidade no Brasil*



“Essa análise é fundamental para a condução de políticas sociais e de segurança pública uma vez que fornece subsídios para a decisão de alocação de recursos. Os resultados foram mensurados em termos do valor em reais despendido por crime sério evitado. ... Os resultados são bastante robustos e apontam que em geral os programas de prevenção secundária apresentam os menores dispêndios por crimes sérios evitados.” A tabela abaixo sintetiza o resultado da análise. Verificamos que prevenir um crime a partir do programa Fica Vivo custa R\$ 645,69, enquanto alcançar o mesmo resultado a partir do programa “Patrulha de Prevenção Ativa”, que envolve basicamente o deslocamento de viaturas para áreas de alta concentração de crimes, custa R\$ 6.916,42.

## **Considerações Finais – Principais Dificuldades Encontradas**

Para análise dos projetos estaduais e municipais, bem como a realização das atividades administrativas contamos com um número de servidores reduzidos para o desenvolvimento das políticas públicas. Este número torna-se insuficiente para a realização das tarefas, pois, além da análise dos projetos, há uma série de outras responsabilidades a serem executadas, como por exemplo: articulação com os outros órgãos de governo; participação em reuniões e atendimento dos estados e municípios; análise de termos aditivos, reformulação de planos de trabalho e prestação de contas.

Em razão do tema prevenção da violência ser relativamente novo para os estados e municípios, estes apresentam algumas dificuldades no que concerne a elaboração de projetos consistentes, embasados em diagnósticos precisos acerca da dinâmica da violência local, traduzidas em políticas públicas que foquem os problemas existentes. Também há dificuldade do gestor público, nas alternâncias de governo, para dar continuidade e aprimorar os projetos que já vinham sendo desenvolvidos. Neste sentido, os projetos são minuciosamente analisados e somente aqueles que estão tecnicamente adequados às diretrizes da SENASP são aprovados. Outro aspecto relevante é a dificuldade dos gestores de Segurança Pública compreenderem a eficiência na implementação de políticas públicas voltadas a prevenção da violência, e não exclusivamente para aquisição de equipamentos, assim como trabalharem de forma conjunta com a comunidade. Para tanto, muito embora sejam celebrados convênios, a SENASP investe diretamente em algumas ações estratégicas, como capacitação direta de profissionais de segurança pública em parceria com sociedade civil, visando estimular as ações voltadas à prevenção a partir da sensibilização dos próprios profissionais de segurança pública.

Relacionando os critérios de distribuição, os quais já foram objetos de avaliação positiva pelo TCU e as dificuldades enfrentadas, podemos concluir, que as demandas estaduais e municipais, relacionadas a apresentação de projetos de segurança pública, são maiores do que os recursos disponibilizados anualmente pelo Fundo Nacional de Segurança Pública. Neste contexto, o próprio ente federado, ao apresentar seus projetos, não consegue aumentar o valor da contrapartida, ação esta que proporcionaria ampliação do projeto e conseqüentemente maior alcance das ações do SUSP a um maior número de unidades operacionais de segurança pública, beneficiadas no país.

De modo geral, podemos concluir que a execução do Programa foi satisfatória. Entretanto, medir o impacto final dessa execução, se torna extremamente complexo, na medida em que não conseguimos atingir um percentual razoável das instituições Policiais Militares e Civil, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais, beneficiadas com os recursos. Considerando que os recursos são escassos e os entes federados não ampliam a contrapartida, tornam-se, os recursos do Fundo Nacional, servindo como uma espécie de substituição e não de investimento, pois a precariedade dos materiais e equipamentos de segurança pública são sempre motivos de diagnósticos nos projetos apresentados.

Contudo, a despeito de todas as dificuldades apontadas, a SENASP tem incentivado o fomento de políticas públicas (*Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP; Ensino à Distância – EAD; DNA, Reparcelhamento das Instituições de Segurança Pública, entre outras*) que seguramente trarão resultados impactantes para a segurança pública no médio e no longo prazo.

### **2.4.1. Evolução de gastos gerais**

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1.PASSAGENS	5.478.540,78	5.358.635,53	3.689.766,00
2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	7.788.253,92	80.366.411,50	34.175.960,45
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0,00	0,00	0,00
3.1.Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2.Vigilância, Limpeza e Conservação	0,00	0,00	0,00
3.3.Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00
3.4.Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
3.5.Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00
4.CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.266.794,70</b>	<b>85.725.047,03</b>	<b>37.865.726,45</b>

As despesas constantes nos itens 1, 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 são realizadas pela UG 200005 - CGL.

### 3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve.

### 4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
<b>2006</b>					8.304,32		8.000,00	
<b>2008</b>	35.810.464,88				11.015.514,17			
<b>TOTAL</b>	<b>35.810.464,88</b>				<b>11.023.818,49</b>		<b>8.000,00</b>	

No exercício de 2007 foi inscrito o valor de R\$ 304,32, referente ao saldo de empenho, o qual deveria ter sido anulado. Foi efetuado o cancelamento no exercício de 2009.

### 5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Anexo A.

### 6. Despesas com cartão de crédito

Não houve.

### 7. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Foram cumpridas parcialmente as recomendações, referente ao Plano de Providências do exercício de 2007, contudo as áreas responsáveis estão providenciando as implementações das demais medidas.

## 8. Determinações e recomendações do TCU

DOCUMENTO	APONTAMENTOS/DETERMINAÇÕES	PROVIDÊNCIAS
Acórdão nº 2.359/2008 - 2ª Câmara	Denúncia – Não houve aplicação dos recursos transferidos por meio do convênio. Determinação: que apure, previamente, a regularidade da execução do Convênio SIAFI 579105, informando a este Tribunal acerca de irregularidades eventualmente existentes.	-Elaboração do Parecer CGFIS 014/2007. - Diligência ao Convenente por meio do Ofício 4273, de 19.11.2007 solicitando Relatório de Execução Físico financeiro, Extratos e cópias dos currículos dos ministrantes. - Envio do Ofício nº 4275 ao Diretor de Programas da Área Social da CGU encaminhando cópia do parecer 014/2007 Obs. Até 06 de dezembro de 2007 os recursos ainda não tinham sido utilizados no objeto do convênio. - Fiscalização “in loco” Relatório de Fiscalização 004/2009 - Denúncia considerada improcedente. - Comunicação ao TCU, CGU e MP por meio dos Ofícios 1036, 1037 e 1039/2009 - Notificação do Convenente por meio do Ofício 1449, de 16 de março de 2009.
Acórdão nº 3.495/2008 - 2ª Câmara	- 1.7.1.1 Adote providências com vistas à irregularidades constatadas no Relatório/SENASP nº 07/2006, devendo inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, em relação ao Convênio nº 035/2001, em razão da não consecução da Meta 07 do plano de trabalho, remetendo à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.  - 1.7.1.2 – no prazo de 60 dias, contados da ciência desta deliberação, regularize a situação dos convênios com a prestação “a aprovar” no SIAFI, cumprindo o disposto § 3º, art. 31, IN/STN/01/97 e no art. 29 c/c §§ 4º, 5º, 6º, art. 31, IN/STN/01/97;  - 1.7.1.3 – observe, nos demais convênios celebrados, o prazo de 60 dias para pronunciamento da Unidade sobre a aprovação ou	- As providências para saneamento do processo de prestação de contas já havido sido tomadas com instauração de tomada de contas especial. TCE. Processo 08020.000330/2006-34 – houve recolhimento do valor de R\$ 189.326,59 – o processo suspenso e aprovada a prestação de contas. Emitido memorando 3877/CGFIS, de 20 de outubro de 2008, encaminhando cópia da documentação de saneamento do processo com o recolhimento do valor acima.  - Encaminhado Memorando nº 3587, de 30 de setembro de 2008, explicitando a situação dos setores responsáveis em termos de força de trabalho e solicitando conhecimento e providências por parte dos superiores.  - Emitido os Memorandos 3608 e 3609/2008, de 02 de outubro de 2008.

	<p>não da prestação de conta dos convênios, cumprindo o disposto no art. 31 da IN/STN/01/97.</p> <p>- 1.7.1.4 - adote as providências administrativas cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária dos gestores, com vistas a promover os devidos descontos do auxílio-alimentação, quando da concessão de diárias, de forma a fazer cumprir o preceito do § 8º, art. 22, Lei 8.460/92.</p> <p>- 1.7.1.5 - instrua os processos de concessão de diárias e passagens com documentos que comprovem a efetiva realização das atividades, a exemplo de cartão de embarque, relatório de viagem, certificado ou atestado de participação.</p> <p>- 1.7.1.6 - justifique como foi estabelecido o nível de equivalência de atividades a serem cumpridas por colaboradores eventuais, de que trata o § 1º do art. 10 do Decreto 5.992/2006, nos processos de concessão de diárias.</p> <p>- 1.7.1.9 - cumpra as seguintes recomendações do Relatório/CGU n. 160.010: (a) observar o disposto no art. 16 do Decreto nº 91.800/85 (itens 7.2.1.1 alínea "g" e 7.2.1.4 alínea "e"); (b) anexar à PCD cópia do comprovante da efetiva participação nos eventos (item 7.2.1.2 alínea "d"); (c) Fazer constar nos processos informações que justifiquem a necessidade de deslocamento do servidor, atentando para as atribuições do órgão.</p>	<p>- Emitido Memorando 3877/CGFIS de 20 de outubro de 2008.</p> <p>- Os devidos descontos foram providenciados e restituídos ao erário. Com a implementação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens-SCDP, o desconto do auxílio alimentação dos servidores é automático, quando por falta de cadastro não ocorre a cobrança o procedimento é feito à parte.</p> <p>- Os processos foram instruídos de forma a comprovar efetivamente a realização da viagem e participação no evento ou missão determinada.</p> <p>- O nível de equivalência de que trata o § 1º do art. 10 do Decreto 5.992/2006, foi estabelecido pelo Senhor Secretário de Segurança Pública, à época, no corpo da Proposta de Concessão de Diária-PCD, onde consta assinatura daquela autoridade, autorizando o pagamento, amparado no artigo 11º do Decreto 343/91, conforme se observa no espaço destinado a Justificativa ( documento anexo);</p> <p>- a) Relatórios exigidos e anexados aos processos, conforme o Plano de Providências; b) Comprovação das viagens e efetiva participação nos eventos foram providenciadas, já informado no Plano de Providências; e d)Inseridas as informações pertinentes à necessidade e autorização para os deslocamentos dos membros do CONPORTOS.</p>
--	--	---

## 9. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Esta Unidade não pratica atos dessa natureza, tendo em vista a existência de Órgão responsável pela Área de Pessoal no Ministério.

## **10. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado**

Não houve.

## **11. Informações sobre a composição de Recursos Humanos**

Informação constante no Relatório da UJ 200330.